



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
Mestrado em Educação Tecnológica

Jaqueline Araújo da Silva

**IMAGINÁRIOS NO DISCURSO GOVERNAMENTAL “NAZISMO É DE
ESQUERDA”: silenciamentos e evidenciamentos**

Belo Horizonte (MG)
2021

Jaqueline Araújo da Silva

IMAGINÁRIOS NO DISCURSO GOVERNAMENTAL “NAZISMO É DE ESQUERDA”:
silenciamentos e evidenciamentos

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Estudos da Linguagem, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Discurso, Mídia e Tecnologia

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Carla Barbosa Moreira

Belo Horizonte (MG)

2021

S586i Silva, Jaqueline Araújo da.
Imaginários no discurso governamental “nazismo é de esquerda” :
silenciamentos e evidenciamentos / Jaqueline Araújo da Silva. –
2021.
149 f.
Orientadora: Carla Barbosa Moreira.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação
Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em
Estudos de Linguagens, Belo Horizonte, 2021.
Bibliografia.

1. Análise do discurso. 2. Imaginário - Formação. 3. Silêncio. 4.
Nazismo. I. Moreira, Carla Barbosa. II. Título.

CDD: 401.41

Jaqueline Araújo da Silva

**IMAGINÁRIOS NO DISCURSO GOVERNAMENTAL “NAZISMO É DE
ESQUERDA”: silenciamentos e evidenciamentos**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 29 de outubro de 2021 como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagem, aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof(a). Dr(a). Carla Barbosa Moreira. CEFET/MG-Orientador

Prof(a). Dr(a). Márcia Fonseca de Amorim - UFLA

Prof(a). Dr(a). Débora Raquel Hettwer Massmann - UFAL

Prof(a). Dr. James William Goodwin Junior – CEFET/MG

Dedico aos meus pais, Vicente e Aparecida Fernandes, pelo incentivo a este trabalho.

Aos meus irmãos Mariane, Leandro e Vitor, e a minha avó Aparecida Ernestina.

À toda minha família, ao meu companheiro Pedro Henrique e aos meus amigos, pela paciência e compreensão nos momentos de ausência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar a oportunidade de viver e realizar esta pesquisa e por me sustentar nos momentos que eu achei que não daria conta.

À Prof. Dra. Carla Barbosa Moreira por ter me orientado e acompanhado com dedicação meu processo de pesquisa, por confiar no meu trabalho e ter compartilhado tanto conhecimento comigo durante a caminhada. Carla foi uma pessoa essencial para que eu permanecesse firme na pesquisa e entregasse o melhor de mim.

Aos meus familiares, de modo especial meus pais, meus irmãos e meu companheiro que sempre foram sinônimos de aconchego, refúgio e força para mim. Sempre será por eles e para eles.

Aos meus amigos Jeniffer Pereira, Lucas Mariano, Miriã Alexandre, William Matos, Geórgia Mendes que sempre estiveram ao meu lado, seja nos momentos de compartilhar as alegrias seja nos momentos de compartilhar as frustrações e tristezas. Ter amigos para contar é um privilégio.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) pelo financiamento da pesquisa e por oportunizar a realização desta pesquisa.

A todo o corpo docente do POSLING pela dedicação contínua ao ensino de qualidade para seus alunos, por continuarem acreditando no poder da educação, da pesquisa e da ciência.

Ao programa de extensão Pensar Jovem: Fazer Sentido do qual tive a feliz oportunidade de participar durante o mestrado.

A todos os sujeitos que cruzaram meu caminho nesta loucura que se chama “vida” e que contribuíram para que essa pesquisa fosse possível. São muitos que ajudaram, que compartilharam informações e conhecimentos; muitos diálogos e vozes que ecoam nesta pesquisa e que não é possível citar nominalmente aqui, mas deixo os meus mais sinceros agradecimentos.

“Só eu saberei se foi a falha necessária.”
(A Paixão Segundo G.H., Clarisse Lispector)

RESUMO

A partir da perspectiva teórica da análise de discurso, esta pesquisa teve por objetivo analisar os imaginários produzidos na circulação do discurso governamental “nazismo é de esquerda”. Para tanto, levamos em consideração o discurso que se constitui pela relação da língua, do sujeito e da história para que fosse possível analisar os imaginários produzidos na discursivização do enunciado “nazismo é de esquerda” e os silenciamentos (ORLANDI, 2007) e evidenciamentos (MOREIRA, 2009) que se constituem a partir deste. Analisamos sequências discursivas em que o enunciado chave aparece, seja na sua forma “nazismo é de esquerda” seja como sinônimo, a partir de notícias que tem como manchete a fala do Presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmando que o nazismo é de esquerda; a partir de comentários realizados sobre o texto intitulado “Pela Aliança Liberal Conservadora” postado pelo Ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em seu blog Metapolítica 17; e a partir de tweets realizados tanto por sujeitos que ocupam a posição discursiva de governo quanto por sujeitos da sociedade em geral que se identificam com a discursivização do enunciado em questão. Com as análises foi possível compreender que as formações imaginárias são produzidas a partir da formação discursiva dominante “extrema-direita” e partem do imaginário da esquerda como imigo potencial e da ameaça do fantasma comunista. Além disso, verificamos que esses imaginários são atravessados pela historicidade que os termos “nazismo” e “esquerda” possuem em condições de produção de grandes embates políticos-ideológicos e produzem evidenciamento dos sentidos que se pretendem naturalizar na língua pela resistência aos já-ditos, à memória e à história, resultando no silenciamento dos sentidos que se quer evitar, que se deseja apagar para que não sejam mais da ordem do dito. Para tanto, as análises foram sustentadas pelos conceitos à luz da Análise do Discurso de vertente francesa (Michel Pêcheux), mobilizando conceitos como memória discursiva (Pêcheux, 1969, 1988, 2015; Orlandi 2015); evidenciamento (Moreira, 2009, 2020); silenciamento (Orlandi, 2007); sujeito (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2015). Além disso, referências teóricas como Mariani (1996) ao tratar do imaginário da ameaça comunista da imprensa sobre o PCB e Indursky (1992, 2013) ao tratar do discurso da ditadura civil-militar no Brasil, que nos permitiram confirmar novos gestos de interpretação do enunciado “nazismo é de esquerda” que são materializados por discursividades como o nome do partido nazista, nome de líderes de regimes ditatoriais e adjetivações que são sustentadas pelas marcas “mal”, “ruim”, “perverso”, “movimento” e “ideologia”.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Formações Imaginárias; Evidenciamento; Silenciamento; Nazismo.

ABSTRACT

Based on the French discourse analyses, this research aimed to investigate the imaginaries productions in the governmental discourse “Nazism is left-wing” in Brazil. For that, Therefore, we considered the discourse around language, subject and history so it would be possible to realize this objective. So, we analyze discursive sequences in which the key statement appears in news headlines with the speech of the President of the Republic, Jair Bolsonaro, who says Nazism is left-wing; and based on comments made in a text entitled “For the Liberal Conservative Alliance” posted by the Ex-Minister of Foreign Affairs, Ernesto Araújo, on his blog *Metapolítica* 17; from tweets carried out both by subjects who occupy the discursive position of government and by subjects of society in general who identify with the discursiveness of the utterance in question. With the analysis, it was possible to understand that the imaginary formations are produced from the “extreme-right” discursive formation and depart from the imagination of the left as a potential enemy and the threat of the communist ghost. In addition, we found that these imaginaries are crossed by the historicity that the terms "Nazism" and "left" have in conditions of production of major political-ideological clashes and produce evidence of the meanings that are intended to naturalize in the language by resistance to the already-said, to memory and to history, resulting in the silencing of the meanings that wants to avoid, that wants to erase so they are no longer of the order of what was said. We mobilized through Discourse Analysis of a French approach (Michel Pêcheux) concepts such as discursive memory (Pêcheux, 1969, 1988, 2015; Orlandi 2015); evidence (Moreira, 2007, 2009, 2020); silencing (Orlandi, 2007); subject (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2015). Furthermore, theoretical references such as Mariani (1996) when dealing with the imaginary of the communist threat of the press on the PCB and Indursky (1992, 2013) when dealing with the discourse of the civil-military dictatorship in Brazil.

Keywords: Discourse Analysis; Imaginary Productions; Evidence; Silencing; Nazism.

SUMÁRIO

1. DIÁLOGOS INICIAIS	11
1.1 Contextualizando o Leitor	11
1.2 Adentrando na pesquisa	18
2. O MOVIMENTO TOTALITÁRIO NAZISMO E SEU VIÉS IDEOLÓGICO	23
3. A CIÊNCIA DO ENTREMEIO NOS ESTUDOS DISCURSIVOS	31
3.1 A questão da língua na Análise do Discurso	34
3.2 História, historicidade e memória	38
3.3 Condições de produção e formações imaginárias	42
3.4 Formulação e circulação dos sentidos no discurso.....	45
3.5 Evidenciamento e Silenciamento na Análise do Discurso.....	51
3.6 Formação Discursiva e o objeto de estudo	55
4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E RECORTE DO CORPUS	57
5 DESSUPERFICIALIZAÇÃO DO CORPUS DISCURSIVO	74
5.1 As categorias e análise do <i>corpus</i>	74
5.2 A inscrição do enunciado na Formação Discursiva	76
5.2.1 O efeito parafrástico por constatação: a ameaça as instituições.....	78
5.2.2 O efeito parafrástico por referência: a ilusão da estabilização	82
5.2.3 O efeito parafrástico por silogismo: o imaginário da dualidade	86
5.2.4 O efeito parafrástico por determinação: o imaginário dos sentidos impossíveis	90
5.2.5 Algumas ponderações a respeito da Formação Discursiva “extrema-direita”	93
6 AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS PRODUZIDAS NO ENUNCIADO “NAZISMO É DE ESQUERDA”	94
6.1 Os imaginários a partir da posição discursiva de governo	94
6.1.1 O efeito parafrástico por constatação: formação imaginária do salvador	96
6.1.2 O efeito parafrástico por referência: formação imaginária da ameaça ao poder.....	100
6.1.3 O efeito parafrástico por silogismo: formação imaginária da ameaça da esquerda	105
6.1.4 O efeito parafrástico por determinação: formação imaginária do perverso	109
6.2 Os imaginários produzidos no enunciado “nazismo é de esquerda” no discurso eletrônico	114
6.2.1 O efeito parafrástico por constatação: o imaginário do diferente	116
6.2.2 O efeito parafrástico por referência: o imaginário da literalidade dos sentidos	120
6.2.3 O efeito parafrástico por silogismo: o imaginário do único sentido que se pode chegar	125
6.2.4 O efeito parafrástico por determinação: o imaginário da ameaça socialista.....	129

6.3 Os imaginários: apontamentos gerais.....	134
7. CONSIDERAÇÕES (IN)CONCLUSIVAS	137
REFERÊNCIAS	142

1. DIÁLOGOS INICIAIS

1.1 Contextualizando o Leitor

No segundo período do curso de Letras fiz parte do Programa de Iniciação à Docência (PIBID-UFLA). Nesse programa, trabalhamos com gêneros textuais em sala de aula a partir da realidade socioeconômica dos alunos. Para tanto, comecei a estudar o conceito de gêneros discursivos de Bakhtin (2016). Foi a partir desse trabalho que me interessei pelos estudos que visam compreender o aspecto ideológico, social e histórico que afetam a língua e, conseqüentemente, a produção de sentidos entre os sujeitos. Em razão disso, entrei no Grupo de Estudos Bakhtinianos (GEDISC-UFLA), coordenado pelo professor Marco Antonio Villarta-Neder, o qual me orientou até o final da graduação. Dediquei-me aos estudos bakhtinianos, realizando, predominantemente, trabalhos que tinham como objetivo compreender o funcionamento do discurso político-ideológico, resultando no meu trabalho de conclusão de curso (TCC), no qual pesquisei sobre os silenciamentos no discurso populista pelo viés do Círculo de Bakhtin (2011, 2013, 2017).

Ao pensar no projeto que constituiria minha pesquisa de mestrado, fiquei instigada a compreender como o funcionamento discursivo se realiza pela perspectiva teórica da Análise do Discurso e, principalmente, como o silêncio, concebido teoricamente por Eni Orlandi (2007), opera no discurso, pois já havia feito contato com a noção na graduação. Essa incursão em um viés que compreende o discurso e o sujeito de uma forma diferente dos estudos bakhtinianos fez-me deslocar da minha zona de conforto, desafiando-me a buscar por mais conhecimento sobre a respectiva teoria. Essa mudança para uma perspectiva que trabalha com o discurso como “efeitos de sentidos”, que confronta o político e o simbólico, e o considera uma materialidade sócio-histórica-ideológica, foi crucial para determinar a base teórica-metodológica que constitui essa pesquisa.

A Análise do Discurso teve início na França, nos anos 1960, em um contexto em que os estudos estruturalistas estavam bem afirmados. A Análise do Discurso surge como uma proposta teórica ousada “nasce na crença em uma visão de intervenção política, porque aparece como portadora de uma crítica ideológica apoiada em uma arma científica, que permitiria um modo de leitura cuja objetividade seria insuspeitável” (HENRY, 1997, p.8). Assim, a Análise do Discurso trabalha com o discurso materializado na língua em sua relação com a história e a ideologia na produção dos sentidos, sendo os sentidos o conceito fundamental para a

compreensão dos diferentes posicionamentos dos sujeitos. Sendo assim, o sujeito é compreendido como um ser ideológico, simbólico e histórico¹, tal entendimento é basilar para os estudos que serão construídos no processo de pesquisa.

Como exposto, o discurso para a Análise do Discurso não se trata de uma transmissão de mensagens, mas de efeitos de sentidos. Para Pêcheux (1997, p.82), “o discurso é efeito de sentidos entre locutores”, trata-se, portanto, de um processo de significação que afeta os sujeitos do discurso. Em complemento, Orlandi (2015) considera que o discurso é o espaço onde a língua e a ideologia trabalham. Logo, no funcionamento da linguagem, há uma relação entre sujeitos e sentidos que são afetados o tempo todo pela língua, pela história e pela ideologia.

Por sua vez, esses são processos complexos e não homogêneos, e por essa razão, o discurso pode ser compreendido como efeitos de sentidos (PÊCHEUX, 1988), por comprometer-se com os processos de significação, que são múltiplos. Efeitos, pois não são transparentes e nem fixos para a Análise do Discurso. Os efeitos de sentidos são compreendidos como os processos discursivos que os sujeitos realizam nas interações, segundo Pêcheux (1988, p. 184, nota 49) um “efeito em retorno dos processos discursivos sobre a língua”.

Ao observar como a língua está investida do político² e como a história é ressignificada na vida dos sujeitos da linguagem, chamou-me a atenção um evento discursivo nas redes sociais durante a campanha para a eleição presidencial de 2018: uma discussão sobre a identificação política do nazismo. Dessa discussão surgiu a hipótese de que inúmeros enunciados poderiam ser identificados e produzir diferentes formações imaginárias a partir da posição sujeito. Alguns, entretanto, destacaram-se, como: “o nazismo é uma invenção da esquerda para atacar a direita” ou “dizem que o nazismo foi o maior holocausto da história, mas ninguém fala do holocausto causado pelo comunismo” ou “o nazismo nunca foi de direita”, entre tantos outros discursos que vão sendo mobilizados a partir dessas afirmações. Eis a motivação da presente pesquisa: compreender como esses enunciados são regularizados na língua. Logo, surgem os

¹ Essas noções serão desenvolvidas mais à frente.

² Segundo Pêcheux (2014) alguns pontos críticos determinam o início da Análise do Discurso fazendo com que ela exerça uma reflexão sobre si mesma em relação a problemática das teorias linguísticas e em relação “as transformações no campo político-histórico.” Esse paradoxo crítico o qual a Análise do Discurso experimenta desde suas origens, consolidou o início dos estudos do discurso político como objeto analítico. Nestes estudos, compreende-se que a língua é revestida por questões políticas-ideológicas que determinam a direção dos sentidos, visto que são sujeitos posicionados no mundo que produzem o discurso.

seguintes questionamentos: em quais condições de produção esses enunciados são produzidos? Como os efeitos de sentidos são produzidos? Como os evidenciamentos e silenciamentos são inseridos e inscritos no processo dessa produção discursiva? Como os sentidos são atualizados e marcados no imaginário histórico social?

Para iniciar os estudos, realizei uma pesquisa em torno do tema. Pelas buscas realizadas nos catálogos de teses e dissertações da CAPES, no *Google Scholar*, entre outras plataformas de pesquisa científica, foi possível constatar que ainda não há pesquisas publicadas com essa temática na área dos Estudos da Linguagem³. Todos os resultados encontrados apontaram para pesquisas que estudam a memória do nazismo a partir dos campos de concentração ou a partir de sujeitos sobreviventes do Holocausto. As pesquisas mais próximas analisam as imagens publicitárias, charges, revistas que constituem a campanha nazista pelo viés da Semiótica, o que contribui para a compreensão do discurso nazista, mas não direciona para o ponto principal do presente estudo: as formações imaginárias constitutivas no enunciado “nazismo é de esquerda” e como essa formulação circula no Brasil.

Tiago Weizenmann (2008), na área de História, em sua pesquisa de mestrado intitulada “Cortando as asas do nazismo: representações e imaginário sobre o nazismo na revista *Vida Policial* (1942-1944)”, realiza uma análise sobre os elementos aplicados à construção de formas simbólicas, de representações sociais e políticas presentes no imaginário estado-novista na revista *Vida Policial*, entre os anos de 1942 e 1944, para compreender o imaginário sobre o nazismo construído pela revista. O conceito sobre imaginário trabalhado pelo pesquisador se pauta em teóricos que estudam pela perspectiva histórica, como José Murilo de Carvalho (1990), Eliana Dutra (1997) e Sandra Jatahy Pesavento (1995). O autor toma a questão do imaginário em um sentido voltado para a questão imagética, no sentido concreto da palavra, ligado à imagem. Em sua dissertação, Weizenmann (2008) contextualiza, primeiramente, sobre o momento histórico no qual a revista foi concebida, apresenta também as particularidades da instituição policial com o governo da época como modo de compreender as formas de repressão que eram utilizadas e reforçadas pelo editorial da revista. Além disso, discorre sobre a organização do partido nacional-socialista no Brasil, em seu aspecto histórico, dando especial atenção para o momento em que este começou a ser reprimido pelas autoridades brasileiras. Em seguida, apresenta a trajetória da revista *Vida Policial*, traçando suas características de

³ Até março de 2021.

forma descritiva e analítica. De modo especial, destacando os traços da temática nazista na revista, para que o leitor compreenda seu objeto de estudo. Por fim, as análises empreendidas apontam para os elementos que construíram a retórica policial, para demonstrar o importante papel influenciável da imprensa e dos meios de comunicação no regime estado-novista em relação às representações e o imaginário policial e do público leitor sobre o inimigo nazista.

Trazendo um panorama histórico (e aqui tratamos na sua dimensão cronológica) do movimento nazista no Brasil, Nara Maria Carlos de Santana (2010) realiza um estudo sobre a colonização alemã no Brasil que, de acordo com a autora, teve início em 1824 no Rio Grande do Sul, tendo como motivador econômico a área agrícola. Trabalhando com o conceito de identidade, a autora discorre sobre os conflitos identitários e nacionalistas dentro do grupo de imigrantes alemães. Conforme Santana (2010) demonstra, os imigrantes chegaram no Brasil em diferentes momentos e cada vez em maior número, o que refletia tanto no ideal de superioridade da raça branca, quanto na participação massiva dos imigrantes na política, resultando em conflitos religiosos, políticos e culturais. O estudo realizado pela autora demonstra o início do ideal pangermânico no Brasil e a fortificação do nacionalismo, que reflete a miscigenação e a construção cultural do país, principalmente no Sul, região onde há formações de grupos que se identificam com o ideal nazista, como é demonstrado em diversas pesquisas realizadas por historiadores.⁴

Com a Segunda Guerra Mundial, o cenário descrito por Santana (2010) muda de configuração e alguns grupos se fortalecem no Brasil. Ana Maria Dietrich (2007), em sua pesquisa de doutorado, realiza um estudo sobre o Partido Nazista no Brasil, que dentre as redes filiais dispersas no mundo, foi o partido com o maior número de membros ativos até a Segunda Guerra Mundial. Com uma base documental iconográfica, a autora mostra como a realidade brasileira interveio no processo causando o *tropicalismo nazista* (DIETRICH, 2007). O trabalho realizado por Dietrich (2007) contribui para a compreensão da formação dos ideais nazistas no Brasil, sua constituição e propagação. Destaca-se a dedicação da pesquisadora em marcar o processo histórico do Partido Nazista no Brasil e sua difusão por meio da presença da comunidade alemã no país, e ao projeto expansionista de Hitler, que durante a “Era Vargas” teve apoio político por questões comerciais. Se no doutorado a pesquisadora realizou um estudo

⁴ Indico a leitura dos trabalhos desenvolvidos pelo historiador e professor René Ernaini Gertz.

iconográfico do tropicalismo nazista no Brasil, no mestrado Dietrich (2001) realizou uma pesquisa sobre o Partido Nazista em São Paulo e a repressão que estes sofriam por parte da “polícia política”, se atentando para as condições em que a repressão tinha sido realizada (pós-entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial aliado aos EUA). Ambas as pesquisas contribuem para uma perspectiva histórica dos grupos que apoiaram o nazismo no Brasil, demarcando suas raízes e vestígios que reverberam atualmente.

Partindo para um espaço-tempo diferente das autoras acima mencionadas, mas não menos importantes, a pesquisadora Cleri Aparecida Brandt (2014), no campo da História, a partir do filme *O triunfo da vontade*, de Leni Riefenstahl, analisa o que ela nomeia como *os baús da memória do nazismo*, com a finalidade de compreender as “possibilidades de formação, de dominação e de infantilização” presentes nas imagens do filme. Dessa forma, a autora realiza uma pesquisa historiográfica por meio de imagens destacadas no filme, com o objetivo de realizar uma busca sobre o que acontecia na Alemanha durante o nazismo. Ao propor essa discussão fundamental sobre a mediação na ascensão nazista, Brandt (2014) demonstra como a formação dos sujeitos e dos sentidos são trabalhados nas imagens que remetem ao nazismo e seus desdobramentos na formação do sujeito contemporâneo.

Esses são alguns dos trabalhos encontrados com relação ao nazismo; há ainda muitos outros disponíveis para acesso. Os trabalhos expostos analisam o nazismo pelo viés histórico, levando em consideração a sua ascensão e desdobramento no Brasil. Tendo em vista as leituras realizadas, destacamos essas pesquisas para demonstrar como a abordagem sobre o tema nazista é, predominantemente, trabalhada.

A perspectiva do tempo histórico não é o fundamento principal em nossa pesquisa, mas é essencial para compreender como os enunciados em relação à posição político-ideológica nazista vão se regularizando ao longo da história no Brasil, como os trabalhos expostos acima demonstraram. Nos estudos historiográficos, pode-se observar a dedicação e a atenção dos pesquisadores em utilizar documentos, objetos pertencentes ao contexto nazista, materiais de fontes seguras para compreender como o ideal nazista se acendeu e no que resultou tanto na Alemanha quanto no resto do mundo. É de compreensão social que os resultados desse ideal foram devastadores e marcou, tragicamente, um período histórico da sociedade como um todo. Entretanto, ainda há pessoas que questionam e/ou afirmam que o nazismo não aconteceu.

Ricardo Figueiredo de Castro (2015) realiza um estudo importante e de grande contribuição para a presente pesquisa em relação ao negacionismo do Holocausto. O autor compreende o discurso negacionista como “um discurso de ódio, maniqueísta e antissemita” divulgado pela extrema direita. Conforme Castro (2015) demonstra em seu trabalho, o discurso negacionista ganhou visibilidade graças a essa corrente “pseudo-histórica”, que se dedica a produzir conteúdo nos mais diversos meios de comunicação, como forma de difundir a ideia do negacionismo. De acordo com o autor, o termo “pseudo-histórico” é utilizado para designar pessoas que são céticas em relação a algum acontecimento político e religioso e se dedicam a refutá-lo. Castro (2014) esclarece em seu trabalho que os negacionistas:

integram um movimento político e ideológico que afirma resgatar a verdadeira história da II Guerra Mundial que estaria sendo deturpada pela “história oficial”, dedicada a esconder os “verdadeiros” responsáveis pela guerra, os aliados, e a incriminar os alemães e, por extensão, os nazistas (CASTRO, 2015, p. 6-7).

Com o avanço da tecnologia, o movimento negacionista ganhou mais visibilidade e voz, tornando-se uma preocupação para historiadores e sociólogos, uma vez que tal discurso movimentou sentidos já solidificados na memória social⁵ e levanta questionamentos que colocam em dúvida um acontecimento que marcou a vida de grande parte da população mundial. Conforme Castro (2015) afirma, o negacionismo do Holocausto surgiu após a Segunda Guerra Mundial, com a criação da instituição *Institute for Historical Review*⁶ (IHR) nos Estados Unidos, e em 1990, com a *Revue d'Histoire Negacioniste* criada pelos franceses. Desde então, discursos semelhantes aos produzidos por esse movimento têm ganhado notoriedade no mundo, principalmente por simpatizantes da extrema direita⁷.

⁵ Segundo Mariani (1998, p. 35) a memória social na Análise do Discurso é entendida como “um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais. Naturaliza-se, assim, um sentido 'comum' à sociedade, ou, em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa. Isto não quer dizer, porém, que o sentido predominante apague (anule) os demais ou que ele (s, todos) não possa(m) vir a se modificar. Muitas vezes os sentidos 'esquecidos' funcionam como resíduos dentro do próprio sentido hegemônico.”

⁶ Disponível em: <<http://www.ihr.org/>>. Acesso em: 12 de dez. de 2019.

⁷ De acordo com Castro (2015, p. 8) “O Negacionismo do Holocausto é atualmente um dos principais elementos de coesão ideológica da grande diversidade dos grupos de extrema-direita, especialmente na França e nos Estados Unidos.” Em conformidade Carvalho (2016, p. 8) acentua que “No caso da extrema-direita, espectro político onde o fenômeno do negacionismo é mais organizado, prolixo e influente, o objetivo dos negacionistas é reabilitar o nazismo enquanto opção legítima no campo político-partidário”.

Em contraponto, o *Anti Defamation League* (ADL)⁸, criado por judeus nos Estados Unidos, busca combater toda forma de antissemitismo e fanatismo como meio de defender os judeus e garantir justiça de tratamento. Castro (2015) aponta que, atualmente, essa organização é referência em expor discursos e ações extremistas.

Diversos são os historiadores, sociólogos e filósofos brasileiros que se dedicam a compreender as consequências desse discurso. Carvalho (2016) se empenha a investigar os movimentos realizados na Internet por esse grupo e analisa o projeto de origem sueca intitulado “Metapédia – a enciclopédia alternativa”⁹. Em sua pesquisa, demonstra como o movimento ganha notoriedade no Brasil, em especial em Porto Alegre – RS, com a Editora Revisão, a qual publicava obras dedicadas a questionar a existência do Holocausto. Apresentando uma perspectiva histórica e conceitual do negacionismo, Carvalho (2016) se apoia na Análise do Discurso francesa para analisar como os verbetes em Língua Portuguesa apresentados no Metapédia se constituem como negacionistas. A conclusão apontada pelo autor é a de que o advento tecnológico da Internet viabilizou a legitimação e a propagação do discurso negacionista, explicitado pelo alcance da página Metapédia.

Assim como os autores acima, há outros pesquisadores que se debruçam sobre o estudo do negacionismo no Brasil e no mundo e suas consequências para a memória e a história em geral. Tanto as pesquisas sobre grupos nazistas no Brasil quanto as pesquisas que mostram o discurso negacionista partem de um posicionamento historiográfico e/ou sociológico, que, como afirmamos anteriormente, nos ajuda a compreender a formação sócio-histórica-política do Brasil e seus desdobramentos nos discursos atuais, uma vez que este carrega dizeres outros que estão na memória discursiva dos sujeitos. Dessa forma, ao falar sobre o nazismo, esses sujeitos mobilizam no fio da memória discursiva dizeres outros que atuam de forma a institucionalizar os sentidos que estes querem mobilizar nos seus interlocutores. Esses sentidos podem partir tanto de posicionamentos favoráveis quanto de posições opostas, variando conforme a posição ideológica-política dos sujeitos que estão na interação.

⁸ Disponível em: <<https://www.adl.org/>>. Acesso em: 12 de dez. de 2019.

⁹ Enciclopédia online que apresenta posicionamentos e definições da extrema direita, do nacionalismo branco, da supremacia branca, do separatismo branco, do antissemitismo, do negacionismo do holocausto e do neonazismo. Conforme o próprio site afirma, sua missão é focar na cultura, arte, ciência, filosofia e política europeia.

Essa contextualização inicial nos ajuda a compreender a dimensão do discurso a favor do nazismo no Brasil. De início, podemos observar que grande parte dos discursos nazistas foram influenciados pela presença, não de modo generalizado, mas pontual, de alemães simpatizantes das ideias hitleristas no Brasil, como o caso do dono da Editora Revisão e de um dos maiores líderes da célula nazista em São Paulo, antes da Segunda Guerra Mundial. Mesmo sofrendo represálias e não obtendo apoio de grande parte da população, ainda há vestígios de ideais nazistas no Brasil, como demonstra a pesquisa realizada pela pesquisadora Adriana Dias (Unicamp) que investigou a presença de 334 grupos simpatizantes. Destaca-se um grupo em Niterói – RJ, que defende a supremacia racial *Ku Klux Klan*.¹⁰ Sobre essa pesquisa realizada por Dias (2018), a autora irá lançar um livro detalhando o processo das investigações e suas proporções. Soma-se a esses grupos o movimento negacionista que tem ganhado visibilidade e força por meio de mobilizações na Internet.

Diante desse panorama apresentado, a presente investigação parte da compreensão de que os discursos sobre o nazismo têm se fortalecido no Brasil, principalmente pelo advento das redes sociais. Entretanto, diferentemente das pesquisas já realizadas em torno do tema, a atual pesquisa possui como embasamento teórico a Análise do Discurso de linha francesa. Essa perspectiva também trata da história, mas se debruça na materialidade discursiva, uma vez que, conforme Orlandi (2015) assevera, a Análise do Discurso estuda a língua em uso, em prática; a própria etimologia da palavra já significa o objetivo, pôr em movimento, discorrer, estar em curso. Portanto, ao realizar essa pesquisa nesse campo teórico, parte-se da noção de que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua” (ORLANDI, 2015, p. 15). Dessa forma, a relação entre discurso, língua, história e ideologia nos permite debruçar sobre o *corpus* da pesquisa com um olhar atento e analítico, considerando-o não só como objeto de análise, mas enquanto signo em relação com o mundo e com a história, produzindo significações que afetam tanto os sujeitos quanto a língua.

1.2 Adentrando na pesquisa

Os Estudos da Linguagem, nos seus variados campos do conhecimento, tomam a língua como objeto de estudo com a finalidade de compreender o seu modo de funcionamento e significação. Na história do desenvolvimento dos estudos linguísticos, temos diferentes movimentos: os

¹⁰ Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/pesquisa-identifica-celula-neonazista-com-ate-14-membros-em-niteroi-24121581>> Acesso em 12 de maio de 2020.

estruturalistas, os funcionalistas, os gerativistas, os pós-estruturalistas, e a partir desses escopos, emergiram teóricos que se dedicaram aos estudos da semântica, da sociolinguística, da pragmática, da filosofia da linguagem, entre outros.

Apesar de tomarmos a língua como ponto de partida, o que nos interessa neste estudo é compreender a materialização do discurso na língua. Por essa razão, a partir do estatuto teórico da Análise do Discurso Materialista, fundada por Michel Pêcheux na França e difundida no Brasil, principalmente, pelos estudos realizados por Eni Orlandi (2015), a atual pesquisa visa investigar a produção de imaginários e seus efeitos de evidenciamentos e silenciamentos na discursividade que se funda a partir do enunciado “nazismo é de esquerda” no Brasil.

Para tanto, levaremos em consideração o discurso como efeito da relação necessária entre língua, sujeito e história, uma vez que a Análise do Discurso compreende “a língua fazendo sentidos enquanto trabalho simbólico” (ORLANDI, 2015). A hipótese que se levanta é de que esse enunciado produz formações imaginárias constitutivas de um movimento de oposição à esquerda no Brasil, cuja determinação é dada ideologicamente; para verificarmos isso, a análise compreenderá comentários e *tweets*, que remetem ao enunciado “nazismo é de esquerda”, realizados em diferentes redes sociais.

Nessa perspectiva, ao optar por realizar a pesquisa no campo da Análise do Discurso, o *corpus* não será tratado como algo fechado, descritivo e homogêneo, mas antes, como uma potencialidade discursiva que produz diferentes efeitos de sentidos em seus interlocutores. Para realizar a pesquisa em questão, elegeu-se como objeto de investigação sequências discursivas em que o enunciado “nazismo é de esquerda” é posto em funcionamento. Para tanto, elas serão recortadas a partir de manchetes com a fala do atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmando que o nazismo é de esquerda; a partir de comentários realizados em um texto intitulado “Pela Aliança Liberal Conservadora” postado pelo Ex-Ministro das Relações Exteriores¹¹, Ernesto Araújo, em seu blog *Metapolítica 17*, no qual ele explica por que o nazismo é uma ideologia de esquerda; e a partir de *tweets* realizados na rede social *Twitter*, onde o assunto é amplamente discutido.

¹¹ Foi ministro das Relações Exteriores do Brasil entre janeiro de 2019 e março de 2021.

A escolha do gênero “comentários” nas redes sociais se deu pelo fato de que diferentes sentidos são produzidos por diferentes indivíduos nas redes sociais, ou seja, trata-se de um espaço de divergências discursivas, que estão cada vez mais presentes no círculo social da sociedade como um todo. Esse dado é importante, pois permite que o indivíduo se posicione em relação a um acontecimento. Portanto, esse gênero possibilita investigar como as formações imaginárias se constituem no espaço discursivo das redes sociais referente a afirmação “nazismo é de esquerda”.

A opção por compreender os efeitos de sentidos na discursividade “nazismo é de esquerda” aponta para várias questões fundamentais para os Estudos da Linguagem. Desse modo, o tema não foi definido de forma aleatória, mas com responsabilidade e consciência do terreno em que estava prestes a ser pisado.

Na Análise do Discurso, trabalhamos com os gestos de interpretação (ORLANDI, 2013); não tomamos a interpretação como algo pessoal, interpretativo no sentido pleno da palavra, mas como deslocamento da posição do analista em relação ao seu objeto. Cada análise realizada dentro do campo da Análise do Discurso possibilita diferentes modos de compreensão dos processos discursivos possíveis e seus modos de significação.

Diante disso, considerando a relação entre o político e o histórico, ressaltamos a importância de se trabalhar com o enunciado “nazismo é de esquerda”, visto as possibilidades de significação que o enunciado mobiliza. São práticas discursivas de evidenciamento que dão abertura para que outras discursividades sejam naturalizadas, regularizadas e evidenciadas na ordem do discurso, na contramão (antagonismo) a outros já-ditos. Historicamente, remetem a um período marcante da história, que constitui a memória discursiva.

Esse enunciado se torna possível pela sua materialização na língua, que se realiza na intermediação entre o sujeito e o discurso. Enquanto sujeito interpelado pela ideologia, ele é chamado a se posicionar, a interpretar e é nesse movimento que os sentidos se manifestam, como evidências. Sendo assim, ao optarmos por analisar essa discursividade, estamos pensando nessa posição sujeito que, ao dizer, significa, coloca em evidência certos sentidos para que outros sejam apagados, silenciados.

Trata-se de um movimento histórico-simbólico de discursivização que silencia sujeitos, silencia uma memória socialmente construída, silencia efeitos de sentidos e colocam em evidências sentidos outros que trazem implicações políticas e ideológicas preocupantes tanto para o discurso quanto para a história. Portanto, ao realizar essa investigação pelo aporte teórico da AD, tentamos realizar um movimento de análise em que os efeitos de sentidos estão sendo construídos pelo embate político-ideológico que constitui o enunciado “nazismo é de esquerda”, para que assim seja possível compreender as formações imaginárias que são produzidas nesse jogo discursivo, resultando em possíveis silenciamentos de sentidos ideologicamente constituídos e evidenciamentos de sentidos outros que se naturalizam na língua, instituindo outras filiações para a memória discursiva.

Como apresentado na contextualização deste projeto, ainda não há trabalhos realizados com o propósito de compreender os efeitos imaginários produzidos no enunciado “nazismo é de esquerda” em uma perspectiva discursiva. Diante da hipótese que se levanta, fundamentado na Análise do Discurso, o presente estudo carrega uma justificativa concreta, uma vez que tenta compreender a produção de sentidos numa discursividade que afeta tanto os sujeitos quanto a história como construção de uma memória discursiva. Para além disso, a pesquisa trata de um estudo necessário, visto a abrangência que o tema tem ganhado atualmente no Brasil, pois é proferido por autoridades e reproduzido por seus simpatizantes. Sendo assim, a repetição, a naturalização, a memória discursiva dessa discursividade ganha força, de modo a regularizar o dizer na ordem do dito e chama atenção para as possibilidades de filiações de sentidos.

A partir da temática proposta de analisar os imaginários produzidos na discursivização do enunciado “nazismo é de esquerda” e os silenciamentos e evidenciamentos que se constituem a partir deste, surgem os seguintes questionamentos:

- Como os efeitos de sentidos são atualizados e marcados no imaginário histórico social a partir do enunciado em questão?
- Como enunciados definidores como “nazismo é de esquerda” produzem efeitos de evidenciamentos e silenciamentos no Brasil?
- Como os imaginários são produzidos nessa discursividade?

Tendo em vista as indagações acima e os objetivos da presente pesquisa, elege-se como pergunta norteadora: como as formações imaginárias que constituem o enunciado “nazismo é de esquerda” interferem na memória discursiva enquanto reorganização das filiações de

sentidos no confronto histórico-político-ideológico dos sujeitos que enunciam e quais evidenciamentos e silenciamentos resultam a partir dessa posição discursiva?

Portanto, o objetivo geral do estudo que se desdobrará a seguir é analisar os imaginários produzidos na circulação do discurso governamental “nazismo é de esquerda”. Os desdobramentos desse objetivo geral se pautam nos seguintes objetivos específicos:

- Analisar as formações imaginárias produzidas a partir da posição discursiva de governo;
- Analisar as formações imaginárias a partir de comentários e tweets que se identificam com a Formação Discursiva dominante;
- Analisar a produção de silenciamentos e evidenciamentos no enunciado “nazismo é de esquerda”.

Para tanto, organizamos nosso estudo em três momentos; no primeiro apresentamos a teoria discorrendo sobre os principais conceitos que nortearam a nossa pesquisa como princípio fundamental para a compreensão do corpus; no segundo realizamos as análises dos corpora a partir da posição de governo, dos comentários e tweets realizados nos meios eletrônicos em relação ao enunciado chave da pesquisa. Por fim, tecemos as considerações finais sobre o percurso traçado e os últimos apontamentos. É importante ressaltar a nossa postura de que nenhuma pesquisa se fecha por completo, ela está sempre sujeita à releituras, à ressignificações, à falhas que são produtivas e necessárias para um trabalho que se situa em um campo em que o sentido pode sempre ser outro.

2. O MOVIMENTO TOTALITÁRIO NAZISMO E SEU VIÉS IDEOLÓGICO

Antes de iniciar nosso diálogo com a perspectiva teórica que norteará nossa pesquisa e análises, faz-se necessário apresentar a constituição histórica do movimento nazista, afinal, é pela contestação quanto à sua constituição política-ideológica que surgem as problemáticas do presente trabalho.

Para tanto, iremos revisitar a obra de Hannah Arendt (2012), *Origens do totalitarismo*, na qual a autora realiza uma pesquisa profunda e detalhada dos principais processos históricos que ocorreram no mundo, o antissemitismo, o imperialismo e o totalitarismo no século XX. De forma especial, trataremos da terceira parte de seu trabalho sobre o totalitarismo, pois nesta a autora apresenta uma abordagem sobre a ideologia dos processos totalitários, principalmente o nazismo. É importante destacar que a “ideologia” é entendida pela teórica como a “lógica de uma ideia” (ARENDR, 2012, p. 624) aplicada à história. Entretanto, vale ressaltar que a obra de Arendt (2012) não se trata de uma apresentação histórica dos acontecimentos ou uma descrição, mas de uma forma de pensar sobre como as maiores rupturas históricas aconteceram.

Em sua análise sobre o antissemitismo, Hannah Arendt (2012, p. 17) destaca que, “entre o antissemitismo como ideologia leiga do século XIX e o antissemitismo como ódio religioso aos judeus, inspirado no antagonismo de duas crenças em conflito, obviamente há uma grande diferença.”. O antissemitismo religioso foi substituído, a partir da segunda metade do século XIX, por um antissemitismo político, enquanto o “antissemitismo moderno nada mais é senão uma versão secularizada de populares medievais” (ibid., p. 17). Dessa forma, a autora versa sobre o panorama histórico dos povos judeus na França, Inglaterra, Alemanha e Áustria antes do Holocausto evidenciando o prestígio dos banqueiros judeus nas cortes europeias até o declínio na primeira metade do século XX, em que a proteção conferida aos judeus pelos financiamentos que ofereciam ao Estado já não era mais necessária:

Os acontecimentos políticos do século XX atiraram o povo judeu no centro do turbilhão de eventos; a questão judaica e o antissemitismo, fenômenos relativamente sem importância em termos de política mundial, transformaram-se em agente catalisador, inicialmente, da ascensão do movimento nazista e do estabelecimento da estrutura organizacional do Terceiro Reich, no qual todo cidadão tinha de provar que *não* era judeu ou descendente de judeus; e, em seguida, de uma guerra mundial de ferocidade nunca vista, que culminou, finalmente, com o surgimento do genocídio, crime

até então desconhecido em meio à civilização ocidental (ARENDRT, 2012, p. 21).

De acordo com que a autora apresenta sobre o panorama do antissemitismo, ela demonstra a constante presença do ódio aos judeus ao longo da história nos países europeus, chegando a se tornar a única questão que poderia unir a opinião pública, pois compreendiam que os judeus não tinham uma função na sociedade. Ao tratar sobre os primeiros partidos antissemitas, Arendt (2012) demonstra como os banqueiros judeus contribuíram para a criação do sentimento antijudaico na crise dos anos finais do século XIX que a Alemanha, a Áustria e a França vivenciaram. A autora ressalta que “o movimento esquerdista da classe média inferior e toda a propaganda contra o capital bancário tornaram-se antissemitas” (ibid., p. 70), principalmente na França. Contudo, o elemento socioeconômico foi só o início, pois em seguida a pequena burguesia da época temia que os judeus tomassem o poder político. Enquanto a aristocracia tentou se unir às forças conservadoras das igrejas, a nobreza investia nos *slogans* antissemitas para mobilizar as camadas da população.

Entretanto, havia uma distinção entre os primeiros partidos antissemitas e os demais, pois cada um tinha o ideal de ser um partido “**acima de todos os partidos**” (grifo nosso). Segundo Arendt (2012, p. 72) “os movimentos revolucionários de esquerda, que lutavam por uma mudança radical das condições sociais, de início jamais visavam diretamente a essa suprema autoridade política”, ao passo que “os grupos antissemitas preocupavam-se, também desde o início, com assuntos estrangeiros” (ibid., p. 72). Por consequência, o sentimento antissemita da esquerda era movido pelo desejo de transformar a estrutura do Estado-nação enquanto os outros partidos antissemitas pretendiam alcançar um governo intereuropeu “**acima de todas as nações**”. Aqui consiste a diferença entre os partidos antissemitas, já que o movimento socialista se preocupava em operar dentro dos limites do Estado-nação “pensando em emergir, quando decaíssem as estruturas sociais e políticas do Estado, como o único partido hostil a fantasias expansionistas, e que não sonhava com a destruição de outros povos” (ibid., p. 75). Em contrapartida, Arendt (2012) demonstra que o supranacionalismo dos antissemitas objetivavam uma superestrutura estatal, partindo de uma ideia hegemônica. Sendo assim, os partidos de esquerda não se alinharam ao movimento e os partidos ultranacionalistas tomaram a frente entre o século XIX e XX.

Não nos atentaremos quanto à época do Imperialismo exposta por Hannah Arendt, por não abranger o tema da nossa pesquisa. Sendo assim, partiremos para os movimentos totalitários que surgiram na Rússia em 1929, o bolchevismo; e na Alemanha em 1933, o nazismo, tratados na terceira parte do livro pela autora, em que ela demonstra as principais características desses movimentos. Essa abordagem histórica sobre a origem dos movimentos totalitários é importante para compreender como surgiram e como influenciam no modo de discursivizar sobre eles na atualidade, principalmente no Brasil, onde há a presença de diversas células nazistas, como Dietrich (2007) verificou em suas pesquisas.

O capítulo é dividido em subcapítulos, em que Arendt (2012) irá tratar sobre a influência nas massas populares; sobre o movimento totalitário e suas características; sobre o totalitarismo no poder; e por fim, como ideologia. No que diz respeito às massas, a pesquisadora destaca que não é possível um regime totalitário sem o apoio delas, pois “os movimentos totalitários objetivam e conseguem organizar as massas” (ARENDR, 2012, p. 436), já que é pela força da população que se torna viável o governo totalitário. Quanto ao termo, Arendt (2012) aponta que

o termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto (ARENDR, 2012, p. 438-439).

É a partir dessa massa que os movimentos totalitários começam a ganhar força, com a propaganda, a argumentação e a sensação de participação, pois enquanto massa, não participavam ativamente do âmbito político. Conforme Arendt (2012) demonstra, com o colapso no sistema de classes, conseqüentemente houve o colapso do sistema partidário, pois a massa não se sentia representada. É importante destacar que tanto Hitler quanto Stalin vieram de um movimento partidário composto expressivamente por indivíduos revolucionários, que não se sentiam representados politicamente, “mas os mais talentosos líderes de massa de nossa época ainda vieram da ralé, e não das massas. [...] A ralé, enquanto força motriz das massas, já não era o agente da burguesia nem de ninguém a não ser das próprias massas.” (ARENDR, 2012, p. 446-447).

Esse sentimento de pertencimento é o que colaborou para a formação dos movimentos totalitários, organizados por indivíduos “atomizados e isolados”. Dessa forma, Hitler, ao organizar o movimento nazista na Alemanha, se destacou por não apresentar um programa de partido ou discuti-lo, uma vez que precisa conquistar a massa pela lealdade e honra, “essencialmente, o líder totalitário é nada mais e nada menos que o funcionário das massas que dirige” (ARENDDT, 2012, p. 455). Logo após a Primeira Guerra Mundial, a elite europeia se sentiu atraída pelo pronunciado ativismo dos movimentos totalitários, aliando-se ao movimento, pois acreditavam representar o destino da época, assim como a ralé, “a perturbadora aliança entre a ralé e a elite e a curiosa coincidência das suas aspirações originaram-se do fato de que essas duas camadas haviam sido as primeiras a serem eliminadas da estrutura do Estado-nação e da estrutura da sociedade de classes.” (ibid., p. 471).

Como forma de agregar mais pessoas e tornar o movimento “aceitável” aos olhos do público, o movimento nazista investiu fortemente na propaganda, “mas essa propaganda é sempre dirigida a um público de fora – sejam as camadas não totalitárias da população do próprio país, sejam os países não totalitários do exterior” (ARENDDT, 2012, p. 475). Hitler foi um grande exemplo de investimento em propaganda, chegando a falar com clareza e brutalidade sobre os ideais do movimento nas propagandas. Assim, ela foi alinhada ao terror, essência da forma de governo totalitário, dirigido às massas como modo de controle. “Os nazistas deram à questão judaica a posição central na sua propaganda”, criando um sentimento antisemita interno que se baseava na ilusão de um domínio mundial pelos judeus, caso eles não fossem combatidos. A partir disso, Hitler conseguia organizar a massa e ao mesmo tempo era visto como um demagogo, sendo subestimado pelos seus oponentes.

Quanto à questão ideológica, apresentada por Arendt no último subcapítulo, a autora a define como “a lógica de uma ideia. [...] a ideologia trata o curso dos acontecimentos como se seguisse a mesma ‘lei’ adotada na exposição lógica de sua ideia.” (ARENDDT, 2012, p. 624). Dessa forma, segundo a teórica, a ideologia está ligada ao movimento no processo lógico da noção de história, que acontece seguindo a racionalidade de uma ideia. Ainda de acordo com Arendt (2012), todas as ideologias são compostas por mecanismos totalitários e possuem três elementos que revelam esta composição: a tendência em analisar o movimento da história e não o que vem a ser esse movimento, “a pretensão de explicação total promete esclarecer todos os acontecimentos históricos – a explanação total do passado, o conhecimento total do presente e a previsão segura do futuro” (ibid., p. 627); a insistência em uma realidade “verdadeira”, ou

seja, há uma emancipação da realidade; e, por fim, a libertação do pensamento da realidade por métodos de demonstração, assim a realidade torna-se aquela que é organizada segundo os métodos ideológicos.

Em vista disso, Hannah Arendt (2012) não define a ideologia totalitária como “direita” ou “esquerda”, mas antes propõe uma compreensão dos movimentos totalitários e como a humanidade chegou a esse ponto, chamando atenção para a forma como a ideologia compreendida como a “lógica de uma ideia” está imbricada nesses processos. Assim como a autora destaca

a questão que levantamos no início destas considerações, e a qual retornaremos, diz respeito ao tipo de experiência básica na vida humana em comum que inspira uma forma de governo cuja essência é o terror e cujo princípio de ação é a lógica do pensamento ideológico (ARENDR, 2012, p. 632).

A exposição dessa obra arendtiana faz-se necessária, uma vez que ela nos ajuda a compreender o movimento totalitário sobre o qual incide os enunciados que serão analisados nos próximos capítulos dessa pesquisa. Entretanto, ainda há uma pergunta latente: como o enunciado definitivo “nazismo é de esquerda” surgiu?

Esse enunciado ganhou forças na rede social *Twitter*, sendo comentado por diversos historiadores, jornalistas, líderes de governo e simpatizantes da esquerda e da direita, tanto no Brasil quanto em outros países. Por meio de uma pesquisa aprofundada realizada no *Twitter*, descobrimos que o primeiro *tweet* que remete a esse enunciado foi publicado em 2011, entretanto, essa definição só veio ganhar força a partir de 2018, ano que teve o maior número de *tweets* publicados sobre o assunto.

Em outra pesquisa realizada nos principais meios de comunicação dos Estados Unidos, foi possível perceber que esse é um enunciado que também se faz presente nesse país. No jornal *The Washington Post*¹², há uma coluna, publicada em fevereiro de 2020, sobre a necessidade de compreender a perspectiva política-ideológica do nazismo. Segundo o jornal

Embora os nazistas buscassem um nível de intervenção governamental na economia que chocaria os defensores do livre mercado doutrinário, seu

¹² Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/outlook/2020/02/05/right-needs-stop-falsely-claiming-that-nazis-were-socialists/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

‘socialismo’ era, na melhor das hipóteses, um elemento secundário em seu apelo. Na verdade, a maioria dos defensores do nazismo abraçou o partido precisamente porque o viam como um inimigo e uma alternativa à esquerda política. Um olhar mais atento sobre a conexão entre nazismo e socialismo pode nos ajudar a entender melhor ambas as ideologias em seus contextos históricos e seu significado para a política contemporânea (GRANIERI, 2020, tradução nossa).¹³

Uma das argumentações de quem defende a posição de que o nazismo é de esquerda é a associação da sigla (nacional-socialismo) com o socialismo. Essa ideia foi explicada por Michael Ray, editor e historiador, em um artigo publicado pela Britannica¹⁴, em que ele expõe que

A propaganda desempenhou um papel significativo em sua ascensão ao poder. Para esse fim, ele defendeu os princípios sugeridos por um nome como Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, mas seu principal - na verdade, único - foco era alcançar o poder a qualquer custo e avançar sua agenda racista e antisemita. Após o fracasso do Beer Hall Putsch, em novembro de 1923, Hitler se convenceu de que precisava utilizar as estruturas democráticas oscilantes do governo de Weimar para atingir seus objetivos (RAY, 2020, tradução nossa).¹⁵

O autor explica ainda que, em abril de 1933, todos os socialistas, comunistas, democratas e judeus foram expulsos do serviço alemão. Em julho do mesmo ano, Hitler proibiu todos os outros partidos políticos, além disso, os membros dos partidos comunistas e socialistas foram presos nos campos de concentração.

A *Deutsche Welle*, emissora internacional da Alemanha, publicou um artigo em março de 2019, escrito por Gabriel Bonis, pesquisador e jornalista correspondente no Brasil, no qual explica as origens ideológicas do nazismo, esclarecendo o conceito socialista presente na sigla do partido e o racismo do movimento totalitário.¹⁶

¹³ Although the Nazis did pursue a level of government intervention in the economy that would shock doctrinaire free marketeers, their “socialism” was at best a secondary element in their appeal. Indeed, most supporters of Nazism embraced the party precisely because they saw it as an enemy of and an alternative to the political left. A closer look at the connection between Nazism and socialism can help us better understand both ideologies in their historical contexts and their significance for contemporary politics.

¹⁴ Disponível em: <<https://www.britannica.com/story/were-the-nazis-socialists>> Acesso em 26 de agosto de 2020.

¹⁵ Propaganda played a significant role in his rise to power. To that end, he paid lip service to the tenets suggested by a name like National Socialist German Workers’ Party, but his primary—indeed, sole—focus was on achieving power whatever the cost and advancing his racist, anti-Semitic agenda. After the failure of the Beer Hall Putsch, in November 1923, Hitler became convinced that he needed to utilize the teetering democratic structures of the Weimar government to attain his goals.

¹⁶ Disponível para leitura em: [dw.com/pt-br/as-origens-ideológicas-do-nazismo/a-45591317](https://www.dw.com/pt-br/as-origens-ideológicas-do-nazismo/a-45591317). Acesso em: 15 jan. 2021.

Além desses meios de comunicação, há outros que se dedicaram na pesquisa e esclareceram sobre a posição político-ideológica do nazismo, como o artigo de opinião publicado em dezembro de 2018, no *The New York Times* sobre o uso do Yad Vashem, museu mundial do Holocausto para fins políticos pelo governo israelense ao receber líderes autoritários de direita¹⁷; o canal de jornalismo *Vox*, dos Estados Unidos, realizou uma entrevista com o filósofo Jason Stanley sobre seu livro *Como funciona o fascismo*, também em dezembro de 2018, na qual discutiram sobre o fascismo, a verdade e Donald Trump¹⁸.

Ademais, a mídia brasileira também se encarregou de buscar fontes históricas, sociológicas e/ou filosóficas para compreender o discurso que estava em argumentação no momento, como a reportagem do *The Intercept Brazil* sobre a visão de Hitler, retratada no seu livro *Mein Kampf*, a respeito da comparação entre o partido nazista e os comunistas¹⁹; o relatório publicado pela *BBC Brasil* sobre a visita de Bolsonaro ao Yad Vashem, em abril de 2019, em Jerusalém, e a posição oficial do museu sobre o assunto²⁰. Assim como os pesquisadores do Centro de Estudos sobre Justiça de Transição (CJT/UFMG), que publicaram um artigo em inglês no qual discutem sobre o revisionismo proposto por Bolsonaro ao assegurar que o nazismo é um movimento de esquerda, lembrando sua fala em frente ao museu mundial do Holocausto em Israel²¹.

Há muitos outros veículos de comunicação que publicaram artigos, reportagens, entrevistas discutindo sobre o viés da afirmação “nazismo é de esquerda”, mas deixaremos como sugestão de leitura nas referências bibliográficas.

Tendo em vista o que foi exposto anteriormente, o enunciado tomou uma grande proporção no meio social e ainda é presente nas discussões dentro das academias, nas mídias e, principalmente, defendido pela ala ideológica do atual presidente do Brasil. Essa foi a principal motivação de nosso estudo, compreender discursivamente as implicações desse enunciado nas formações imaginárias dos sujeitos que defendem essa posição discursiva.

¹⁷ Disponível para leitura em: <https://www.nytimes.com/2018/12/08/opinion/sunday/yad-vashem-holocaust-memorial-israel.html>. Acesso em: 15 jan. 2021.

¹⁸ Disponível para leitura em: <https://www.vox.com/2018/9/19/17847110/how-fascism-works-donald-trump-jason-stanley>. Acesso em: 15 jan. 2021.

¹⁹ Disponível para leitura em: <https://theintercept.com/2019/04/03/hitler-nazismo-esquerda/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

²⁰ Disponível para leitura em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47784368>. Acesso em: 15 jan. 2021.

²¹ Disponível para leitura em: <https://cjt.ufmg.br/en/2019/04/11/bolsonaro-and-left-wing-nazism-what-is-the-goal-of-the-revision-of-the-past/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

3. A CIÊNCIA DO ENTREMEIO NOS ESTUDOS DISCURSIVOS

Levando-se em consideração a constituição, circulação e formulação no enunciado “nazismo é de esquerda”, a presente pesquisa se conduzirá a partir do aporte teórico e metodológico fundamentado na Análise do Discurso Francesa Pechêutiana. A motivação para a escolha desse campo teórico-epistemológico surgiu visto a significativa contribuição que a teoria materialista do discurso, fundada por Michel Pêcheux, trouxe para o campo dos Estudos da Linguagem.

Uma das maiores preocupações de Michel Pêcheux ao desenvolver a teoria do discurso era que alguém a entendesse como uma sociologia da linguagem. A Análise do Discurso surge na França, nos anos de 1960, em um contexto político histórico de lutas por reformas na estrutura social do país na época, conhecido como “Maio de 68”. Essas reivindicações seriam apenas o início para os estudos que se desdobrariam a partir dessa nova forma de pensar e de se relacionar com o mundo. No âmbito das ciências e dos estudos filosóficos e linguísticos, não seria diferente, pois as referências teóricas giravam em torno, principalmente, do estruturalismo filosófico e havia críticas direcionadas ao positivismo como método científico, pois este se concentrava na forma conteudista. Sendo assim, teóricos como Lévi-Strauss, Foucault, Lacan, Althusser, Barthes e muitos outros, cada um a partir do seu campo de conhecimento, procuravam desenvolver conhecimentos em torno da língua e do sujeito considerando os aspectos ideológicos e históricos.

As discussões e teorias realizadas por esses autores, assim como Ferdinand Saussure, constituem-se como fonte de leitura e herança teórica para o que viria se conceber, posteriormente, como Análise do Discurso. Entre as ciências que se instituíram na época, Orlandi (2017, p. 15) esclarece que:

M. Pêcheux permanece em uma reflexão de entremeio, entre a sociolinguística, a linguística, a pragmática e a teoria da enunciação, conservando, em torno do sujeito na língua assim como a articulação entre língua e ideologia (e inconsciente) abordando os pontos decisivos do materialismo histórico: a questão do Estado, da prática política e da psicanálise (ORLANDI, 2017, p. 15).

A Análise do Discurso se inscreve assim em três grandes pilares teóricos: o Materialismo Histórico com Marx e Althusser, a Linguística com Ferdinand Saussure e a Psicanálise com Freud e Lacan. Cada um desses pilares, atravessados pela subjetividade, contribuem para a

construção de uma teoria que trabalha com a questão da língua e sua exterioridade. Dessa forma, Pêcheux em coautoria com Fuchs (1990, p. 163-164) considera:

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 163-164).

Os deslocamentos instituídos por esses pilares tratam a língua e o sentido em relação com a historicidade, e são atravessados por uma teoria da subjetividade. Pêcheux considera justamente o objeto que era ignorado pela ciência da época e o torna ponto central da AD: o discurso. A noção de discurso permeia nesse espaço de uma forma em que coloca em questionamento a historicidade na Linguística; o materialismo pelo aspecto simbólico e, sem se deixar ser absorvida pela psicanálise, “trabalha a ideologia como materialidade relacionada ao consciente” (ORLANDI, 2015, p. 18). Pêcheux (1990) não se filia a nenhum desses três pilares em específico, porém, utiliza de noções que transitam nesses diferentes campos do conhecimento para trabalhar o discurso, por isso a Análise do Discurso trata-se de uma disciplina do entremeio, pois não se filia a uma ciência. Antes, busca contribuições na linguística, na psicanálise e na historicidade para pensar seu objeto de estudo, sem que este recaia na ciência clássica (PÊCHEUX; FUCHS, 1990). É na relação desses três pilares que surge a Análise do Discurso materialista.

Sendo assim, a Análise do Discurso se apresenta como uma teoria crítica da linguagem, situando-se no entremeio das Ciências Sociais e Humanas, em que se investiga a relação entre linguagem, história, sociedade e ideologia, além da produção de sentidos e a noção de sujeito. Segundo Mariani (1996), a Análise do Discurso se propõe a discutir e definir a linguagem em sua relação com a exterioridade, como forma de “compreender os modos de determinação histórica dos processos de produção dos sentidos na perspectiva de uma semântica de cunho materialista” (ibid., p. 21). Compreendemos que a Análise do Discurso reconhece a materialidade da linguagem (discurso) na sua dimensão sócio-histórico-política, a partir de um princípio fundamental para a AD, a linguagem não é transparente. Segundo Orlandi (1996, p. 37),

A análise do discurso trabalha com a materialidade da linguagem, considerando-a em seu duplo aspecto: o linguístico e o histórico, enquanto indissociáveis no processo de produção do sujeito do discurso e dos sentidos que (o) significam. O que me permite dizer que o sujeito é um lugar de *significação* historicamente constituído (ORLANDI, 1996, p. 37).

Quanto à questão da materialidade na perspectiva discursiva, retomamos o trabalho de Pêcheux (1983), *Discurso: estrutura ou acontecimento*, em que ele trabalha com a noção de materialidade no discurso. Trata-se de um livro publicado em 1983, na última fase da AD, no qual emerge a questão sobre o que é o discurso. Para Pêcheux (2002), o discurso é estrutura e acontecimento; não se trata de conceber o discurso como um objeto descritivo e fechado em si mesmo, assim como o autor afirma, nem “se trata de pretender aqui que todo discurso seria um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe” (PÊCHEUX, 2002, p. 56), mas de conceber o discurso tanto como estrutura, enquanto materialidade linguística, quanto como acontecimento, que se trata do encontro entre uma atualidade e uma memória.

Nesse sentido, a materialidade da língua se constitui nas regularidades linguísticas que são marcadas historicamente pelos sujeitos e produzem efeitos de sentido entre seus interlocutores. Se pensarmos no nosso *corpus* de análise, estamos lidando com um discurso que coloca em embate uma memória socialmente estabelecida (nazismo) com o que se diz atualmente sobre essa memória (é de esquerda), em condições de produção nas quais os processos históricos da humanidade são questionados.

Essa perspectiva permite que o analista do discurso olhe para o seu *corpus* de análise levando em consideração a sua materialidade, não somente as questões formais, mas ciente de que são sujeitos circunscritos na prática social que se posicionam por meio da língua. Pêcheux (2015) aponta as problemáticas nas teorias estruturalistas e introduz a dimensão social e histórica que compõem a linguagem, ressaltando que “a análise do discurso não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando ‘os’ sentidos dos textos” (PÊCHEUX, 2015, p. 291), mas trabalha no entremeio, entre a linguagem e sua exterioridade.

Nesse sentido, a Análise do Discurso trabalha com a língua em movimento, com a dimensão social, considerando o sujeito descentrado enquanto falha, equívoco, subjetividade, que passa por diferentes formas de significação. O sujeito do discurso é considerado um ser simbólico,

ideológico e histórico. Sendo assim, ao lidar com um acontecimento linguístico, a Análise do Discurso permite ao analista colocar-se em uma posição de comprometimento e reflexão diante do *corpus*, possibilitando-o realizar gestos de leitura a partir de dispositivos teóricos que o desloca da posição de ingenuidade diante da linguagem. Isso, entretanto, não significa dizer que a Análise do Discurso ofereça um conjunto de metodologias fechadas de análise ou de definições teóricas prontas. Antes, porém, é preciso realizar esse gesto de deslocamento, de tomar para si as noções propostas e pensá-las discursivamente, significar, territorializar.

Pêcheux (1988) ressalta que o trabalho de interpretação e produção de sentidos na Análise do Discurso está sempre suscetível a tornar-se outro, há sempre algo que escapa ao sujeito no processo de significação e que se desloca discursivamente, “todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série [...] de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que se pretende trabalhar a análise de discurso.” (ibid. p. 53). Sendo assim, o analista do discurso trabalha nesse lugar movediço, em que pinça sentidos possíveis de análise a partir do *corpus*, mas sempre ficará sentidos outros que escapam no processo de análise.

A Análise do Discurso vem desse espaço de retomada da Linguística, da História e da Psicanálise, mas com uma posição crítica. Em relação à Linguística, Pêcheux não critica Saussure, mas faz uma releitura a partir do trabalho realizado por seu precursor. Pêcheux (1988) crítica os universos ilusoriamente estabilizados pela Linguística e aponta para um estudo da língua que não é estabilizado, mas equívoco. Há sempre algo que não se dá conta de dizer, pois são efeitos de sentidos se reestruturando, se chocando, se renovando, há sempre algo impossível de se dar conta na língua (equívoco), impossível de se dizer, é o que está na ordem do real da língua: as falhas, a contradição, a ambiguidade, a opacidade, mas que permanece produzindo efeitos nos sujeitos da interação. O real é algo inefável de se dizer, o desconforto da língua, mas que produz efeitos de sentido.

3.1 A questão da língua na Análise do Discurso

A língua pelo viés discursivo é pensada como a materialidade do discurso. Dessa forma, a Análise do Discurso trabalha “com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas” (ORLANDI, 2015, p. 13-14). Nessa perspectiva, a língua vai além da estrutura formal

defendida pelo viés estruturalista, ela é tomada pelos atravessamentos exteriores que a constitui enquanto tal, considerando o processo e as condições de produção (ORLANDI, 2015). Conforme Pêcheux (2015, p. 228) conceitua,

a posição epistemológica da análise do discurso conduz então, a pensar na existência da língua não como um sistema (o software de um órgão mental!), mas como um real específico formando o espaço contraditório do desdobramento das discursividades (PÊCHEUX, 2015, p. 228).

Nessa perspectiva, a língua, na sua materialidade, afeta os sentidos e os sujeitos. Por isso, o analista do discurso, ao conceber o fenômeno linguístico pela AD, compreende que a língua não é totalmente transparente, mas complexa, se inscreve em diferentes discursividades, é opaca e produzida em condições de produções específicas que determinam os efeitos de sentido provocados no sujeito do discurso. Reafirmando esse posicionamento da opacidade da língua, Orlandi (2012, p. 9-10) destaca que “o corpo do sujeito e o corpo da linguagem não são transparentes. São atravessados de discursividade, isto é, de efeitos desse confronto, em processos de memória que tem sua forma e funciona ideologicamente”. Logo, nem a língua, nem os sentidos, nem o sujeito são transparentes, mas antes, atravessados pelo social, pelo histórico e pelo ideológico. Nesse sentido é possível compreender o discurso como

Uma sequência linguística de dimensão variável, geralmente superior à frase, referida as condições que determinam a produção dessa sequência em relação a outros discursos, sendo essas condições propriedades ligadas ao lugar daquele que fala e àquele que o discurso visa, isto é, àquele a quem se dirige formal ou informalmente, e ao que é visado através do discurso (PÊCHEUX, 2015, p. 214).

O discurso é assim, *efeitos de sentidos*, uma vez que é compreendido na sua dimensão heterogênea de produção e circulação. É com essa consciência que buscamos analisar o *corpus* que constitui a atual pesquisa, mediada pelo dispositivo teórico da Análise do Discurso.

O discurso, para a Análise do Discurso Pêcheutiana, é movimento, o homem se significando pela língua constituído por processos históricos, ideológicos, culturais, sociais e políticos. É nessa relação que Pêcheux (1969, p. 82) afirma que o discurso é “efeitos de sentidos entre locutores”. Se podemos considerar o discurso nessa dimensão, isso implica compreender o seu atravessamento pela exterioridade.

Pêcheux (1988), ao elucidar sobre a oposição entre base linguística e processo discursivo, destaca que “*a discursividade não é a fala (parole)*, isto é, uma maneira individual ‘concreta’ de habitar a ‘abstração’ da língua: não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função” (PÊCHEUX, 1988, p. 91, grifo do autor), ou seja, o discurso não se resume na língua sendo pronunciada, estruturada em processos homogêneos, dicotômicos; “a língua é a condição de possibilidade do discurso”, que é inscrito em processos históricos-ideológicos, sempre em relação com o outro, com a exterioridade. Nessa perspectiva, “quando falamos em discurso, portanto, estamos-nos reportando a um dos aspectos materiais da ideologia, ou seja, no discurso se dá o encontro entre língua e ideologia” (MARIANI, 1996, p.23).

A exterioridade, conforme Orlandi (1996) afirma, não é tratada na Análise do Discurso no sentido concreto da palavra, “não tem a objetividade empírica do ‘fora’ da linguagem, pois na análise do discurso, a exterioridade é suprimida para intervir como tal na textualidade” (ORLANDI, 1996, p. 38), aqui encontra-se o entremeio da discursividade. A textualidade ou o modo como o discurso se textualiza é constituída pelas interações que o sujeito realiza, pois é por meio das relações, das interações, do contato com o outro da linguagem que o sujeito se constitui no real da língua, o qual é exteriorizado pelo discurso, resultando em uma exterioridade discursiva. Em conformidade, Mariani (1996, p. 26) afirma que

Em AD, a exterioridade não se confunde com a ideia de realidade empírica. O que chamamos de realidade é o resultado da construção/rememorialização cotidiana de concepções de mundo que não se inauguram nos sujeitos, mas que se concretizam em suas práticas sem que haja percepção crítica deste processo (MARIANI, 1996, p. 26).

A realidade se concebe nas práticas sociais do sujeito, nas suas percepções de mundo, que se significam pelo seu dizer, assim como o próprio sujeito se significa no dizer, sempre em processo de ressignificação. É interessante destacar que, de acordo com Orlandi (1996), a exterioridade discursiva é trabalhada pelo interdiscurso. Por interdiscurso significa considerar que, o discurso não é independente, é ligado a outras filiações discursivas que são movimentadas na memória dos sujeitos. Conforme Pêcheux (1990) afirma, todo discurso é um índice potencial nas filiações sócio-históricas de identificação, o discurso não é independente das redes de memória, ele constitui, assim, ao mesmo tempo, um efeito nessas redes de filiações e um deslocamento no seu espaço-tempo.

Logo, ao mesmo tempo em que o discurso desestrutura essa rede, ele a reestrutura, uma vez que foi afetado por outro objeto de identificação. Em outras palavras, o discurso não é independente, ele é filiado a uma rede de memórias, é atravessado por outros dizeres, já-ditos. Nesse sentido, compreendemos que o enunciado “nazismo é de esquerda” parte de outros já-ditos, atravessados pela discursivização dos termos “nazismo” e “esquerda”.

O discurso só é possível pela língua, como também é constituído pela memória, pela exterioridade, “aí se explica o processo de constituição do discurso: a memória, o domínio do saber, os outros dizeres já ditos ou possíveis que garantem a formulação (presentificação) do dizer, sua sustentação.” (ORLANDI, 1996, p. 39). A autora acrescenta ainda que

junto ao jogo da relação com a exterioridade – pensando-se a exterioridade como constitutiva, isto é, como memória, com o interdiscurso – temos as condições de produção imediatas (circunstância da enunciação) e o contexto sócio-histórico (ORLANDI, 2012, p. 51).

Elucidar esse funcionamento da língua sendo atravessada pela exterioridade é essencial para compreender a constituição do discurso na perspectiva da AD. Essa relação de um dizer com outros dizeres, que estão na memória social, definem o que compreendemos por interdiscurso.

O interdiscurso é definido por Orlandi (2012, p. 59) como

O conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que dizemos, sustentando a possibilidade mesma do dizer. Para que nossas palavras tenham sentidos é preciso que já tenham sentidos. Esse efeito é produzido pela relação com o interdiscurso, a memória discursiva: algo fala antes, em outro lugar, independentemente. Tenho definido o interdiscurso como a memória que se estrutura pelo esquecimento (ORLANDI, 2012, p. 59).

Assim, a formação de sentidos depende de outros já ditos, pela relação com a memória discursiva. É por essa memória discursiva que o sujeito se significa no discurso. Pensando no *corpus* de análise, o enunciado “nazismo é de esquerda”, tudo o que já foi dito sobre o nazismo, tudo o que já foi visto, documentado, publicado, historicizado, são significados por essa discursividade. São redes de sentidos que se filiam, na relação com a língua e a história, de forma que o sujeito, ao realizar seu gesto de interpretação, seja constituído pela ideologia e o inconsciente/esquecimento.

Língua e história para a Análise do Discurso são inseparáveis, pois os sentidos se produzem na/pela história. Essa é uma relação que perpassa a língua, uma vez que ela não é tomada somente como um sistema abstrato de comunicação, mas como materialidade discursiva que produz efeito de sentidos. Na AD, de acordo com Mariani (1996), efeitos de sentido é compreendido como o processo discursivo que se realiza pelos/nos sujeitos que estão em uma interação discursiva, segundo Pêcheux (1988, p. 184, nota 49), trata-se de um “efeito em retorno dos processos discursivos sobre a língua”. O sentido não pertence ao sujeito do discurso, mas é produzido enquanto efeito entre os interlocutores que intervêm na interação discursiva e assim se regulariza e se ressignifica no elo discursivo, que não é finito, mas está sempre em relação a outros discursos. Para a AD, na repetição há a diferença, assim como o discurso pode se abrir para outros discursos, para a ruptura, para sentidos outros (paráfrase e polissemia).

Isto posto, de acordo com Orlandi (2015), é possível sintetizar dois níveis discursivos: 1) interdiscurso: região do dizível sócio-historicamente marcado. O universo do dizer, o conjunto de todas as formações discursivas, com uma dominante, que está no nível da constituição do discurso. 2) Intradiscurso: horizontal, efeito ilusório linear que se dá nos encadeamentos sintáticos, o que retoma na história, que realiza o trabalho de costurar os sentidos presentes no interdiscurso, o que ocorre num dado enunciado que responde à história, o que é possível dizer, está no nível da formulação.

3.2 História, historicidade e memória

Orlandi (1996) realiza uma diferenciação entre história e historicidade. Segundo a autora, a história²² era compreendida pela Linguística no seu sentido cronológico, o que a diferencia da AD, que, por sua vez, tem a história como constitutiva da linguagem, por isso não se fala história, mas *historicidade*. Nesse sentido, Orlandi (1996) afirma que não se trata de olhar o texto no seu período histórico, mas olhar para o texto enquanto materialidade histórica e discursiva. No presente estudo, lidamos com um *corpus* que remete a um período histórico, mas que será analisado enquanto uma historicidade, pois desloca efeitos de sentido que

22 A História é um campo do conhecimento caracterizado como interpretativo. Porém, há método, crítica, limitações impostas pelas evidências, ou seja, não é um campo aberto a qualquer opinião. Sobre isso, deixamos como sugestão de leitura a obra: LUCA, Tania Regina. *Práticas de Pesquisa em História*. São Paulo, Editora Contexto, 2020.

silenciam ideologicamente um acontecimento histórico, sobrepõem os sentidos historicamente construídos. Portanto, pode se dizer, que “a historicidade é função da necessidade do sentido no universo simbólico” (ORLANDI, 1996, p. 57).

Mariani (1996, p. 22) destaca a presença do histórico na discursividade, entendido como historicidade, pois enquanto produção simbólica dos sentidos, organiza as relações de poder presentes em uma formação social. Segundo a autora, essa produção é afetada pela memória do dizer e sujeita a rupturas, uma vez que está em relação aos processos sociais e é constitutiva da materialidade linguística. Se a historicidade se significa no universo simbólico, isso implica dizer que ela também passa por diferentes gestos de interpretação. Um acontecimento histórico pode vir a ser abordado em outras condições, suscitando efeitos de sentidos que potencializam os fios discursivos da memória. A memória, por sua vez, é trabalhada na Análise do Discurso como um “saber discursivo”.

Em relação a isso, Pêcheux (2015, p. 44) afirma que a “memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita nas práticas, e da memória construída do historiador.” Se a memória se entrecruza entre tantos acontecimentos, significa que, conforme Orlandi (2017, p. 171) pontua, “todo dizer se produz sobre um já dito. Todo dizer é assim já um gesto de interpretação, uma posição, entre outras, em relação a uma memória”. Logo, trata-se de um interdiscurso, uma memória discursiva.

Mariani (1996, p. 39) compreende ainda que

A memória discursiva pode ser entendida como a reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente, sob diferentes modos de textualização (referimo-nos aqui, por exemplo, a produção literária, científica ou mítica, historiográfica e/ou jornalística), na história de uma formação ou grupo social. O 'recordar' possibilitado pela memória também se concretiza no movimento do presente em direção ao devir, engendrando assim uma espécie de 'memória do futuro' tão imaginária e idealizada quanto a museificação do passado em determinadas circunstâncias (MARIANI, 1996, p. 39).

Ampliando essa discussão, Mariani (1996) assevera que, discursivamente, significa tomar a memória a partir das formas conflituosas do processo de significação da história, ou seja, uma nova maneira de se dizer sobre um objeto pela memória ou de romper com um objeto que era

silenciado. Dessa forma, o acontecimento retroalimenta a memória, atualizando-a na história, mesmo que seja no nível do repetível, o acontecimento, atualizado pela memória discursiva, já não é mais o mesmo. A memória funciona em termos de ruptura, o jogo entre o que é possível ou não dizer, no nível da linguagem, tensionada pelo poder de abalo dos acontecimentos. Apontando para a necessidade de compreender o trabalho da memória discursiva na AD, Pêcheux (1983, p. 263, apud MARIANI, 1996, p. 41) afirma que

consideramos o trabalho da memória discursiva como estruturação de materialidade discursiva complexa, tensionada numa dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que frente a um texto aparecendo como acontecimento a ler, vem reavivar os 'implícitos' (e, mais tecnicamente, os preconstituídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) necessários para sua leitura: a condição do lisível com relação ao próprio lisível (PÊCHEUX, 1983, p. 263, apud MARIANI, 1996, p. 41).

Contudo, o falante não tem compreensão deste deslocamento que a memória realiza, Indursky (2011, p. 4) salienta que

o sujeito, ao produzir seu discurso, o realiza sob o regime da repetibilidade, mas o faz afetado pelo esquecimento, na crença de ser a origem daquele saber. Por conseguinte, a *memória* de que se ocupa a AD não é de natureza cognitiva, nem psicologizante. A memória, neste domínio de conhecimento, é social. E é a noção de *regularização* que dá conta desta memória (INDURSKY, 2011, p. 4).

Há um duplo movimento que permite ao sujeito ter a impressão de que ele é origem de um saber, de um discurso. Orlandi (2002, p. 71) parafraseando Pêcheux (1988) lista da seguinte forma:

1º momento: a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Essa é a forma de assujeitamento que, em qualquer época, mesmo que modulada de maneiras diferentes, é o passo para que o indivíduo – que chamaremos indivíduo em primeiro grau (1) – afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito, se subjetive. É assim que poderemos dizer que o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e mestre do que diz.

2º momento: O estabelecimento (e a transformação) do estatuto do sujeito corresponde ao estabelecimento (e a transformação) das formas de individua(liza)ção do sujeito em relação ao Estado (ORLANDI, 2002, p. 71).

Conforme Orlandi nos expôs anteriormente, no primeiro momento, que não é da ordem cronológica, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Logo, ele *torna-se sujeito*,

independentemente da época histórica, das condições de produção, pois enquanto sujeito, ele é afetado pelo simbólico e interpelado pela ideologia, onde expressa a ilusão de ser origem do seu dizer. “A forma-sujeito, que resulta dessa interpelação pela ideologia, é uma forma-sujeito histórica, com sua materialidade” (ORLANDI, 2002, p. 71.). O sujeito é sempre já sujeito, com o equívoco de pensar que os sentidos estão sempre expostos, transparentes. Quando ele nasce já está inserido em um processo em que sentidos já estão naturalizados, com a língua em uso, em movimento.

No segundo momento, o Estado, por meio das suas instituições, individualiza a forma-sujeito-histórica em função da inserção do sujeito nas relações sociais. Portanto, trata-se de dois momentos distintos e que não são de ordem cronológica.

Nesse sentido, a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. Pêcheux (1988) afirma que o sujeito já é, “somos sempre já sujeitos”. Ele é interpelado a todo instante pela ideologia em situações diversas, as quais o fazem tomar uma posição enquanto sujeito, em relação com o interdiscurso, por isso, ele é “*sempre-já*” sujeito. Segundo Pêcheux (1988, p. 154, grifo do autor), “o *sujeito é chamado à existência*: na verdade, essa formulação evita cuidadosamente a pressuposição da existência do sujeito sobre o qual se efetuará a operação e interpelação – daí não se dizer: ‘o sujeito é interpelado pela Ideologia’”, mas dizer “a ideologia interpela os indivíduos em sujeito” (idem, p. 155).

Dessa forma, o sujeito é atravessado pelo social, dentro de condições de produção específicas, porém é pela ideologia que os sentidos são determinados, “só há prática através de e sob *uma* ideologia; só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 149). Pêcheux (1990) destaca ainda que a Análise do Discurso se filia a uma episteme teórica que pensa para além do sujeito biossocial, mas o sujeito na posição histórica. Portanto, os sujeitos se constituem na história, no social, na ideologia, não é pensar o indivíduo biológico ou social, mas enquanto posição histórica-social.

Portanto, não há sujeito sem ideologia, ele é um “efeito ideológico”. O trabalho da ideologia consiste em “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência.” (ORLANDI, 2005, p. 46). Assim, o modo de funcionamento da ideologia é pelo apagamento. São dois tipos de esquecimentos que o sujeito realiza na produção do discurso interpelado pela ideologia, o primeiro diz respeito ao

esquecimento de que o sentido não se inicia com o falante, ele já está lá; o segundo diz respeito ao fato de que ele interpreta, se posiciona em relação a uma memória do dizer (PÊCHEUX, 1988).

Pêcheux designa esses esquecimentos como *esquecimento n°1* e *esquecimento n°2*. Quanto ao *esquecimento n°1*, Pêcheux (1988, p. 173) compreende “que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina”. Em outras palavras, se trata do esquecimento ideológico, da ordem do inconsciente. Nessa concepção, Pêcheux (1988) atesta que o sujeito não é a origem do sentido e do dizer, reafirma que os sentidos não são criados do nada, eles partem de outros dizeres, de formações discursivas. O *esquecimento n° 2* conforme Pêcheux (1988, p. 173) refere-se “ao ‘esquecimento’ pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina”, ou seja, esse é o esquecimento da ordem da enunciação.

Assim, o que interessa para a Análise do Discurso é o posicionamento discursivo do sujeito, inscrito em condições sócio-histórica-políticas e ideológicas. Nessa perspectiva, interessa-nos analisar as condições de produção sobre as quais o enunciado “nazismo é de esquerda” é colocado em circulação, uma vez que, conforme Mariani (1996, p. 69)

A um analista de discurso importa compreender de que modo se deu a produção desses enunciados e, também, como eles singularizam os acontecimentos, fixando-lhes uma memória e criando a ilusão de que, literalmente, espelham 'uma realidade' exterior ao sujeito (MARIANI, 1996, p. 69).

3.3 Condições de produção e formações imaginárias

De forma bem objetiva, Orlandi (2015, p. 28-29) define as condições de produção como algo que envolve “fundamentalmente os sujeitos e a situação”, além da memória. No sentido estrito, é o “contexto imediato”, e no sentido amplo, “incluem o contexto sócio-histórico, ideológico.”

Pêcheux (2019) detalha sobre essa noção em seu livro *Análise Automática do Discurso*. Segundo o autor, “um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas”, quando o sujeito se posiciona em relação a algum objeto/discurso, ele se posiciona conforme a condição em que se situa, a partir de “relações de forças”.

Em relação ao tema que compõe a pesquisa, podemos exemplificar por um discurso pronunciado pelo Presidente Bolsonaro, ao mencionar sobre o nazismo no Museu do Holocausto em Israel, em uma de suas viagens a negócios, em que afirma “*Não há dúvida, né? Partido Socialista, como é que é?*”, determinando o seu posicionamento de que nazismo só pode ser de esquerda. Ele fala a partir da posição discursiva que ocupa dentro das relações hierárquicas da sociedade: enquanto Presidente da República Federativa do Brasil, ou seja, enquanto sujeito que ocupa um cargo de alto reconhecimento. Seu discurso possui uma relação de força significativa não só no Brasil como no mundo; e dentro de uma condição de produção específica: no país em que há uma das maiores populações de judeus e em frente a um local considerado sagrado por eles. Logo, seu discurso remete a outras “relações de sentidos”, produz efeitos de sentidos que estão ligados a uma rede de filiações sócio-históricas do discurso, determinadas pelo interdiscurso.

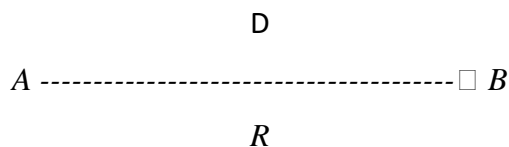
Pêcheux (2019) reitera que o objetivo da teoria não é tomar as condições de produção pelo viés sociológico, mas pensar os processos discursivos de forma mais ampla

Os fenômenos linguísticos de uma dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo, e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objetivo de discurso, mecanismo que chamamos “condições de produção” do discurso (PÊCHEUX, 1969, 2019, p. 35, grifos do autor).

Nesse sentido, Pêcheux (1969, 2019) destaca que não é possível analisar um discurso como se analisa um texto, pois é necessário levar em consideração as condições nas quais o discurso foi produzido. Para elucidar isso, Pêcheux (1969, 2019) elabora um esquema para compreender o “estado das condições de produção de um discurso”. O autor apresenta dois esquemas: um *reacional* (esquema estímulo-resposta) e outro *informacional* (esquema emissor-mensagem-receptor). Interessa, aqui, o esquema *informacional*, uma vez que este coloca os protagonistas da interação discursiva em cena.

O esquema *informacional* é retratado pela seguinte forma:

{L}



Esquema informacional adaptado de Pêcheux (2019, p. 38).

Nesse esquema, A representa o destinador, R o referente, B o destinatário, L o código linguístico (português, inglês...), D o discurso (efeitos de sentidos) entre A e B, e a seta o contato entre os interlocutores (PÊCHEUX, 2019). Assim, Pêcheux demonstra que a relação entre A e B vai além da presença física enquanto organismos vivos, mas se trata da representação deles em posicionamentos já determinados na estrutura da formação social. Avançado na discussão, Pêcheux (2019) demonstra que os processos discursivos se realizam a partir de um jogo de imagens, onde A cria uma formação imaginária de B e vice-versa, além da imagem que atribuem a si mesmos, o que permite que um antecipe, pela formação imaginária que tem do outro e de si mesmo, as representações que este pode ter daquele, criando estratégias discursivas.

Pêcheux (1969) conceitua as formações imaginárias como a posição que o sujeito do discurso atribui a si e ao outro no processo discursivo. Para apresentar essas posições, Pêcheux (2019, p. 40) desenvolve um quadro da seguinte forma: 1) a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A, com a pergunta “Quem sou eu para lhe falar assim?”; 2) a imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A, com a pergunta “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”; 3) a imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B, com a pergunta “Quem sou eu para que ele me fale assim?”; 4) a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B, com a pergunta “Quem é ele para que me fale assim?”. Essas formações imaginárias esboçam a posição dos protagonistas do discurso (A e B) em relação a eles mesmos e ao outro, que são determinadas pela estrutura social e intervêm nas condições de produção do discurso (PÊCHEUX, 1969).

Acrescentando o R (referente) a esse quadro, entende-se por referente o contexto imediato do discurso. Pêcheux (1969) acrescenta: 5) o “ponto de vista” de A sobre R, com a pergunta “De que lhe falo assim?”; 6) o “ponto de vista” de B sobre R, com a pergunta “De que ele me fala assim?”. Todas essas relações estabelecidas antecipam o imaginário que *eu* tenho do *outro* e vice-versa, de forma que o discurso seja formulado levando em consideração tanto as formações imaginárias que o sujeito estabelece do seu lugar discursivo quanto o contexto no qual se insere.

No decorrer do processo discursivo, essas formações imaginárias vão se estabelecendo. Isso implica dizer que outros dizeres vão aparecendo, de outras condições de produção no processo discursivo, segundo Pêcheux (2019, p. 4) conceitua,

(...) as diversas formações resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a “tomadas de posição” implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco (PÊCHEUX, 1969/2019, p. 42).

O estado das condições de produção varia segundo a natureza dos sujeitos e dos objetos do discurso. Conforme Mariani (1996, p. 31-32)

Inserido no conjunto de formações imaginárias específico de uma formação social em um dado período histórico, o sujeito ao enunciar se projeta imaginariamente na forma-sujeito da formação discursiva que o domina, 'incorporando', desse modo, 'sua realidade', e os seus 'sentidos' enquanto sistema de evidências e de significações percebidas - aceitas - experimentadas (MARIANI, 1996, p. 31-32).

Essas formulações imaginárias que o sujeito faz do seu referente e vice-versa são produzidas a partir de condições de produção dadas. Nesse sentido, vale ressaltar o que Mariani (1996, p. 33) afirma sobre:

o imaginário é, então, esse dizer já colocado interdiscursivamente, uma espécie de 'reservatório' de sentidos para o sujeito. Mas nessa relação do sujeito com o dizível, o imaginário atua na ilusão subjetiva que o faz crer ser a origem e fonte do dizer (MARIANI, 1996, p. 33).

Sendo assim, interessa-nos compreender nas sequências discursivas que serão analisadas as formações imaginárias que o sujeito do discurso atribui a si e ao outro, em relação às condições de produção do discurso.

3.4 Formulação e circulação dos sentidos no discurso

Essa compreensão da constituição do discurso e das condições de produção que interferem no processo discursivo, nos ajuda a refletir sobre como os sentidos, ou melhor, os *efeitos de sentido* são formulados e circulam na produção do discurso. Para tanto, trazemos como principal fonte

teórica o livro, *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*, de Eni Orlandi (2012), no qual a autora trata de forma criteriosa sobre a formulação e a circulação dos sentidos. Essa discussão se torna necessária para a presente pesquisa, uma vez que, são sujeitos que enunciam sobre um acontecimento e, ao enunciarem, dentro de uma condição de produção, produzem efeitos de sentido que irão se constituir com base nas formações imaginárias que têm de si, do outro e do contexto imediato da produção.

Para pensar sobre a constituição, formulação e circulação dos sentidos, Orlandi (2012, 2008) realiza uma teorização sobre a noção de texto. A autora afirma que o texto não começa em seu início, uma vez que o sujeito, ao ter contato com o texto, já tem os sentidos em circulação, já estão historicizados e sendo atualizados no acontecimento, e nem termina na última palavra, pois estão sempre suscetíveis a outras interpretações, filiações, a outros efeitos de sentidos. Nesse viés, Orlandi (2008) enfatiza que No processo de **constituição** dos sentidos, temos o trabalho da memória (interdiscurso), a interpelação do indivíduo em sujeito, a constituição de sua forma histórica e os efeitos que produz a partir de sua posição sujeito; no processo de **formulação**, temos a relação do discurso com o texto que atualiza a memória em presença, a individualização do sujeito pela sua função autor; na **circulação**, temos o funcionamento das circunstâncias de enunciação e a experiência de mundo (os “fatos”, os “acontecimentos”, os “seres”) como elementos desencadeadores e os sujeitos sociais que encarnam a função autor em seus percursos (por onde circulam), nos diferentes “meios” (verbal, não-verbal, etc.). Estes três processos funcionam simultaneamente e tanto o sujeito, como o sentido são afetados por eles. Um sentido é como ele se constitui como se formula e como circula (ORLANDI, 2008, *on-line*, grifo nosso).

Nessa perspectiva, podemos compreender o processo de produção dos sentidos no discurso em três níveis: a *constituição*, momento no qual a memória intervém no contexto sócio-histórico-ideológico mais amplo, ou seja, na atualidade; a *formulação*, que diz respeito às condições de produção e circunstâncias nas quais os sentidos são produzidos, formulados; a *circulação*, os meios e condições nos quais os sentidos são colocados em curso, textualizados.

Em relação à formulação, Orlandi (2012, p. 9) assegura que “é na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde)” É na formulação do discurso que os sentidos são materializados e assim possíveis de serem significados. Entretanto é importante lembrar que é pelo equívoco que os sentidos se constituem, eles não são transparentes nem à língua nem ao homem. Ao se posicionar, o sujeito é responsável pelo seu dizer, pelo efeito de sentidos que o seu dizer causará ao outro, porém não tem domínio sobre a interpretação, sobre a significação que o outro da linguagem

terá dele, visto que o sujeito se constitui pela linguagem, pela história, pela ideologia, pelo social no qual ele se insere, “o corpo do sujeito é um corpo ligado ao corpo social e isto também não lhe é transparente” (ORLANDI, 2012, p. 10). Como exposto anteriormente, o sujeito produz uma formação imaginária do lugar do outro, e antecipa o quê o outro pode compreender/pensar/imaginar a partir do seu posicionamento, servindo como um mecanismo de regulação da argumentação.

Orlandi (2012, p. 10) afirma que “o momento em que o sujeito diz o que diz. Em que assume autor: Representa-se na origem do que diz com sua responsabilidade, suas necessidades. Seus sentimentos, seus desígnios, suas expectativas, sua determinação.” A formulação é este momento: em que o sujeito se posiciona no discurso, “ela é o acontecimento discursivo pelo qual o sujeito articula manifestamente seu dizer” (ORLANDI, 2012, p. 10), ou seja, momento em que o discurso se materializa.

Para Courtine (1982, 2016), o nível da formulação está na dimensão do intradiscurso. Discorrendo sobre a temática, o autor assegura que “o intradiscurso de uma sequência discursiva aparece assim como o lugar onde se realiza a sequencialização dos elementos do saber, onde desnivelção interdiscursiva do [E] é linearizada, provocando um achatamento em uma superfície única de [e] articuladas.”. Courtine (1982, 2016) esclarece que o nível da formulação é determinado pelo interdiscurso (constituição do discurso), pois todo dizer se realiza a partir de outros dizeres, se faz num ponto em que outros dizeres já estão ditos (interdiscurso, memória).

Em conformidade com o entendimento de Courtine, Orlandi (2012) aponta que o nível da circulação é onde o discurso circula, segundo certas condições e o da formulação onde o discurso se articula em condições de produção específicas. Dessa forma, é na formulação que a memória se atualiza, que o sujeito desloca seu conhecimento de mundo para materializar o discurso, “a formulação, então, está determinada pela relação que estabelecemos com o interdiscurso” (ORLANDI, 2015, p. 31), ou seja, para que minhas palavras tenham sentidos é preciso que elas já façam sentidos (ORLANDI, 2015). Sendo assim, o dizer não parte do nada, ao ser formulado ele mobiliza uma rede de filiações históricas na memória e se reconstrói no encontro com a atualidade, dentro de uma condição de produção.

Não pretendemos dar uma concepção fechada sobre os efeitos de sentido, uma vez que seria contraditório realizar esse movimento na Análise do Discurso. Os sentidos não se fecham, é uma questão aberta. O que almejamos é compreender como eles podem ser formulados a partir do enunciado “nazismo é de esquerda” considerando as condições de produção imediatas, quer seja: um contexto de disputa política-ideológica pelo poder no Brasil. Levando-se em consideração que o sujeito realiza gestos de interpretação por meio do jogo das formações imaginárias na qual se encontra, “o sujeito é constituído por gestos de interpretação que concernem sua posição. O sujeito é interpretação” (ORLANDI, 2012, p. 22). Pêcheux (1988) reforça que

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a linearidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentidos segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência às *formações ideológicas* (no sentido definido acima) nas quais essas posições se inscrevem (PÊCHEUX, 1988, p. 160, grifos do autor).

Como Pêcheux (1988) afirma, o sentido não é fechado em si mesmo, mas é determinado pelo jogo das relações discursivas. Dessa forma, o sujeito, ao se posicionar em relação a um acontecimento, tem seus efeitos de sentido deslocados conforme a posição sustentada por ele, que é constituído pelas relações sócio-históricas-ideológicas que têm ao longo de sua vida. A partir dessas posições, sentidos circulam e inscrevem-se nas condições de produção, produzindo formações imaginárias.

Como vimos anteriormente, os sentidos não possuem uma origem, um lugar único de significação. Nenhum sentido é estável/estaque, não há um sentido único, ideologicamente marcado, pois os sentidos se constituem, formulam e circulam a partir da posição sujeito. Nessa perspectiva, o discurso, materialidade e acontecimento, é atravessado pela história e pela memória. Os sentidos, ao serem transfigurados/ressignificados, estabelecem uma nova ordem de sentidos, mas que estão em relação com o interdiscurso, pois, apesar de serem ressignificados, ecoam dizeres já ditos. Dessa forma, o que se cria é a ilusão de que o dizer é nosso. Indo a esse encontro, Orlandi (2003, p. 7) afirma que “o que há é a aparência de controle e de certeza dos sentidos porque as práticas sócio-históricas são regidas pelo imaginário, que é

político.” Sendo assim, quanto mais aparência de que há um controle dos sentidos, menos isso se faz presente. Como é possível compreender com Pêcheux (1988), o que há é uma ilusão de que o sujeito é a origem do seu dizer, marcado pelo esquecimento.

É necessário trabalhar o discurso na dimensão do acontecimento para tentar compreender como as relações de forças, que estão sempre em conflito, silenciam a história. Há um falso imaginário de sentidos estáveis. Entretanto, como vimos, os sentidos mudam conforme o percurso da história, da ideologia, da política, podendo (re)significar de várias formas a partir de quem diz, de onde diz, em que circunstância diz e para quem diz.

Essa (re)significação do discurso está relacionada ao conceito de enunciado. Segundo Foucault (1986), o enunciado é a condição de existência do discurso, prática regulamentadora. Não se trata de uma unidade frasal, pois está para além disso, é “sempre um acontecimento, que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 1986, p. 32). Sendo assim, se trata de “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que [estas] apareçam, com conteúdo concretos, no tempo e no espaço” (ibid., p. 99).

Pêcheux (1990), ao teorizar sobre a questão do enunciado, também leva em consideração a sua inesgotabilidade, considerando que há um outro que interage, que interpreta, que está no jogo das relações. Nesse sentido, para o autor (1990, p. 53):

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de sentidos para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação (PÊCHEUX, 1990, p. 53).

Sendo assim, o autor leva em consideração as redes de memórias que constituem os enunciados, significando-o quando colocado em relação ao outro. Orlandi (2003, p. 12) concorda com Pêcheux (1990), ao pontuar que os enunciados “ecoam e reverberam efeitos de nossa história em nosso dia a dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica”. Por meio deles, novos sentidos são formulados e postos em circulação, podendo reconfigurar o percurso da história de um país, por exemplo, ao enunciar “Brasil, ame-

o ou deixe-o” em uma TV aberta, em horário nobre, no ano de 2019, esse enunciado movimentava uma teia de referências à época da Ditadura Militar, em que era usado como forma de controle social. Sendo assim, movimentava emoções/sentidos que confrontam o político com o histórico, mas ainda transfigurado pela ordem de: ou você ama o país ou você o deixa, abrindo para discursividades como “vai para Venezuela”, “vai para Cuba”.

Para compreender melhor a noção, Mariani (1996), em sua tese de Doutorado, retoma os estudos realizados por Guimarães (1989) para explicar o conceito. Conforme demonstra Mariani (1996) em sua pesquisa, Guimarães (1989) realiza um diálogo com a Análise de Discurso para compreender o conceito de enunciação levando em consideração as condições sócio-históricas que constitui o enunciado. Grande é a sua contribuição para o conceito trabalhado na AD. Segundo o teórico, o enunciado é entendido como o “elemento de uma prática social e que inclui, na sua definição, uma relação com [...] posições do sujeito, e seu sentido se configura como um conjunto de formações imaginárias do sujeito e seu interlocutor e do assunto de que se fala” (GUIMARAES, 1989, p. 73, apud MARIANI, 1996, p. 100). O autor considera, ainda, que um enunciado nunca está sozinho, mas sempre em relação com outros enunciados, não se trata de uma frase acabada, fechada, com sentido único, mas de uma rede de relações enunciativas que estão sempre presentes no processo discursivo. Segundo Mariani (1996, p. 101)

Os enunciados, portanto, surgem na relação com as práticas sócio-históricas. Não se trata de um indivíduo isolado usando a língua, inventando enunciados antes inexistentes. É na historicidade, e, na história enquanto modo de produzir sentidos, que se dá o aparecimento de um (ou vários) enunciado(s) constituindo o acontecimento sócio-histórico. Daí o seu aspecto de repetibilidade, sua característica de atuar em nível interdiscursivo. E isso não é transparente para o sujeito (MARIANI, 1996, p. 101).

Dessa forma, em conformidade com o entendimento de Mariani (1996), enquanto o enunciado trata dessa unidade discursiva que está em relação com a posição sujeito, a enunciação é o acontecimento, perpassado pelo interdiscurso. Trata-se do momento em que o indivíduo é interpelado em sujeito pela relação com a linguagem, ou seja, é o acontecimento de linguagem (MARIANI, 1996). Por sua vez, a enunciação é relativa, e o enunciado é atravessado pelo confronto da memória e a atualidade, ligado à posição sujeito interpelado pela ideologia. A cada retomada do enunciado, novos sentidos são produzidos, deslocados, constituídos. Mesmo que pela repetibilidade, o sentido nunca será o mesmo. Quando o sujeito enuncia da sua

posição, está formulando e colocando em circulação seu discurso, está adentrando no jogo discursivo da linguagem os sentidos que estão sendo construídos a partir da sua enunciação, podendo estar de acordo com a sua posição discursiva ou não. Além disso, podem ainda ser ressignificados pelo outro da linguagem e/ou ganhando sentidos outros que não são “controláveis” pelo sujeito que enunciou, pois ao colocar seu enunciado no nível da circulação, o enunciado está passível à interpretação e esta não é transparente, está sujeita a equívocidade da língua, a falha constitutiva, a ideologia e a historicidade do(s) sujeito(s) outro(s) do discurso.

Ao tentar analisar as formações imaginárias produzidas no enunciado “nazismo é de esquerda” visa-se pensar nesse efeito que é produzido a partir da memória sobre o nazismo, que se desdobra em um discurso que é naturalizado pelo sujeito que o sustenta e que pode implicar em um silenciamento de sentidos que afeta a história, produzindo um imaginário ideológico da ordem do já dito, de que só pode ser assim.

3.5 Evidenciamento e Silenciamento na Análise do Discurso

Ao considerar a constituição do *corpus*, compreende-se que o enunciado “nazismo é de esquerda” impede que sentidos sejam significados no discurso, na história, na memória. Em uma tentativa de controlar os sentidos ideológicos-políticos que se significam nesse enunciado, naturalizam-se sentidos outros, evidenciando-os como modo de “controlar” os sentidos que constitui a memória discursiva. Nesse movimento, é interessante investigar como o silenciamento perpassa esse espaço discursivo, em condições de produção que resultam num contexto de eleições presidenciais e se sustentam pela figura do Presidente da República.

Eni Orlandi, em *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* (2007), realiza uma discussão fundamental sobre a teoria do silêncio. A autora tem como hipótese o silêncio como fundante, silêncio que “atravessa” as palavras e indica o que não está dito entre elas ou ainda os outros sentidos possíveis delas, “as palavras são cheias de sentidos e não dizer e, além disso, colocamos no silêncio muitas delas” (ORLANDI, 2007, p. 14). O silêncio fundante rege os movimentos do silêncio, conseqüentemente, dos sentidos. O silêncio é considerado por Orlandi (2007) como um *continuum* absoluto, o real do discurso e da significação, pois possui um aspecto cultural, social, histórico e político e, por isso, ele significa, possui sentidos, que, por sua vez, estão sempre em movimento.

Em sua fala na Abralin, Orlandi (2020) destacou que

A relação com o silêncio desloca duas fronteiras: entre o dito e o não dito; e entre o dito e a exterioridade que o determina, confrontando-nos com a natureza histórica da significação, articulando o simbólico com o político. As palavras são presença e ausência. A fuga de sentidos. A disputa pelos sentidos. Há fatos a serem significados: mobilização política da palavra que trabalha as fronteiras da interpretação. Quando entra na relação com o silêncio é mais o que não se diz que decide. Palavras que se significam na incerteza. Os discursos que analisamos carregam uma polemização discursiva do estatuto significativo do fato pelo batimento entre o dizer e o não dizer. O dizer é apenas sussurrado ao pé do ouvido, mas não para aí e é passado adiante, circula, viraliza. Não é a verdade que importa, é a circulação, o ruído significativo (ORLANDI, 2020).

Nessa perspectiva, o silêncio não é compreendido como o nada ou como ausência de significado, mas como condição primária do discurso. O silêncio é assim uma relação de poder, pois é a partir dele que o sentido se constrói, se formula, logo, o silêncio é político. Como a autora afirma, no espaço-tempo entre o que foi dito e o que não é dito há o silêncio se significando ideologicamente e circunscrito pela historicidade. A interpretação está aberta à movência. Em todo enunciado há silêncio atravessando as palavras, não um silêncio inocente, mas constitutivo. Quando um sujeito atesta o seu discurso como único e verídico, independentemente de comprovações históricas ou o que se define socialmente como “real” ou “verdadeiro²³”, o silêncio se faz presente nas palavras que ele diz e que deixar de dizer, no acontecimento, na memória, na história.

No enunciado “nazismo é de esquerda” há uma negação: nazismo não é de direita, essa negação do dizer do “outro” se aproxima de um silêncio monumental. Ao mesmo tempo em que contesta o acontecimento, traz à tona palavras e atitudes antes silenciadas e que agora produzem ruídos com sentidos diferentes, a depender da posição sujeito de quem o atesta e de quem está na interação, na enunciação.

Segundo Orlandi (2007), o silêncio tem duas formas: o *silêncio fundador* e a *política do silêncio*. O *silêncio fundador* é necessário aos sentidos “é o silêncio que existe nas palavras, que as atravessa, que significa o não dito e que dá um espaço do recuo significante, produzindo as condições para significar” (ORLANDI, 2012, p. 128). A *política do silêncio* “se define pelo

²³ Entre aspas, pois para a Análise do Discurso não existe o verdadeiro ou falso, o que existe é o discurso em suas variadas significações. Para a Análise do Discurso não há um sentido único, pois ele é múltiplo.

fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada.” (ORLANDI, 2007, p. 73), ou seja, trata-se do *silenciamento*.

Orlandi (2007) divide a política do silêncio/silenciamento em duas formas de existências: o *silêncio constitutivo* e o *silêncio local*. O *silêncio constitutivo* indica que, o sujeito ao escolher dizer A e não B apaga outros dizeres, logo, outros sentidos; o *silêncio local* ou o que a autora denomina como censura diz respeito à interdição, o dizer que é proibido para que certos sentidos não façam sentidos, “aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura” (ORLANDI, 2007, p. 74). Este trabalho se dedicará à noção do *silêncio constitutivo*, pois ele marca o lugar do dito que ao mesmo tempo apaga outros sentidos.

Ao optar por essa função, compreende-se que ao enunciar a afirmação - nazismo **foi/é** um movimento de esquerda – apaga-se na história outros sentidos possíveis que são construídos na formação social, silencia um acontecimento que teve como base fundadora a política do extermínio de raças e religiões. Na fala de Orlandi (2007, p. 73) o silêncio constitutivo

pertence à própria ordem de produção do sentido e preside qualquer produção da linguagem. Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o anti-implícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentidos a se descartar do dito. [...] Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar (ORLANDI, 2007, p. 73).

Como Orlandi (2007) aponta, o silêncio se significa no discurso, o que reafirma o posicionamento de Pêcheux de que a língua não é transparente. Cabe ressaltar o que Orlandi (2012, p. 128) afirma sobre a diferença entre estar no sentido com as palavras e estar no sentido com o silêncio:

Há uma diferença radical entre estar no sentido com as palavras e estar no sentido em silêncio. Isto faz parte da nossa forma de significar, de nossa maneira de estabelecer uma relação com o mundo, com as coisas, com as pessoas, com nós mesmos, com a realidade natural e social (ORLANDI, 2012, p. 128).

Sendo assim, o silêncio trabalha os limites do dizer, ao dizer x e não y, efeito de sentidos são mobilizados a partir de x, enquanto os de y são silenciados, como forma de evitar um sentido diferente daquele que não é desejado. Assim, retorna à condição do processo de produção do

discurso, levando-se em consideração a constituição, a formulação e a circulação dos sentidos. Entretanto, qual implicação que se tem ao apagar os sentidos que se quer evitar? Quais efeitos de sentidos são produzidos a partir disso?

No enunciado “nazismo é de esquerda”, é preciso considerar o que é dito pelos sujeitos que fazem circular essa afirmação e o que é dito pelos sujeitos que reproduzem/repetem essa afirmação, assim como o modo que é dito e em quais condições se diz, numa tentativa de estabelecer pelo equívoco do não-dito o que está sendo dito, como uma presença de discursos necessários para que as ausências também produzam sentidos. É necessário ressaltar que, nas relações discursivas, as formações imaginárias que constituem as diferentes posições são atravessadas pelo interdiscurso e pela memória discursiva. Há nessa discursividade um silenciamento/evidenciamento que naturaliza sentidos que até então não eram possíveis de serem significados. Faz-se necessário distinguir aqui os efeitos de evidenciamento dos sujeitos e dos sentidos apontados por Orlandi (2015, p. 44)

A evidência dos sentidos – a que faz com que uma palavra designe uma coisa – apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante.

A evidência do sujeito – a de que somos sempre já sujeitos – apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Esse é o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado a existência: sua interpelação pela ideologia (ORLANDI, 2015, p. 44).

Mais do que apagar certos sentidos, é colocar em evidência sentidos outros que produzem significações constitutivas do discurso, portanto, que estão no embate político-ideológico entre a memória e a atualidade, ou seja, o acontecimento. De acordo com os estudos realizados por Moreira (2020), o evidenciamento está na ordem do discurso e busca naturalizar sentidos outros que antes não estava na ordem do dito

O evidenciamento é uma operação na ordem do discurso que atua sobre o batimento entre opacidade e produção de evidências, buscando desconstruir sentidos antagônicos já estabilizados ou ressignificá-los. Nas relações de força travadas na história, os processos discursivos materializam, no fio do discurso (Pêcheux, 1975[1988]), as disputas/divisão pelos sentidos. Neles, *evidenciar* significa colocar em circulação dizeres/sentidos em ‘relação a’ outros já-ditos, buscando ‘*resistir a*’ essa memória que fala antes. Desse modo, o evidenciamento, enquanto mecanismo de *colocar em evidência* um sentido *outro/antagônico*, aciona, no interdiscurso, uma memória do dizer/já ditos. O que está sempre em jogo é um mecanismo discursivo de ‘evidenciar

para excluir/apagar’, produzindo efeitos na ordem do discurso e na memória do dizer (MOREIRA, [2007, 2009] 2020, s.p., grifos no original)²⁴.

Essas evidências funcionam pelo esquecimento teorizado por Pêcheux (1988), o que possibilita ao sujeito do discurso pensar em uma autonomia no seu dizer. O silêncio significa nessa discursividade, nessa autonomia que o sujeito pensa em ter no seu discurso. Há um choque entre o que é dito, o que não é dito e entre os efeitos de sentidos que o dito produz, principalmente, se são respaldados por uma pessoa pública que ocupa o mais alto cargo da estrutura social. É esse confronto entre o simbólico e político, entre o que se pode ou não dizer em uma condição de produção dada que nos interessa ser observado, por meio da produção de evidenciamentos e silenciamentos no enunciado “nazismo é de esquerda”.

3.6 Formação Discursiva e o objeto de estudo

A *formação discursiva*, doravante FD, é um conceito partilhado por Foucault (1969) e por Pêcheux (1988). Courtine (2014, p. 82) citando Foucault (1969, p. 153) destaca que a FD, no sentido proposto por Foucault, consiste

Na possibilidade de descrever, entre um certo número de enunciados, um semelhante sistema de dispersão, ou de definir entre os objetos, tipos de enunciação, conceitos, escolhas temáticas, uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), dir-se-á (...) que se trata de uma FD (FOUCAULT, 1969, p. 153, apud COURTINE, 2014, p. 82).

Nesse sentido, a formação discursiva é compreendida, segundo Foucault, como um conjunto de enunciados submetidos à uma regularidade da língua e dispersado na forma de uma ideologia, ciência, teoria, ou seja, nas condições de existência de uma dada distribuição discursiva. O teórico ainda afirma que “Um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo” (Foucault, 1969, p.135).

Para Pêcheux (1988), o termo nasce do marxismo/althusserianismo e é definido como

Aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes,

²⁴ Manuscrito. A noção será publicada em um artigo que se encontra no prelo.

determina o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Nesse sentido, Pêcheux compreende que os enunciados recebem seu sentido segundo a formação discursiva na qual eles são produzidos, os sentidos são constituídos na FD, ou seja, “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos do *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1988, p. 161, grifos do autor).

A diferença reside na forma como a FD é concebida por cada autor. Para Foucault, a FD é compreendida em termos de saber/poder, enquanto para Pêcheux, a FD está relacionada à questão da ideologia e da luta de classes, acentua-se ainda a questão da materialidade linguística. De modo sintetizado, a FD

No quadro da Análise do Discurso (AD), parte-se do fato de que os saberes estão inscritos em formações discursivas (FD) e representam o ideológico próprio da formação social de uma sociedade. E o sujeito, ao tomar a palavra, o faz a partir de uma posição-sujeito inscrita em uma determinada FD com a qual se identifica. Assim, ao materializar através da língua sua tomada de posição, o sujeito do discurso se subjetiva (INDURSKY, 2020, p. 10).

Nesse viés compartilhamos dos pressupostos de Pêcheux (1988) e tomamos a FD enquanto constitutiva do processo discursivo, enquanto “lugar da constituição do sentido” (PÊCHEUX, 1988, p. 162). Ademais, é necessário ressaltar o caráter interdiscursivo da FD. Como exposto anteriormente, o interdiscurso é o que já foi dito antes, em outro lugar, é a memória do dizer. Esse “já dito” está sob o domínio das formações ideológicas, assim, Pêcheux (1988, p. 163) elucida que

a interpelação do indivíduo em sujeito do seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua forma dupla, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são reinscritos no discurso do próprio sujeito (PÊCHEUX, 1988, p. 163).

4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E RECORTE DO CORPUS

Antes de expor o processo de análise do *corpus* é importante apresentar os momentos que constituem o desenvolvimento do procedimento de análise trabalhado pela Análise do Discurso Pêcheutiana.

A Análise do Discurso se divide em três momentos diferentes. No primeiro momento, nomeado por AD-1 por Pêcheux, o desenvolvimento da teoria se encontra ligado a alguns pressupostos estruturalistas, o método de análise apresentado pelo autor é realizado por etapas, em uma ordem fixa, restrita a um começo e fim. Assim, nessa fase da AD, o que se apresenta é uma “máquina” discursiva compreendida por um *corpus* fechado, sobre o qual pretende-se obter respostas fechadas (Pêcheux, 1997). Os procedimentos de análise seguiam um “passo-a-passo” que segundo Pêcheux (ibid.) consistia em: um *corpus* fechado de sequências discursivas, dominadas por condições de produção estáveis e homogêneas; análise linguística de cada sequência que supõe a neutralidade e a independência discursiva da sintaxe; e a análise discursiva do *corpus* que consiste em criar sítios parafrásticos.

No segundo momento, a AD-2 incorpora novos conceitos teóricos e metodológicos, como a noção de *formações discursivas* tomada por Foucault e a noção de interdiscurso, enquanto a concepção de sujeito continua centrada no “ego-eu” e “como puro efeito de assujeitamento a maquinária da FD com a qual ele se identifica” (PÊCHEUX, 1997, p. 314). Em relação à metodologia de análise, não há muita mudança, mas inicia-se um movimento importante na construção do *corpus*. Em relação aos procedimentos realizados pelos analistas nessa fase, Pêcheux (idem, p.315) afirma que

do ponto de vista dos procedimentos, AD-2 manifesta muito poucas inovações: o deslocamento e sobretudo sensível ao nível da *construção* dos *corpora* discursivos, que permitem trabalhar sistematicamente suas influências internas desiguais, ultrapassando o nível da justaposição contrastada (PÊCHEUX, 1997, p. 315).

No terceiro momento, a AD-3 rompe com a construção de um *corpus* fechado em si mesmo e o compreende como suscetível as variações da exterioridade da língua. Nesse sentido, já não se considera mais os procedimentos de análises como ordem fixa, homogêneos e fechados em

si mesmos. No escopo teórico, a noção de *heterogeneidade enunciativa*²⁵ é incorporada fazendo com que o conceito sobre sujeito fosse revisto e compreendido nas interações com o outro da linguagem, mas, mais do que novas propostas teórico-metodológicas, surgem muitos questionamentos. Fernandes (2005, p. 83) discorre a esse respeito, afirmando que

Na AD3, a noção de maquinaria discursiva estrutural é levada ao limite e estabelece-se o primado teórico do outro sobre o mesmo; a ideia de homogeneidade atribuída à noção de condições de produção do discurso é definitivamente abandonada; a ideia de estabilidade é banida em função do reconhecimento da desestabilização das garantias sócio-históricas; há o reconhecimento da não neutralidade da sintaxe; a noção de enunciação passa a ser abordada e as reflexões sobre a heterogeneidade enunciativa levam à discussão sobre o discurso - outro. São colocadas, enfim, várias interrogações acerca do sujeito do discurso, do espaço de memória, e sobre a Análise do Discurso em si, enquanto procedimento de análise, e até mesmo sobre a possibilidade de redefinição de uma política da Análise do Discurso (FERNANDES, 2005, p. 83).

Todo esse percurso de Michel Pêcheux em relação à própria teoria abriu caminhos para que a Análise do Discurso seja repensada/reformulada até os dias de hoje. Nesse sentido, considerando a evolução em relação aos métodos de análise, é que trabalharemos os *corpora* que constituem essa pesquisa.

Segundo Orlandi (2017, p. 56), “a análise de discurso, sem adjetivo, tem instrumentos teóricos e metodológicos para trabalhar com objetos de análise, materiais de análise, corpora, textos de qualquer natureza material significante”. Em se tratando da AD, não buscamos procurar um sentido estável, fechado e verdadeiro na análise do *corpus*, mas antes, compreender como os efeitos de sentido são mobilizados pelos sujeitos do discurso, nos atentando para as condições de produção, circulação e formulação dos sentidos. Assim, segundo Orlandi (2015, p. 61), “a análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do *corpus* e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza”.

Pêcheux (1988) destaca três noções importantes para a compreensão do quadro epistemológico da Análise do Discurso: discursividade, subjetividade e descontinuidade ciência/ideologia. Nesse sentido, ao eleger uma investigação das formações imaginárias produzidas no enunciado

²⁵ Esse conceito surge da interface com a teoria dos *Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE)* cunhado por Louis Althusser (1985). Essa teoria diz respeito aos princípios do materialismo histórico, de modo especial, a superestrutura ideológica, em que a heterogeneidade é constitutiva das formações discursivas.

“nazismo é de esquerda”, opta-se por uma abordagem que considera o processo histórico-político de significação do discurso e a língua em relação com a exterioridade, enquanto processo simbólico da subjetividade, marcado ideologicamente. Orlandi (2012) ainda assevera que

Na análise de discurso fundada por Michel Pêcheux, discurso é efeito de sentidos entre locutores e isto acarreta toda uma declinação teórica do que é sujeito, do que é sentido, do que é memória, do que é história, do que é sociedade, do que é ideologia, do que é língua etc. (ORLANDI, 2012, p. 27-28).

Tendo em vista as noções apresentadas no nosso quadro teórico, de extrema importância para as análises que serão empreendidas na presente pesquisa, considerando os modos de opacidade do discurso: sujeito, língua e história, e os objetivos e questões apresentadas, o corpus se constitui por: sequências discursivas sobre a posição político-ideológico-partidária “nazismo é de esquerda”, produzidas em condições de produção em que a polarização política é latente no Brasil, recortadas da rede social Twitter, do *blog* “Metapolítica 17” e de notícias com a fala do atual presidente do Brasil. Todas as sequências discursivas recortadas para análises foram selecionadas a partir da identificação da posição-sujeito com o enunciado, isto é, que partiam de uma mesma formação discursiva, de um mesmo modo de dizer e formular sobre a discursivização do enunciado “nazismo é de esquerda”. O período histórico que constitui esse corpus é delimitado frente a uma pesquisa histórica de circulação do enunciado, que varia entre 2012 até o ano de 2020 (último ano de seleção do corpus da pesquisa), mas com maior circulação a partir das eleições de 2018, uma vez que é sustentado por pessoas públicas de alto reconhecimento.

Neste momento, é importante retomar a noção de condições de produção a partir de Courtine (2016, p. 20), que empenha um paralelo com a questão do corpus:

A noção de condições de produção do discurso regula, em AD, a relação entre a materialidade linguística de uma sequência discursiva e as condições históricas que determinam sua produção; ela funda, assim, os procedimentos de constituição de corpus discursivos (COURTINE, 2016, p. 20).

O gesto de investigação das filiações dos sentidos no discurso em questão só é possível pela relação do discurso com a exterioridade, com as condições de produção específicas, e com um conjunto de sequências discursivas selecionadas para a análise. Utilizaremos a tradução

apresentada por Moreira (2009, p. 47) sobre a noção de Courtine (1981, p. 25), para demonstrar como o autor define:

Definiremos sequências discursivas como “sequências orais ou escritas de dimensão superior a frase”: é necessário indicar que a própria natureza das formas materiais é eminentemente variável e que a noção de sequência discursiva é fluida. Ela depende com efeito dos objetivos destinados a um tratamento particular: a forma das sequências discursivas reunidas em corpus não será a mesma, trata-se de uma análise do processo de enunciação ou de uma “análise automática do discurso” realizada sobre a base de sequências produzidas em situação experimental: os procedimentos de segmentação, que tornam a atribuir uma forma determinada a uma sequência, são eles também variáveis (COURTINE apud MOREIRA, 2009, p. 47, tradução da autora).

Sendo assim, as sequências discursivas²⁶ são organizadas a partir de um recorte realizado pelo analista dentro do seu *corpus*. Com base nessa seleção, o analista consegue analisar as características do processo de significação do discurso. Ao selecionar o recorte que será realizado, é preciso levar em consideração “as posições do sujeito, a regionalização dos sentidos, a projeção histórica, política, sobre a linearidade (textualidade) em que funciona abundantemente a ideologia (e o inconsciente)” (ORLANDI, 2012, p. 89). Esses pontos serão fundamentais para compreender como o sentido é mobilizado nas posições discursivas dos sujeitos da enunciação, por isso, num primeiro momento, será levado em consideração todos esses aspectos para que a análise não seja descritiva, mas realizada a partir de uma posição de deslocamento entre o analista e o objeto.

Assim, propomos compreender o processo de produção dos sentidos e as condições de produção imediatas e mais amplas, considerando que as análises que serão realizadas estão sempre suscetíveis a sentidos outros. Não buscamos uma análise fechada em si mesma, mas sim uma possibilidade de compreensão das diferentes formas de discursivização do enunciado “nazismo é de esquerda” e seus possíveis desdobramentos.

Em relação a esse ponto, é importante considerar que “todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma de recorte determina o modo de análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos” (ORLANDI, 2009, p.64). Sendo assim, selecionamos um *corpus* empírico (material de análise), do qual recortaremos as sequências

²⁶ A partir de agora consideramos sequências discursivas como SD.

discursivas que constituem o nosso *corpus* discursivo. Sobre a distinção entre *corpus* empírico e *corpus* discursivo, Indursky (1992, p. 40) afirma que

A delimitação do **corpus discursivo** mobiliza uma postura teórica própria a AD. Conforme salienta Courtine (1981, p. 24), parte-se de um "universal discursivo", entendido por Dubois (1969) como um conjunto potencial de discursos que podem ser objeto de análise, para estabelecer um **campo discursivo de referência** que se define como um tipo específico de discurso como, por exemplo, o discurso político, ou ainda o discurso político de um locutor específico, o qual se qualifica como um **corpus empírico** (INDURSKY, 1992, p. 40, grifo da autora).

Logo, o *corpus* empírico é composto por dois grupos:

A) Enunciados da posição discursiva de governo:

- 1- Texto intitulado “Pela Aliança Liberal Conservadora”, no qual o autor Ernesto Araújo, Ex-Ministro das Relações Exteriores, discorre sobre o nazismo e suas concepções político-ideológicas de acordo com suas crenças e teorias, em seu *blog*, em março de 2019. O Ex-Ministro foi um dos principais precursores do posicionamento “nazismo é de esquerda” durante a campanha. Em diferentes momentos reafirma sua concepção sobre o nazismo, materializando-a neste texto publicado em seu *blog*, após uma entrevista dada ao canal Brasil Paralelo, no Youtube, cinco meses após a eleição do Presidente Bolsonaro.²⁷
- 2- Discurso realizado pelo atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, no centro de memória do Holocausto YadVashem, em Jerusalém. O discurso foi publicado em diferentes jornais e revistas, em abril de 2019 (seis meses após a posse do Presidente). Durante a entrevista, em Jerusalém, ao ser perguntado sobre o que achava da afirmação do Ex-Ministro, Bolsonaro afirma que não restam dúvidas, o nazismo é de esquerda. Dessa forma, a materialidade de análise se constituirá dos trechos publicados em diferentes jornais e revistas.²⁸
- 3- *Tweets* feitos por representantes do atual governo brasileiro durante o período de 2012 a 2020.

²⁷ Disponível no blog administrado por Ernesto Araújo, *Metapolítica17*.

²⁸ Disponível em diferentes meios de comunicação: revistas, sites de notícias, Youtube.

B) Enunciados da posição-sujeito que se identifica com a FD

- 1- Comentários realizados no *blog* “Metapolítica17” pelos seguidores;
- 2- *Tweets* realizados por diferentes indivíduos da sociedade em geral sobre o enunciado “nazismo é de esquerda”, de 2012 a 2021, variação temporal das publicações, ganhando mais ênfase na campanha eleitoral, momento de grande circulação do enunciado, até o momento atual.

O espaço temporal de análises varia entre 2012, ano do primeiro *tweet* recuperado sobre o enunciado, até 2020, ano final da pesquisa, sendo encontrados enunciados com mais intensidade a partir das eleições presidenciais de 2018. Durante as eleições – especificamente em setembro de 2018 - a Embaixada da Alemanha no Brasil havia publicado um vídeo nos seus canais de comunicação no qual explicava que o nazismo era uma vergonha para os alemães e que ele se associava ao movimento da extrema-direita, entretanto, o vídeo não dizia respeito ao Brasil, mas tratava-se de um repúdio aos episódios de xenofobia mobilizados por neonazistas em Chemnitz.

No entanto, alguns brasileiros questionaram a publicação chegando a negar que o Holocausto aconteceu. Como exposto na introdução da pesquisa, a discussão se estendeu e ganhou visibilidade por estar em condições de produção em que as discussões políticas-partidárias estavam acirradas e polarizadas no país, a circulação do enunciado “nazismo é de esquerda” recebeu atenção dos sujeitos leitores/autores das redes sociais e ficou entre os assuntos mais comentados na época, posto que, a velocidade e a visibilidade que as redes sociais possibilitam para o compartilhamento de informações são maiores que a mídia convencional. O que antes já era colocado em questionamento no *Twitter*, mas não era dado tanta importância pelo número irrelevante de interações, agora é defendido e mobilizado pelas autoridades brasileiras.

O primeiro *corpus* do grupo A é constituído pelo texto “Pela Aliança Liberal Conservadora”. Esse texto foi publicado no *blog* “Metapolítica 17” no primeiro ano de governo, quando Ernesto Araújo ainda ocupava o cargo de Ministro das Relações Exteriores. O Ex-Ministro já havia defendido a ideia em momentos anteriores, porém, por ainda não ocupar um cargo de relevância não teve repercussão. O texto em questão foi colocado em circulação em uma condição de produção em que o país se encontra dividido e as pautas liberais e conservadoras ganham força com a eleição do então presidente. As repercussões das afirmações realizadas

pelo Ex-Ministro foram debatidas na principal emissora de TV pública da Alemanha, a DeutscheWelle. Seu texto obteve mais de 27 mil visualizações, mais de 100 comentários e compartilhamentos.

O segundo *corpus* do grupo A consiste nas notícias veiculadas nos principais meios de comunicação do Brasil sobre a fala do Presidente Bolsonaro na sua visita em Israel. Seis meses após sua posse, o Presidente realizou uma viagem com fins econômicos em Israel, onde visitou o Museu do Holocausto YadVashem, museu público israelense que lembra as vítimas e aqueles que combateram o genocídio nazista, assim como a história da ascensão do nazismo na Alemanha. Ao ser entrevistado em frente ao hotel em que estava hospedado, Bolsonaro foi questionado pela imprensa local e internacional quanto às declarações do seu Ex-Ministro Ernesto Araújo e reafirmou que não restam dúvidas quanto ao posicionamento político-ideológico do nazismo. O Presidente já havia realizado declarações como essa, mas pela visita ao museu ter se tratado de um gesto histórico, uma vez que não há a tradição de representantes de outras nações visitarem o Muro das Lamentações e o Museu acompanhados por autoridades de Israel em respeito ao conflito entre Israel e Palestina, a fala de Jair Bolsonaro repercutiu internacionalmente.

O último *corpus* do grupo A se constitui de *tweets* realizados por representantes do governo em que defendem o enunciado “nazismo é de esquerda”. Esses *tweets* possuem uma variação temporal e são postos em evidências em momentos de conflitos políticos entre a esquerda e a direita política. Além dos momentos que constituem os dois primeiros corpora, o enunciado teve grande repercussão quando o Projeto de Lei 5358/2016, de autoria de Eduardo Bolsonaro, no qual o autor defende a criminalização do nazismo e do comunismo, foi proposto para votação. Nas redes sociais, principalmente no *Twitter*, o autor e apoiadores do governo defendem a proposta e mobilizam a justificativa em torno do princípio de que o comunismo é igual ao nazismo.

No que tange ao grupo B do *corpus* empírico, ele é composto por enunciados da posição-sujeito social *sobre* o posicionamento do atual governo. O primeiro *corpus*, B-1, é constituído por comentários realizados no *blog* do Ex-Ministro das Relações Exteriores sobre o seu texto (constitutivo do primeiro grupo). Todos os comentários partem da posição de concordância em relação ao que o Ex-Ministro defende em seu texto e complementam a argumentação de defesa

em relação ao enunciado “nazismo é de esquerda”. Os comentários foram realizados em diferentes momentos do ano de 2019 e 2020.

O segundo *corpus* empírico do grupo B são *tweets* realizados por apoiadores do atual governo e/ou defensores da posição discursiva “nazismo é de esquerda”, são sujeitos de diferentes classes sociais, raça, gênero e escolaridade. Os *tweets* variam quanto ao espaço-tempo de publicação, mas circulam com mais força após o ano de 2018, principalmente em momentos de tensões políticas no governo. Sobre a constituição desse *corpus*, concordamos com Indursky (2016, p.2) quando a teórica discorre

No que diz respeito às manifestações em tela, além de mobilizar uma memória social em circulação, elas apresentam uma especificidade que lhes é própria e que as distingue de outras práticas sociais, pois trata-se de *práticas discursivas de sujeitos políticos coletivos produzidas em espaços sociais dispersos e em tempos descontínuos* (INDURSKY, 2016, p.2, grifos da autora).

Após delimitar o *corpus* empírico, um recorte será realizado de forma que possibilite compreender como as filiações dos sentidos são reestruturadas no fio do discurso, ressignificando o papel da memória. De acordo com Indursky (1992, p. 41) “tal coleta conduz o analista de discurso a identificar no corpus empírico sequências discursivas para integrar o corpus discursivo, na qualidade de objeto específico de análise”. Sendo assim, as sequências discursivas que compõem o *corpus* discursivo serão recortadas de acordo com espaço-tempo em que o discurso surge, considerando as sequências discursivas a partir do enunciado “nazismo é de esquerda” e suas condições de produção, a fim de compreender o modo como as formações imaginárias são produzidas.

Esse recorte será realizado a partir do *corpus* empírico, a fim de construir o *corpus* discursivo. Logo, as sequências discursivas serão recortadas com base nas materialidades linguístico discursivas que compõem os enunciados dos grupos A e B e pertencem aos corpora empíricos. A escolha desse recorte se dá visto a visibilidade que essas redes sociais possibilitam para a discursivização do enunciado “nazismo é de esquerda” e ao grande número de interações que esse evento discursivo obteve, além de apresentarem diferentes espaços de circulação.

Como iremos trabalhar com sequências discursivas que pertencem ao gênero *blog*, trazemos neste momento a concepção sobre a qual o termo será compreendido neste trabalho. O gênero

blog surgiu no final dos anos 1990, criado por Justin Hall, que publicava em seu site relatos sobre suas experiências de vida. De acordo com Malini (2012, p. 122)

O termo *blog* ganharia esse nome somente em 1997, a partir da junção das palavras *log* (inventada online por Justin) e *web* (inventada por Berners-Lee). Das duas nasceu o acrônimo: *blog*, o primeiro gênero de publicação puro sangue da internet. De forma intimista, blogueiros praticavam o principal elemento da cultura da web: o hipertexto. Comentário mais link, eis o ‘dna’ de qualquer texto da blogosfera até hoje. Esse padrão textual revelou outra coisa. Blogs nasciam como prática cultural de seleção e filtragem do que havia de melhor no mar infinito e excessivo de informação da internet. O valor do *blog* reside, primeiro, na sua capacidade de relatar, de modo intimista, uma informação (seja um caso ou um link) (MALINI, 2012, p. 122).

Com a revolução proposta por esse novo tipo de materializar a escrita, os *blogs* tomaram conta da internet e seus usuários os usavam como uma forma de exteriorizar suas ideias, conhecimentos, sentimentos e informações. A interação do *blog* se dá pelo autor e pelo leitor, os textos postados pelo autor são retomados de forma constante pelo seu público leitor, independente do tempo, pois podem ser acessados em qualquer hora e por qualquer dispositivo eletrônico que tenha acesso a *web*. A escrita se torna compartilhada, pois o público leitor pode interagir com o texto por meio dos comentários, proporcionando debates, reflexões, discussões que levam a concordância ou não com a postagem. Sendo assim, esse se torna um espaço de circulação de diferentes discursos.

Com a evolução da internet, outras formas de circulação surgiram derivadas da ideia proposta pelo *blog*. Sobre esse aspecto, Malini (2012, p. 124) afirma que

A invenção do Tumblr e Twitter significou um novo passo na cultura blogueira. Antes, praticamente se desconhecia o público do *blog*, e a interrelação com outros blogueiros se fazia através da barra lateral desses sites, onde se listavam os links dos *blogs* parceiros. Com esses dois novos dispositivos blogueiros, tanto o público, quanto o blogueiro virou seguidor, estando e criando um emaranhado de *clusters* de publicações online, agora transmutadas sob o nome de *perfis*, facilitando a republicações, respostas (*reply*), curtidas e comentários de suas atualizações. Já existentes nos *blogs* como ferramentas de organização de conteúdo, as *tags* se transmutaram em *hashtags*, agregando todos os relatos sobre determinados assuntos, gerando memórias dos fatos cotidianos e possibilitando o ranqueamento dos assuntos do momento, transformando assim relatos fragmentados em notícias gerais e comuns (MALINI, 2012, p. 124, grifo nosso).

O comentário possibilita que o sujeito se posicione em relação à discursividade podendo ser a favor ou não. No tocante a questão, concordamos com Zago (2011, p. 64) quando a autora

pontua que “o comentário corresponderia ao papel de criticar ou ironizar notícias, procurando manifestar publicamente sua opinião sobre o acontecimento, ou sobre as circunstâncias do mesmo”. Como esse gênero é constituído no suporte digital: Facebook, Twitter, Blog, Youtube, entre outros, que não exige do autor uma escrita normativa da língua, pode ser formulado de diferentes formas, não estando, necessariamente, em uma padronização de escrita. Desse modo, a sua principal característica está ligada à condição de produção específica no qual o discurso se realiza, possibilitando que diferentes imaginários e efeitos de sentido sejam produzidos por seus interlocutores, principalmente em relação aos gestos de interpretação referentes ao interdiscurso do sujeito que lê/interage/significa no discurso.

É preciso ressaltar ainda o seu caráter de circulação, visto que, por se tratar de um gênero que está no suporte digital, a sua circulação está ligada à postagem original, entretanto, no *Twitter* é possível compartilhar o comentário por meio da função de *retweet*, ou seja, pode ser compartilhado por diferentes indivíduos, possibilitando que o discurso seja alcançado em diferentes espaços discursivos.

Em relação aos grupos que constituem os *tweets* (A-3 e B-2), todas as palavras que utilizamos na opção “buscar” do Twitter foram selecionadas a partir da relação com o tema em questão do nosso estudo. A primeira pesquisa realizada no *Twitter* foi a partir do enunciado “nazismo é de esquerda”. Ao buscar especificamente por essas palavras, o algoritmo do *Twitter* seleciona *tweets* compartilhados em que essa afirmação aparece, independente do posicionamento. Ao procurar por esse enunciado, destacamos os *Tweets* que aparecem em sequência na busca. É interessante notar que os primeiros *tweets* sobre “nazismo é de esquerda” apareciam de forma esporádica, mas, de acordo com o crescimento de grupos conservadores tanto nos espaços midiáticos quanto nos sociais, as postagens relacionadas ao enunciado foram aumentando, principalmente, após a discussão do projeto de lei que visa criminalizar o comunismo proposto pelo então Deputado Eduardo Bolsonaro. Sendo assim, o *corpus* que constitui o número 3 do grupo A e o número 2 do grupo B foram selecionados com base nessas ferramentas de pesquisa que o próprio *Twitter* disponibiliza aos seus usuários.

Como bem destaca a pesquisadora Silveira (2015, p. 29), ao discutir em sua tese sobre o funcionamento discursivo de *hashtags* e arquivos políticos no Twitter no campo da Análise do Discurso,

analisar um ambiente digital como o *Twitter* implica considerar que esse ambiente, no movimento de análise, fornece ao pesquisador seus próprios instrumentos de investigação: **mecanismos de buscas**, aplicativos de análise, funções estatísticas etc. (SILVEIRA, 2015, p. 29, grifo nosso).

Pelo mecanismo de busca disponibilizado pela própria plataforma, pesquisamos por palavras-chave como “nazismo”, “comunismo”, “socialismo” e “esquerda”, pois são as palavras que mais aparecem em *tweets* relacionados à discursivização do enunciado “nazismo é de esquerda”.

A escolha do corpus que constitui a pesquisa foi realizada em relação à história recente que constitui a memória social, pois ainda não se havia naturalizado no imaginário social tal posicionamento ou não ganhou tanta visibilidade e/ou repercussão. O fato de obter notoriedade em um momento de polarização evidente no Brasil, deixa indícios de que pode se tratar de uma discursividade que é levantada com o propósito de individualizar ainda mais os posicionamentos políticos-ideológicos no país, podendo se configurar como um discurso de resistência ideológica ao discurso outro²⁹. Considerando o espaço discursivo do *Twitter*, concordamos com Silveira (2015, p. 47), que em sua tese de doutorado pesquisou sobre o funcionamento discursivo de *hashtags* e arquivos políticos no *Twitter*, quando a autora afirma que

ambientes como o *Twitter* ganham um importante estatuto no contexto das relações político-eleitorais, pois são vistos como um meio técnico (mídia) que colocaria em contato direto os profissionais da mídia e da política e os cidadãos de modo geral. Trata-se de uma possibilidade bastante singular para o discurso político-midiático, uma vez que o ambiente oferece aos sujeitos um espaço comum de fala e, portanto, a produção do efeito de que temos uma troca direta entre representantes e representados (SILVEIRA, 2015, p. 47).

Ademais, a ilusão de que o *Twitter* se apresenta como um espaço democrático de fala aos seus usuários possibilita que um jogo de formações imaginárias seja produzido, interferindo na forma como o sujeito sócio-político se posiciona na arena discursiva do espaço social do *Twitter*, seja por meio de *hashtags*, *tweets* propriamente ditos ou *retweets*.

Tendo feito as considerações apresentadas acima, passemos para a construção do *corpus* discursivo que não será trabalhado por uma “exaustividade horizontal” ou pela ilusão de

²⁹ A noção de resistência ideológica será mais bem trabalhada no capítulo 5, em que desenvolveremos as análises e apontaremos o modo de funcionamento dessa resistência.

completude, pois a Análise do Discurso não trabalha com discursos fechados em si mesmo, totalizados, mas sim com processos discursivos que possibilitam o recorte e a análise de diferentes formas discursivas sobre um mesmo objeto (Orlandi, 2015).³⁰

Nessa perspectiva, o nosso primeiro gesto de análise consiste em compreender a formação discursiva dominante que constitui o enunciado “nazismo é de esquerda”. Para tanto, iremos utilizar sequências que compõem ambos os grupos do *corpus empírico*, A e B, com vista a investigar como os sentidos são formulados e postos em circulação a partir de um espaço discursivo em que o não dito é dito como modo de naturalizar sentidos outros, que atravessam outros já-ditos e constituem os sujeitos.

Como demonstrado anteriormente, o primeiro *corpus* discursivo é constituído por sequências discursivas recortadas de notícias sobre o discurso do presidente e do texto publicado pelo Ex-Ministro das relações exteriores (grupo A). Elas serão analisadas a partir das condições de produção tanto imediata quanto mais ampla, visando atingir o objetivo específico: **analisar os imaginários produzidos no enunciado “nazismo é de esquerda” a partir da posição discursiva de governo**. Essa investigação sobre as condições de produção em que o enunciado se realiza contribui para fazer o recorte do *corpus*.

Uma vez definida as condições de produção, podemos analisar os imaginários que são construídos e se constituem no enunciado “nazismo é de esquerda”. É interessante destacar o posicionamento de Orlandi (2015, p. 37) sobre as relações de sentido em que a autora assevera que “não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros”. Nesse sentido, por meio do mecanismo de antecipação, todo sujeito se coloca no lugar de interpretação do seu interlocutor como forma de prever os sentidos que serão construídos pelo outro a partir do seu dizer. É por esse mecanismo que o sujeito “regula” sua argumentação. Como exposto no início do quadro teórico, o sujeito A se coloca no lugar do sujeito B produzindo formações imaginárias, e, assim, regulando o modo como se diz segundo os efeitos que pensa produzir no seu interlocutor.

³⁰ As marcas linguístico-discursivas serão apresentadas no capítulo 5, no qual especificamos a constituição do *corpus* discursivo e as famílias parafrásticas que constituem a posição-sujeito.

Como exposto anteriormente, é a partir dessa concepção e do jogo imaginário da posição-sujeito que pretendemos investigar quais formações imaginárias são produzidas na discursivização do enunciado em questão, considerando a posição-sujeito. Logo, analisamos as formações imaginárias que são produzidas da posição autoridade governamental, da posição sujeito interlocutor sendo atravessado pela fala do presidente, da posição sujeito interlocutor sobre o discurso de Bolsonaro e vice-versa, sendo significadas dentro de condições de produção específicas em relação com a história, com o social, com o ideológico e com o político.

É importante destacar que o enunciado nem sempre vai aparecer na sua forma específica (nazismo é de esquerda), pode aparecer materializado de outras formas. Para Pêcheux (1969) esse movimento se conceitua como *efeito metafórico*. É um efeito em que ocorre deslizamentos de sentidos entre um enunciado x e um enunciado y, se trata de uma substituição discursiva em que um dito pode ser dito de outra forma, em um espaço-tempo diferente. O *efeito metafórico* não funciona como uma substituição de palavras, mas como transferência que se produz no deslizamento dos sentidos, são sentidos emaranhados que derivam para outras significações.

Como os sentidos estão nas derivas, nas bordas, são sempre possíveis de tornarem-se outros, pois é difícil, segundo Orlandi (2015, p. 34), “traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente”. Nesse viés, um mecanismo importante na análise da produção de sentidos trata-se do funcionamento parafrástico, ou seja, analisar os dizeres que se mantêm, a memória, o interdiscurso. Para Orlandi (2015, p. 34) “a paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado”. Portanto, a discursividade em análise pode aparecer nas filiações de sentidos, em que se mantém a significação sobre o enunciado central. Pretendemos realizar assim a análise das formações imaginárias produzidas nos comentários e *tweets* postados nas redes *Twitter* e *blog* (grupo B), atendendo ao nosso objetivo específico: **analisar os imaginários produzidos a partir de comentários e tweets que se identificam com a Formação Discursiva.**

Pêcheux e Fuchs (1997, p. 169) ainda destacam que

a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a "matriz do sentido". Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este efeito (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 169).

É nessa relação parafrástica que as formações imaginárias se fazem presentes, que o sujeito e os sentidos se constituem. O modo como os sentidos são trabalhados na paráfrase podem retornar ao mesmo espaço do dizer. Esses mecanismos de repetição, de paráfrase são procedimentos que permitirão analisar as formações imaginárias que são construídas no sujeito enunciador e no outro, sempre em relação. Dessa forma, nas sequências discursivas que serão analisadas, interessa investigar as imagens que o sujeito atribui a si e ao outro; e a forma como essa atribuição intervém nas condições de produção, considerando sempre os processos sócio-histórico-ideológicos do discurso.

Após realizar essa investigação inicial, buscamos compreender as implicações que os efeitos de sentido trazem para a história, considerando os gestos de silenciamentos que o enunciado “nazismo é de esquerda” afeta tanto na história quanto na memória social, e o percurso teórico proposto por Orlandi (2012, 2007), ou seja, a dimensão *política do silêncio*.

Sendo assim, para compreender o objetivo específico – **analisar a produção de evidenciamentos (MOREIRA, 2007, 2009, 2018) e silenciamentos (ORLANDI, 2007) no enunciado “nazismo é de esquerda”** – pretendemos investigar como essas relações de poder, construídas a partir de um imaginário social que constitui o sujeito, evidenciam certos sentidos para que outros sejam silenciados, deixando marcas na memória discursiva, pois não há apagamento definitivo. Para tanto, todas as relações anteriores precisam ser levadas em consideração na análise, observando o que não está sendo dito ao se posicionar dessa forma e seus efeitos de sentido dentro de condições específicas. Orlandi (2015, p. 83) enfatiza que “as palavras se acompanham de silêncio e são elas mesmas atravessadas de silêncio”, é por esta observação que se realizará a análise das sequências discursivas.

Para atender ao objetivo geral dessa pesquisa, que consiste em **analisar os imaginários produzidos na circulação do discurso governamental “nazismo é de esquerda”**, analisaremos as sequências discursivas que compõem os comentários e tweets relacionados ao enunciado (grupo A e B), a fim de investigar as formações imaginárias que são produzidas, considerando as condições de produção e seus efeitos de sentidos. A investigação terá a compreensão que na perspectiva materialista é necessário considerar “o processo e a

contradição como método de reflexão e a ideologia em sua materialidade ligada à língua, em primeira instância, e à linguagem em uma perspectiva mais geral” (ORLANDI, 2012, p. 29).

Passemos ao quadro que organiza a divisão do nosso *corpus* discursivo de análise:

Quadro 1 - Divisão do corpus descritivo

GRUPO A: Posição discursiva de governo (GOV.)	MATERIALIDADE	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<p>1- Enunciados recortados do texto publicado no blog <i>Metapolítica 17</i>, de Ernesto Araújo, Ex-Ministro das relações exteriores.</p> <p>2- Enunciados que compõem o discurso do atual Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, em notícias de revistas e jornais.</p> <p>3- Enunciados recortados de <i>tweets</i> postados por representantes do governo em diferentes momentos.</p>	Linguística	<p>Analisar a Formação Discursiva dominante que constitui o espaço discursivo “nazismo é de esquerda”.</p> <p>Analisar os imaginários produzidos no enunciado “nazismo é de esquerda” a partir da posição discursiva <i>de</i> governo.</p> <p>Analisar os imaginários produzidos <i>nos tweets</i> da posição discursiva <i>de</i> governo postados nas redes sociais.</p>

GRUPO B: Posição- sujeito que se identifica com a FD (ELETRÔNICO)	MATERIALIDADE	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<p>1- Enunciados recortados de comentários realizados no blog <i>Metapolítica 17</i>.</p> <p>2- Enunciados recortados de <i>tweets</i> realizados por indivíduos da sociedade em geral <i>sobre</i> o enunciado “nazismo é de esquerda”.</p>	Linguística	<p>Analisar a Formação Discursiva dominante que constitui o espaço discursivo “nazismo é de esquerda”.</p> <p>Analisar os imaginários produzidos a partir de comentários e tweets que se identificam com a Formação Discursiva;</p> <p>Analisar a produção de evidenciamentos e silenciamentos no enunciado “nazismo é de esquerda”.</p>

5 DESSUPERFICIALIZAÇÃO DO CORPUS DISCURSIVO

5.1 As categorias e análise do *corpus*

A primeira etapa da construção do *corpus* discursivo consiste em agrupar as sequências discursivas de acordo com as marcas linguístico-discursivas pertencentes a cada grupo e sua respectiva divisão (A -1, A-2 e A-3 e B-1 e B- 2). Tendo em vista que há uma organização em torno de uma memória discursiva que constitui as sequências discursivas, o *corpus* discursivo é, então, organizado a partir do enunciado “Nazismo é de esquerda”.

Nessa perspectiva, pensando no modo de formulação e circulação dos sentidos nesse enunciado, observamos que há uma regularidade no funcionamento das marcas linguístico-discursivas nas sequências discursivas, são elas: **nominalização**, a argumentação do enunciado é sempre organizada em torno de algo ou alguém; **o verbo** “ser” utilizado em diferentes tempos, mas sempre no indicativo; e **adjetivações**, que são mobilizadas a fim de definir o referente. Além disso, as famílias parafrásticas são produzidas a partir dos termos: **nazismo, esquerda, socialismo, fascismo**.

Tendo isso em vista, retomamos a pesquisa feita por Courtine (2014), na qual ele identificou alguns modos de funcionamento das formulações que constituem o discurso comunista endereçado aos cristãos. Entretanto, destacamos que, apesar de trazer algumas categorias que irão orientar as análises, nós não fizemos o recorte das SDs a partir delas. O recorte foi realizado anteriormente, de acordo com o andamento da pesquisa.

Sendo assim, realizamos uma releitura das análises propostas por Courtine (2014) e trouxemos para a presente pesquisa como modo de sustentar as análises e identificar os imaginários que são produzidos a partir do enunciado chave. A partir dessa releitura/interpretação, adaptamos as categorias levando em consideração a constituição, formulação e circulação do enunciado. Sendo assim, assumimos as seguintes categorias para realizar o efeito parafrástico nas SDs: **Determinação** (X é Y – Y é X), **constatação** (é X que... (e) também é Y que...), **referenciação** (R é... X/Y também é), e **silogismo** (X é... Y é... portanto X é igual a Y/ Y é... X é... logo Y é X). Essas categorias foram escolhidas com base no maior número de ocorrências nas sequências discursivas recortadas em relação à formulação X É Y. Por um olhar analítico de antecipação, notamos que:

- X pode representar: *nazismo, nazistas, nazifascismo, fascismo, Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores da Alemanha, socialismo, partido nazista, comunismo, Nacional Socialismo*, entre outros.
- Y pode representar: *comunismo, socialismo, socialista, comunista, esquerda, esquerdopatas, esquerdismo, antiliberal/capitalista/religioso, amálgama esquerdista, ideologia de esquerda*, entre outros.

Considerando o nosso *corpus* de análises e os objetivos propostos, cada categoria é trabalhada de modo a produzir efeitos de sentido a partir do que pode ou não ser dito na formação discursiva e dos imaginários que o sujeito tem de si, do outro e da arena discursiva.

Sendo assim, no presente estudo, a **determinação** consiste em enunciados compostos pela forma sintagmática X É Y/Y É X, em que X se refere ao objeto identificado pela nominalização ou pelo uso de pronomes. Essa identificação do elemento X é guiada pelo verbo *ser* que se refere ao elemento Y do enunciado, identificado pelo uso de adjetivos ou termos semelhantes que determinam o que X deve ser, assim como também podem determinar o que Y deve ser. Nessa categoria, o elemento tema do discurso – podendo ser: nazismo, esquerda, socialismo, fascismo... - é focalizado e pode produzir efeitos de sentidos específicos em relação à identificação de X e Y.

A **constatação** é composta pela forma sintagmática É X QUE... (E) TAMBÉM É Y QUE... Nessa categoria, o elemento X e Y também são identificados por nominalizações, mas difere da primeira na medida em que constatam pela rede de memórias discursivas, o que X e Y podem/devem ser.

A **referenciação** é formada pela forma sintagmática R É... X/Y TAMBÉM É. No caso das sequências discursivas recortadas, o R é o termo referenciado, ou seja, assume a posição de referência em relação a X ou Y. A partir de um gesto analítico antecipatório, foi possível observar que há uma regularidade nos termos utilizados como referenciação, trata-se de sujeitos históricos, como Stalin, Mao TseTung, Karl Marx; ou objetos históricos, como martelo e foice, bandeira vermelha, moeda etc.; ou nominalizações, como Partido Nacional Socialista. Sendo assim, X e/ou Y assumem um “efeito de verdade” justificados pelo termo da posição

referenciada, assim como, podem assumir um “efeito de contraste”, quando o termo de referência ocupa uma posição antagônica em relação à X/Y.

Por fim, o **silogismo**, no qual a formulação se concebe como X É... Y É... PORTANTO X É IGUAL A Y/ Y É... X É LOGO Y É X. Nessa categoria, é possível observar que o sujeito enunciador parte da premissa ilusória da argumentação lógica, em que duas proposições declarativas resultam em uma dedução conclusiva, funcionando em torno do imaginário de que X só pode ser Y. A identificação dos elementos X e Y podem ser por meio de nominalizações, adjetivos ou por uma enumeração de elementos discursivos.

Destacamos que não há aqui uma tentativa de exaustividade do *corpus* em relação ao objeto empírico de análise, mas sim pensando o discurso em relação ao objetivo da análise, por isso, a quantidade de sequências discursivas selecionadas não diz respeito a todos os enunciados encontrados em relação ao *corpus* empírico, pois o objeto de análise é tratado na Análise do Discurso como fato de linguagem, na relação com a memória e a materialidade linguística-discursiva. Quanto ao tempo-espço das sequências discursivas, não é o ponto central de nossa pesquisa, mas a forma como as marcas linguísticas-discursivas funciona discursivamente.

5.2 A inscrição do enunciado na Formação Discursiva

Para atender ao objetivo geral desta pesquisa, que consiste em analisar os imaginários produzidos na circulação do discurso governamental “nazismo é de esquerda”, buscamos compreender a formação discursiva dominante na qual o enunciado se constitui, visto que, representa um espaço de produção de sentidos. Como exposto no capítulo teórico, o sujeito, na sua relação com a exterioridade, é chamado a uma posição, está condenado a significar, desse modo, os sentidos produzidos pela sua posição sujeito resultam de sua inscrição em uma formação discursiva.

Em face do exposto até o momento, neste capítulo desenrolaremos as análises de modo a investigar como as redes parafrásticas funcionam a partir da Formação Discursiva que constitui o *corpus* de análise. Para isso, selecionamos sequências discursivas que pertencem tanto ao grupo A, discurso de governo, quanto o grupo B, discurso eletrônico. Elas serão organizadas de acordo com as categorias apresentadas no tópico anterior.

Sendo assim, a partir de um gesto de leitura antecipado do corpus descritivo em relação às marcas linguísticas-discursivas que organizam as SDs, assim como, pelas condições de produção e pelo contexto sócio-histórico-político, compreendemos que a formação discursiva que constitui o *corpus* discursivo é a **FD “extrema-direita”**, uma vez que os termos que compõem o elemento de referência das sequências discursivas são produzidos e definidos a partir da concepção política-ideológica-discursiva de “extrema-direita”, isto é, o que é enunciado só o é pela memória discursiva em torno dessa FD.

Entretanto, não se trata apenas de uma posição política, mas de posições discursivas que se identificam com o extremismo, com o radicalismo na imposição dos sentidos como uma tentativa de cristalizá-los enquanto única “verdade” possível, resultando assim na naturalização de sentidos que antes eram compreendidos/lidos/discursivizados socialmente como improváveis.

De acordo com Miguel (2018), professor e pesquisador referência sobre a ciência política e os processos que compreendem a democracia, os discursos de extrema-direita incluem três vertentes principais: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo. O primeiro diz respeito ao menor Estado possível, segundo o autor, o libertarianismo seria o ultraliberalismo unido ao conservadorismo cristão no Brasil; o segundo representa a ala religiosa ligada a política brasileira, essa concepção se baseia em uma verdade “revelada” anulando qualquer possibilidade de debate, assim, elege-se um pastor que guia e mantém o “rebanho” disciplinado com base nessa verdade; a última ganhou força após a era PT no Brasil e utiliza o anticomunismo e o antipetismo enquanto sinônimos. Os estudos empreendidos por Miguel (2018) nos ajudam a compreender a construção dos saberes no interior da FD “extrema-direita”.

Os efeitos de sentido que são produzidos pelos sujeitos inscritos nessa FD são formulados no discurso como forma de naturalizar um sentido outro, sendo este trabalhado pelo evidenciamento enquanto resistência dos sentidos, enquanto ressignificação dos sentidos já ditos e constituídos na memória social, como a constituição político-ideológica do nazismo ser de extrema direita, constituição esta defendida por historiadores, sociólogos, filósofos e pesquisadores desse acontecimento histórico.

Por resistência concordamos com Orlandi (2012, p. 230) quando a autora conclui que “podemos considerar que a questão da resistência está, de um lado, vinculada à relação entre forma-sujeito-histórica e a individuação pelo Estado; de outro, pelo processo de identificação do sujeito com a formação discursiva em sua vinculação ao interdiscurso”, isto é, o movimento de resistência pode se dar por duas formas, uma pela individuação do Estado e outra pela identificação com a formação discursiva. No caso em questão, consideramos o segundo modo, uma vez que, é pelos furos, pelas falhas, pelos lapsos que se encontra a resistência dos sentidos. Ainda segundo a autora, é pela falha que há “condição para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros, ‘fazendo sentido do interior do não-sentido’” (ORLANDI, 2012, p. 231).

Nessa perspectiva, a tomada de posição se dá pela identificação com a formação discursiva na qual o sujeito se insere e implica em uma resistência aos discursos que a atravessa, que a contradiz ou até mesmo que a nega, resultando assim, em uma resistência ao sentido outro. Em outras palavras, ao se evidenciar a posição política-ideológica do nazismo, busca-se naturalizar certos dizeres/sentidos que estão em relação a outros já-ditos, a uma memória outra, antagônica, isto é, que é defendida pelos que são considerados como inimigos, para que, assim, a resistência à essa memória que fala antes se faça presente. Entretanto, essa resistência não se dá somente pela identificação com a FD, mas antes pela interpelação do sujeito, que ao tomar sua posição, resiste.

5.2.1 O efeito parafrástico por constatação: a ameaça as instituições

As formulações tanto nas SDs que compõem o grupo A (discurso governamental) quanto o grupo B (discurso eletrônico) são atravessadas pelas categorias elencadas – quer sejam, referência, silogismo, constatação e determinação, e nos levam a um gesto de análise que permite compreender como os enunciados se constituem na FD “extrema-direita”. Para isso, destacamos algumas sequências discursivas que foram recortadas a partir dos dois grupos (A e B) do *corpus* discursivo para que seja possível analisar como a FD “extrema-direita” constitui os diferentes espaços de formulação e circulação do discurso, seja ele de governo ou eletrônico:

SD1: O nazismo era anti-capitalista, anti-religioso, coletivista, contrário à liberdade individual, promovia a censura e o controle do pensamento pela propaganda e lavagem cerebral, era contrário às estruturas tradicionais da

sociedade. Tudo isso o caracteriza como um movimento de esquerda (GOV, 2019, grupo A, sic).

SD2: Não há dúvida de que nazismo foi movimento de esquerda (GOV, 2019, grupo A).

SD3: Importante lembrarmos os males do nacional-socialismo (nazismo) e pelo comunismo. Para resumir, ambas as ideologias se explicam em poucas palavras: miséria e mortes. Sendo certo que o nazismo usa a luta de raças e o comunismo a de classes para chegar ao poder (GOV,2020, grupo A, sic).

SD4: A diferença entre nazismo e socialismo é que o nazismo é baseado em falsa biologia e o socialismo em falsa sociologia (ELETRÔNICO, 2019, grupo B).

SD5: Na realidade eu pediria o fim do marxismo. Foi dessa desgraça que veio as ramificações como o comunismo, nazismo e facismo (ELETRÔNICO, 2020, grupo B, sic).

Nas sequências recortadas, a posição-sujeito sustentada na FD instaura uma argumentação em torno de uma memória a fim de buscar pela/na historicidade aquilo que se acredita que seja o “nazismo” e, a partir disso, sustentado pela repetibilidade (INDURSKY, 2011) do discurso, há uma tentativa de regularizar sentidos outros pelo/no dizer. Ao instaurar esse embate entre a atualidade e a memória, a repetibilidade do discurso se apresenta como uma reorganização da memória social, como movimento de resistência aos sentidos já ditos. Nessa ruptura com os dizeres instaurados abre-se a possibilidade de os sentidos serem outros, trabalhados pelo evidenciamento da resistência aos sentidos já estabelecidos na memória social.

Dessa forma, o retorno na memória social se dá pela presença das marcas linguístico-discursivas como “*era anti-capitalista, anti-religioso, coletivista, contrário à liberdade individual, promovia a censura e o controle do pensamento pela propaganda e lavagem cerebral, era contrário às estruturas tradicionais da sociedade*” (SD1), “*foi um movimento*” (SD2), “*é falsa biologia/falsa sociologia*” (SD4). Essas marcas, buscam adjetivar o “nazismo” pelas significações que as definições carregam pela/na historicidade. Materializam, assim, um movimento de resistência dos sentidos que são inscritos na FD “extrema-direita”, pois são posições discursivas que deslizam e definem a inserção dos sujeitos nessa formação dominante e que realizam um gesto de identificar o acontecimento “nazismo” nas adjetivações que são discursivizadas.

Ademais, muitas sequências são formuladas com o verbo “ser” no pretérito imperfeito do indicativo - era - evidenciando o embate entre a memória que se tem sobre o nazismo e a atualidade, o que se diz sobre o nazismo, resultando no acontecimento que busca resistir a essa memória pré-estabelecida.

Interessante destacar os imaginários que são produzidos sobre o marxismo, o comunismo e o socialismo nas sequências discursivas: **Tudo isso o caracteriza** (SD1), **o nazismo foi** (SD2), **ambas as ideologias se explicam** (SD3), **o nazismo é baseado** (SD4), **Foi dessa desgraça que veio** (SD5), em que é atribuído a responsabilidade pela existência do comunismo, do fascismo e do nazismo, ainda que essas ideologias políticas sejam conflitantes. Além disso, faz-se presente pelas demais marcas linguístico-discursivas, o imaginário do nazismo enquanto coletivista, uma vez que é definido como “anti-capitalista” e contrário às estruturas conservadoras da sociedade. Neste momento, faz-se necessário retomar as três vertentes defendidas pela extrema-direita segundo Miguel (2018), o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo.

Para Miguel (2018, p.22), as três correntes não são estanques: “Há um caminho, em particular, de fusão do anticomunismo com o reacionarismo moral, que passa por uma leitura fantasiosa da obra de Antonio Gramsci e recebe o nome de ‘marxismo cultural’”. Gramsci é conhecido como um teórico e ativista político marxista, entretanto, essa visão de leitura das suas obras defende que ele é responsável por projetar um plano para a ascensão do comunismo, a derrubada do capitalismo e da civilização ocidental por meio da extinção da moral sexual e da estrutura familiar tradicional, como defendido na SD1 e na SD4.

As adjetivações mobilizadas a fim de defender “nazismo é de esquerda” são retomadas como modo de produzir um efeito de verdade no sujeito do discurso, movido pela tomada de posição enquanto sujeito da linguagem. Enquanto nas SD1 e SD4 há um imaginário em torno do nazismo contrário ao conservadorismo, à família e à economia liberal, na SD2 o discurso é constituído pela certeza de que não há outra forma possível de designar o nazismo: ele **foi de esquerda**. Essa certeza é constituída pela memória que atravessa o sujeito quando este é chamado a se posicionar na arena discursiva, ou seja, é um dizer interpelado pela ideologia e que se materializa pela/na história, desse modo, ele se constitui pelas formações imaginárias que o sujeito mobiliza face a suas condições materiais de existência.

A interpelação ocorre pelo esquecimento nº 2, em que o sujeito seleciona no interior da FD que o domina, no caso pela FD “extrema-direita”, o que pode e deve ser dito nesse espaço discursivo. É nesse momento de ruptura com o dizer outro, de resistência dos sentidos já ditos, que o silenciamento trabalha, pois, ao utilizar essas adjetivações e não outras, certos sentidos são postos em evidenciamento de modo que outros sejam silenciados. É nesse entremeio que o silêncio se constitui, nesse respirar em que os sentidos outros continuam produzindo efeitos nos sujeitos que interagem com o discurso. Na SD3 esse gesto de ruptura toma um tom apelativo ao adjetivar o nazismo e o comunismo como *miséria e mortes*, retomando um imaginário de tristeza, caos, fome, que estão na ordem do discurso e garantem ao sujeito outro um imaginário de literalidade que se confirma ao trazer para a arena discursiva *a luta de raças e a de classes*.

Assim, pelas adjetivações e pelo verbo *ser* utilizado ora no indicativo do presente (é) ora no indicativo do pretérito perfeito (foi) ou imperfeito (era), o sujeito se posiciona em um movimento de resistência ao discurso outro pela ilusão da permanência dos sentidos, produzindo em seu interlocutor efeitos de sentido que, por meio do jogo parafrástico, permitem compreender que a política de extrema-direita é a favor da religião, do tradicionalismo, da liberdade de expressão, uma vez que o nazismo, conceituado como de esquerda, representa o contrário disso. Sendo assim, há uma hostilização em relação à oposição (esquerda) ou à representação que se tem dessa oposição (marxismo, comunismo, socialismo, nazismo...). Esses dizeres são historicamente circunscritos em redes de paráfrases, desse modo, pela categoria de constatação de que É X QUE... (E) TAMBÉM É Y QUE... podemos ter que

- (A) É o **nazismo que era** anticapitalista, antirreligioso, coletivista, contrário à liberdade individual, promovia a censura e o controle do pensamento pela propaganda e lavagem cerebral, **era** contrário às estruturas tradicionais da sociedade. E é a **esquerda que** se caracteriza assim (SD1).
- (B) É o **nazismo que era** de esquerda, e é a **esquerda que** promove mortes (SD2).
- (C) É o **marxismo que** implantou o comunismo. E é dessa **desgraça que** veio as ramificações como o comunismo, nazismo e fascismo (SD5).
- (D) É o **nazismo que** promove a miséria e mortes, e também é o **comunismo que** chega ao poder promovendo males a sociedade (SD3).

Indiferentemente do modo como os elementos são postos na forma sintagmática, eles resultarão no antagonismo à FD “extrema-direita”, pois é pela não identificação com a ideologia política contrária que o discurso é formulado e posto em circulação, ou seja, como forma de descaracterizar a oposição discursiva em relação à FD e como um gesto de demarcar a sua posição-sujeito, é que o discurso é posto na arena discursiva. Esse conjunto de elementos designativos (GUIMARÃES, 2003) são recorrentes nas demais sequências discursivas e produzem no sujeito interlocutor um imaginário de culpabilização do outro, de denúncia de que se é X (nazismo, comunismo, marxismo, socialismo) que promove a censura, a miséria, as mortes, também é Y (esquerda) que realiza isso. O evidenciamento é trabalhado pela culpabilização de que é o antagonico que representa a ameaça às tradições religiosas, familiares, políticas e econômicas.

Como apresentado, é pela identificação com a FD que os enunciados são produzidos, sendo essa constituída pelo contexto sócio-histórico-ideológico-político de cada sujeito discursivo. Dessa forma, os efeitos de sentido que são produzidos no discurso dependem da posição discursiva que o sujeito ocupa, assim como a inserção do sujeito na FD, lugar de materialização das formações ideológicas. Cabe ainda ressaltar que a formação discursiva se concebe

Como espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma “intersubjetividade falante” pela qual cada um sabe de antemão o que o “outro” vai pensar e dizer..., e com razão, já que o discurso de cada um reproduz o discurso do outro (PÊCHEUX, 1988, p. 172).

Sendo assim, na FD “extrema-direita”, os sujeitos, ao se posicionarem, atribuem o mecanismo de antecipação, de forma que o seu dizer seja posto em circulação e produza representações imaginárias sobre o acontecimento histórico (nazismo) no outro do discurso.

5.2.2 O efeito parafrástico por referência: a ilusão da estabilização

Esse primeiro gesto analítico apresentado pela *constatação* se desdobra em outros modos de discursivizar o enunciado “nazismo é de esquerda”. Em um mecanismo de antecipação do olhar analítico, observamos que há outros modos de tentar cristalizar esse enunciado na língua, trata-se de trazer para a argumentação elementos de referência que produzem o imaginário de algo sólido, válido, justificado. Assim, ao nomear o elemento de referência no discurso, as sequências discursivas são constituídas por enunciados nominalizados que buscam trazer um

peso de “verdade” para o dizer. Freda Indursky cita Sériot (2013, p. 255) para conceituar a nominalização, a qual se concebe como

os enunciados pré-construídos, não assumidos pelo sujeito enunciativo. É como se eles se encontrassem “já lá”, como objetos do mundo, preexistentes ao discurso, produzindo no intradiscurso um *efeito de evidência* do qual o enunciativo se apropria (SÉRIOT, 1986, apud INDURSKY, 2013, p. 255).

A referenciação aos elementos nominalizados nas sequências discursivas é trabalhada pela FD na qual os sujeitos se inscrevem, portanto, a posição-sujeito é constituída por esses discursos outros, por esses pré-construídos que interpelam o sujeito e provocam a ilusão de ser a origem do dizer. Para melhor visualizar como a referenciação é apropriada pelo sujeito que se posiciona na FD “extrema-direita”, recortamos algumas SDs dos grupos A-1, 2 e 3 e B-1 e 2

SD6: O comunismo só pôde ser derrotado quando surgiu um poderoso amálgama³¹ liberal-conservador na figura de Ronald Reagan³². (GOV, 2019, Grupo A).

SD7: Partido Nacional Socialista da Alemanha’, completou o presidente ao ser lembrado do que seria o nome oficial do partido nazista, de Adolf Hitler (GOV, 2019, Grupo A).

SD8: A VERDADE TORTURA O SOCIALISTA: Moeda feita na Alemanha nazista simbolizou a união do nazismo, a foice e o martelo: (imagem da moeda) (GOV, 2016, Grupo A).

SD9: [...] Não se pode deixar de examinar a questão a partir de um simples dado que se demonstra já ao começo da pesquisa: não é mera coincidência que o nome completo do Partido Nazista é "Partido Nacional SOCIALISTA dos TRABALHADORES Alemães" [...] (ELETRÔNICO, 2019, Grupo B).

SD10: Qual o nome do Partido Nazista? Eu te respondo: Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (ELETRÔNICO, 2020, Grupo B, sic).

³¹ De acordo com o Dicionário, no sentido figurado, **amálgama** é utilizado para se referir à mistura de coisas diversas e heterogêneas ou à uma reunião de pessoas de diferentes classes e qualidades.

³² Ronald Wilson Reagan foi um ator e político norte-americano, o 40.º presidente dos Estados Unidos e o 33º governador da Califórnia pelo Partido Republicano (Informação disponível em: <https://www.history.com/topics/us-presidents/ronald-reagan>).

Na formulação dessas sequências discursivas observamos que há um funcionamento regular do discurso que pode ser analisado na busca pelas referências à memória que o envolve: nazismo. Em todas as SDs, o discurso é sustentado ou pela nominalização de figuras representativas, como **Ronald Reagan** (SD6), um conservador-liberal de direita, e **Adolf Hitler** (SD7), representado como um socialista/esquerda/comunista nas sequências discursivas; ou pela referência a objetos e símbolos que remetem ao nazismo e são sustentados a fim de produzir o imaginário de “verdade” absoluta e factual de que o nazismo é de esquerda, como **a moeda, a foice, o martelo** (SD8); ou pelo nome do partido, principal fonte de argumentação apresentada em diferentes SDs, de modo acentuado, os termos **socialista e trabalhadores** (SD7, 9 e 10).

Importante destacar o confronto que a referência ao Ronald Reagan (SD6) produz no modo como o nome do partido nazista e Adolf Hitler (SD7, 9 e 10) são trazidos para a arena discursiva. Ainda que Adolf Hitler e seu partido sejam reconhecidos pelos pesquisadores das mais diferentes áreas como extrema direita, assim como Ronald Reagan, do modo como são mobilizados nas sequências recortadas acima produzem um imaginário antagônico ao que é proposto pela historicidade da figura “Adolf Hitler” e seu partido. Desse modo, essa ruptura entre a memória e a atualidade, na qual as SDs se inserem, apontam para um evidenciamento dos sentidos que se quer naturalizar: apenas a direita pode derrotar o comunismo e/ou nazismo, por isso, este é de esquerda; ao mesmo tempo em que silenciam toda uma memória construída sobre o partido e seu líder.

A necessidade de trazer a referência ao nome do partido de modo descritivo, por vezes trabalhado em caixa alta - **Partido Nacional SOCIALISTA dos TRABALHADORES Alemães** (SD9) - como forma de chamar a atenção para o nome, demonstra a certeza que o sujeito traz para o seu discurso, visto que, ao chamar a atenção para os termos **SOCIALISTA** e **TRABALHADORES**, busca-se fazer referência ao aspecto político-ideológico do nazismo. Ademais, a língua se apresenta como a possibilidade de materializar a luta política dos sujeitos que são constituídos pela FD de modo que o evidenciamento trabalhe pela identificação com a formação ideológica.

Além disso, há a associação do nome do partido nazista (SD7, 9 e 10) ao Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil: **seria** o nome oficial **do partido nazista** (SD7), não é mera **coincidência** que o nome completo do **Partido Nazista é "Partido Nacional SOCIALISTA**

dos TRABALHADORES Alemães" (SD9), Qual o nome do Partido Nazista? (SD10) . Vale ressaltar que o Partido dos Trabalhadores é reconhecido pelos sujeitos que se identificam com a FD “extrema-direita” como um partido que deve ser combatido a todo custo, adversário subliminar, pois representa no imaginário desses sujeitos, uma ameaça aos bons costumes, à família, à economia liberal, à igreja e ao conservadorismo. Mais uma vez, percebe-se que a formação imaginária é produzida em torno de um medo da tomada de poder pela esquerda e pelo comunismo. Por isso, uma figura como Ronald Reagan, aquele que derrotou o comunismo, se faz necessária para que a ameaça do comunismo não se faça presente, assim, o atual presidente do Brasil se apresenta como o defensor, como o autor que vai eliminar o comunismo, o socialismo e suas “ramificações” e salvar a pátria.

Os termos, os adjetivos e os nomes referenciados são trabalhados no discurso como forma de defender a posição sustentada pelos sujeitos da FD, sempre apontando para uma legitimação da formação discursiva dominante “extrema-direita”, na qual os sujeitos se inserem. A paráfrase se realiza por meio da categoria de referência em que R É... X/Y TAMBÉM É:

- a) **Ronald Reagan** é o liberal-conservador que derrotou o comunismo/ **A direita conservadora também** precisa derrotar o comunismo (SD6).
- b) **O Partido Nacional Socialista da Alemanha** é socialista/ **Adolf Hitler também é** (SD7).
- c) **A foice e o martelo** representados na moeda **são** da Alemanha nazista/ **O comunismo também é** representado pela foice e martelo (SD8).
- d) **O Partido nazista** é socialista e dos trabalhadores/ **A esquerda também é** dos trabalhadores e socialista (SD9).
- e) **O partido nazista** é definido como dos trabalhadores e socialista/ **O PT também é** (SD10).

Nas sequências apresentadas acima, é possível destacar a materialização da discursividade em circulação que aponta para um único caminho possível na definição do nazismo, para uma ilusão subjetiva de que o nazismo só pode ser de esquerda. Essa ilusão é constituída pela posição discursiva que o sujeito ocupa na formação discursiva e pelo esquecimento n1 (PÊCHEUX, 1988), no qual o sujeito acredita ser a origem do seu dizer.

A tentativa de engessar os sentidos por meio da identificação do nome do partido nos remete aos estudos de Pêcheux (1988, p. 117) em que ele afirma que há algo que fala antes, um pré-construído, que coloca em jogo a “identificação pela qual todo sujeito ‘se reconhece’ como homem, ou também como operário, empregado, funcionário, chefe e etc.”, assim sendo, o reconhecimento do nome do partido coloca em jogo no discurso a disputa dos sentidos, uma vez que, as condições ideológicas da reprodução/ transformação das relações de produção ocorrem pelo “processo de significação na interpelação e na identificação do sujeito” (Pêcheux, 1988). Ao mesmo tempo em que há o evidenciamento na tentativa de naturalizar os sentidos, principalmente, pela argumentação sustentada pela/na historicização do nome do partido. Desse modo, são silenciados do processo discursivo outras tomadas de posição, outros modos de se relacionar com a memória e com a história.

5.2.3 O efeito parafrástico por silogismo: o imaginário da dualidade

Os símbolos, as nominalizações, as adjetivações e o verbo *ser* são ainda trabalhados nas sequências que integram essa FD de um outro modo. A retomada na memória discursiva pela representação dos objetos e pela designação do nome do partido ocorre como modo de ocupar uma arena discursiva específica, ou seja, de ocupar espaços específicos do dizer para que o discurso seja legitimado pelos sujeitos que se identificam e que são interpelados nesse espaço.

Percebemos, assim, outra forma de sustentação do discurso pelos sujeitos da FD “extrema-direita”, que é trabalhada também pelo silogismo, de modo que, as SDs são formuladas com a finalidade de produzir efeitos de fortificação do movimento de legitimação e circulação do dizer constituído pelo imaginário de que só pode ser assim, “nazismo é de esquerda”. É nessa formação que podemos observar os sentidos em funcionamento pelo/no discurso e sendo representados nas seguintes sequências discursivas:

*SD11: Uma coisa que eu falo muito é dessa tendência da **esquerda** de pegar uma coisa boa, **sequestrar, perverter e transformar numa coisa ruim**. É mais ou menos o que aconteceu sempre com esses **regimes totalitários**. Isso tem a ver com o que eu digo que **fascismo e nazismo são fenômenos de esquerda**’, destacou Araújo, na entrevista divulgada pelo site Brasil Paralelo (GOV, 2019, Grupo A, sic).*

*SD12: Ora, **todo socialista é por definição de esquerda**. Logo, o **NAZISMO é expressão da ESQUERDA** (GOV, 2015, Grupo A, sic).*

*SD13: (nome), você é boçal e mentiroso, há uma tentativa de colocar o nazismo na conta da direita, mas que não se sustenta, pois **assim como o fascismo, é uma corrente individualizada** (ELETRÔNICO, 2019, Grupo B, sic).*

*SD14: Quem escreveu a história para ser estudada (no Brasil e no mundo) tinha a intenção de colocar o **comunismo como o bem se contrapondo ao mal, nazismo**. Como se não fossem **os dois a manifestação do mal** que o ser humano é capaz de causar com o **socialismo** até as últimas consequências (ELETRÔNICO, 2019, Grupo B, sic).*

Assim como nas demais sequências discursivas recortadas, o nazismo é mobilizado pelo imaginário de algo ruim, da esquerda, do socialismo, enquanto manifestação do mal e, por isso, não pode ser identificado com a direita. A memória trabalha pelo rompimento com os sentidos constituídos socialmente, funciona no jogo da ruptura entre o que é possível dizer e o que é silenciado pelo dizer, resultando em uma resistência ao sentido outro, já-dito, estabelecido.

Por conseguinte, é pela resistência dos sentidos, que se materializam no dizer, que o sujeito se posiciona na FD “extrema-direita”, como uma tomada de posição que o leva a realizar a reorganização dos modos de dizer que são historicamente constituídos, ou seja, os sentidos são mobilizados a fim de estabelecer resistências, rupturas e transformações histórico-discursivas que justificam o imaginário produzido pelos sujeitos que são constituídos, atravessados pela FD “extrema-direita”. Ao mesmo tempo em que esse gesto de evidenciamento é realizado, o silenciamento se constitui nas representações significativas do discurso e se dá no modo de impor os sentidos únicos possíveis para a posição política de esquerda: **sequestrar, perverter e transformar numa coisa ruim** (SD11).

Neste momento, vale ressaltar a pesquisa realizada por Moreira (2009) em que há uma semelhança no modo de funcionamento do discurso dos censores do golpe militar com os sujeitos que se inserem na FD “extrema-direita”. Moreira (2009) discorre sobre o gesto de interpretação dos censores que na “contra identificação” com o outro do discurso, tentavam controlar os sentidos condicionados pelas dualidades moral/imoral, bem/mal, normal/anormal e pela ilusão da transparência da linguagem. O mesmo ocorre no modo como o imaginário sobre a esquerda é apresentado ao sujeito do discurso, tinha a intenção de colocar o **comunismo como o bem se contrapondo ao mal, nazismo**. Como se não fossem **os dois a manifestação do mal** (SD14), constituído pela ilusão de que a língua é clara e transparente, discursiviza,

assim, pela “lógica” dedutiva: se a esquerda perverte as coisas boas em coisas ruins, ela é um regime totalitário, ou se o socialismo é de esquerda, então o nazismo é de esquerda e assim por diante.

Nessa perspectiva, é necessário destacar que o imaginário da esquerda como algo abominável é atravessado por pré-construídos, interdiscursos, que remontam a história antes das grandes guerras. De modo especial, no Brasil, esse imaginário foi mobilizado fortemente no governo ditatorial, Moreira (2009, p. 85) destaca que “era preciso tornar abomináveis os oponentes, os subversivos, os comunistas, os anarquistas; os partidos, os movimentos sociais, as manifestações, os estudantes” para que os órgãos de repressão e controle fossem apoiados pela sociedade civil. Nesse gesto de materialização dos sentidos enquanto resistência, podemos compreender pelo enfeito parafrástico do silogismo (X É... Y É... PORTANTO X É IGUAL A Y/ Y É... X É LOGO Y É X), que:

- a) A **esquerda** é quem sequestra, perverte e transforma o que é bom em ruim, os **regimes totalitários são** assim também, **portanto a esquerda é** igual aos regimes totalitários (SD11).
- b) **Fascismo e nazismo são** fenômenos de esquerda, os **regimes totalitários também, portanto, a esquerda é** nazista e fascista e é igual aos regimes totalitários (SD11).
- c) Todo **socialista é** de esquerda, o **nazismo é** socialista, **logo o nazismo é** de esquerda (SD12).
- d) O **nazismo é** uma corrente individualizada, **o fascismo também é, logo o nazismo é fascista** (SD13).
- e) O **comunismo não é** do bem, **o nazismo também não, logo o comunismo é** do mal (SD14).
- f) O **socialismo causa o mal, o nazismo e o comunismo são do mal, portanto, todos são manifestação do mal** (SD14).

O imaginário do mal, do ruim, do perverso está presente em todas as formulações, mesmo que os sujeitos não se refiram expressamente à esquerda, o imaginário é afetado pela necessidade de determinar o que é o nazismo, o comunismo, o socialismo, o fascismo, enquanto denominações de algo que não pode pertencer a direita, logo eles são compreendidos enquanto movimentos de esquerda. As formações imaginárias intermediam a posição desses sujeitos que

se identificam com a FD dominante, provocando uma reorganização nas redes de filiações dos sentidos.

Isso nos remete mais uma vez ao funcionamento do gesto de interpretação dos censores, destacado por Moreira (2009, p. 73), em que se acreditava em uma lógica idealista no modo de discursivizar a língua: “uma explicação lógica assim levaria – historicamente – a uma explicação racional, científica e, portanto, à verdade, que está ali mesmo, na transparência da linguagem”, essa “lógica” era apresentada pela dedução e pelas marcas conclusivas do “logo”, ou seja, pelo funcionamento do silogismo, de modo que os censores pretendiam “construir a argumentação de forma a decifrar um código e chegar a uma verdade, pautando-se na evidência lógico-linguística do sujeito”. Assim como na “lógica” censória, os sujeitos da FD “extrema-direita” buscam transparecer a verdade pela dedução, se é X (esquerda) que causa o **mal, que sequestra, perverte e transforma o que é bom em ruim**, logo Y (nazismo) é igual a X.

Vale ressaltar como a dualidade do bem e do mal funcionam nessas discursividades e a necessidade de denominar: ou é isso ou aquilo. Não entraremos no caráter psíquico do termo “bem” e “mal”, mas na compreensão social-cultural-histórica e ideológica que determina a necessidade de identificação com um desses termos. Pelo discurso, esses dois campos antagônicos funcionam como uma estabilização de sentidos, conforme Mariani (1998, p. 98) demonstra:

O Bem / campo do Mesmo e o Mal / campo do Outro – dois sentidos estabilizados e em circulação, ambos capazes de promover *a priori*, em função do efeito de reconhecimento, das situações em que os homens de bem estão sendo respeitados ou aqueles em que eles podem vir a ser atingidos em seus direitos de posse (MARIANI, 1998, p. 98).

O discurso entorno do bem e do mal não é recente, é constituído historicamente por questões religiosas, políticas, morais, éticas e filosóficas. As marcas linguístico-discursivas nos permitem trabalhar o imaginário que consiste em denominar e relacionar o que é a esquerda e a sua identificação. Desse modo, o sujeito utiliza verbos como *sequestrar, perverter e transformar*, que o permite demonstrar para o outro da linguagem as relações de forças presentes no seu discurso, assim como as adjetivações *coisa ruim, manifestação do mal* que representam uma ameaça aos sujeitos que se identificam com a formação discursiva dominante.

Nesse sentido, o que se apresenta é uma tentativa de naturalizar um sentido único e literal através da identificação com a FD “dominante”, é nesse lugar que o silenciamento se constitui e se materializa. A discursivização dessas SDs só é possível pelo contexto amplo das condições de produção em que elas se inscrevem, pois são legitimadas pelos que se identificam com a FD “dominante” e ganham um tom volitivo pelos atuais “representantes do povo”. As redes de filiações possibilitam reconhecer o que faz ou não parte dessa FD. Na determinação do que pode e como deve ser dito na FD, são materializados discursos no quais a atualidade entra em conflito com a memória pelas formações ideológicas e imaginárias.

5.2.4 O efeito parafrástico por determinação: o imaginário dos sentidos impossíveis

Além das formas de funcionamento do discurso apresentadas acima, destacamos algumas SDs que nos permitem observar a designação (GUIMARÃES, 2003) do enunciado sendo trabalhado no presente do indicativo pelo verbo “ser” e que apontam para essa tentativa de cristalizar os sentidos em um gesto de determinação, X só pode ser Y. Dizemos tentativa, pois o sentido é suscetível ao equívoco, a falha, ao deslize, sendo assim, mesmo que a formulação do dizer seja construída na ilusão de uma única “verdade” possível, o sentido é sempre passível de tornar-se outro, a depender da posição do sujeito e sua formação discursiva. Para compreender como a determinação é colocada na arena discursiva, recortamos as seguintes SDs:

*SD15: **Eu opinei que o nazismo é de esquerda** (GOV,2019, Grupo A, sic).*

*SD16: **Bolsonaro volta a dizer que nazismo é de esquerda** (GOV, 2019, Grupo A).*

*SD17: **O nazismo é política de esquerda. Isto é inegável. Repare que ambos são coletivistas. O comunismo matou/mata até mais.** (imagem com tweets antigos do autor sobre o porquê nazismo é de esquerda) (GOV, 2016, Grupo A, sic).*

*SD18: **Nazismo é de esquerda**Capitalismo é tão ruim que nunca precisou apontar uma arma na cabeça de alguém para ser implantado, diferente do comunismo neh.. [...]** Só acho estranho que, o **Comunismo** não é proibido sendo que teve mais assassinatos que o **Nazismo** na história (ELETRÔNICO, 2020, Grupo B, sic).*

Nessas sequências discursivas há presente o imaginário em torno de uma esquerda que é compreendida como **coletivista, comunista, que mata** e que deve ser **proibida**, por exemplo nas SDs 17 e 18. Como destacado nas análises anteriores, esse imaginário é perpassado pela

historicidade que os termos “*esquerda*” e “*comunismo*” carregam. Mariani (1998, p.16-17), em sua tese de doutorado sobre as práticas discursivas do PCB, destaca que

Durante décadas, para grande parte do mundo ocidental, incluindo-se o Brasil, o comunismo foi representado como uma ameaça aos valores estabelecidos. No cinema, TV, imprensa, obras ficcionais e tratados sociológicos, a propaganda anti-comunista, ou melhor, anti-soviética, nunca deixou de se fazer ver e ouvir, veiculando um imaginário imposto pelo modelo político e econômico capitalista (MARIANI, 1988, p. 16-17).

Esse imaginário é presente não só na FD “extrema-direita” aqui apresentada, mas também em outras formações discursivas, que, ainda hoje, acreditam e defendem o imaginário da esquerda/comunismo como uma ameaça aos valores morais, cristãos e políticos. Na FD em questão, criou-se um modo de saber que se constitui pelo que pode e deve ser dito sobre a esquerda/comunismo/fascismo, assim, a definição dos termos não é aberta à ambiguidade, à polissemia, mas predominado pelo discurso direto de que o nazismo só pode ser X, assim como o comunismo. É possível observar que, assim como nas outras categorias, as redes de filiações dos sentidos são constituídas e organizadas por um efeito ideológico que produz o imaginário da esquerda enquanto algo abominável, ruim, mal, que dever ser proibido, até mesmo, eliminado.

Chamamos a atenção para as SDs 15 e 16 em que há a identificação do sujeito pelo nome (Bolsonaro) e pelo pronome (eu). Esse gesto aponta para o modo como o sujeito se diz e se reconhece na FD, enquanto indivíduo dono do saber, entretanto, como bem apresenta Pêcheux (1988, p. 132-133)

A distinção entre as duas figuras articuladas do *sujeito ideológico*, sob a forma da *identificação-unificação do sujeito consigo mesmo* (o ‘eu vejo o que vejo’ da ‘garantia empírica’), de um lado, e da *identificação do sujeito com o universal*, de outro, por meio do suporte do outro enquanto discurso refletido, que fornece a ‘garantia especulativa’ (‘cada um sabe que...’ ‘é claro que...’, etc.), que introduz a ideia da *simulação especulativa do conhecimento científico pela ideologia* (PÊCHEUX, 1988, p. 132-133, grifo do autor).

Por mais que o sujeito se coloque nesse lugar de individualização do saber (**eu opinei**) ele já foi/é interpelado pelas relações exteriores, pela sua condição material de existência, pela sua posição sujeito, pelas formações ideológicas que o constitui em sujeito do discurso. Esse gesto de se colocar no discurso interligado à determinação do que pode e deve ser dito contribuem para a formação imaginária no sujeito interlocutor de algo que é evidente, de que só pode ser

assim, de que não há outra possibilidade de se falar sobre o nazismo, criando a ilusão da objetividade e da “verdade” sobre os termos **nazismo e esquerda**.

A representação da esquerda como inimiga a ser combatida resulta em formações imaginárias que atravessam os sujeitos da FD “extrema-direita” e se materializam pelo viés do interdiscurso, pelo pré-construído, pelos discursos que se inscrevem historicamente nessa formação discursiva. São discursos que, como Mariani (1998) e Indursky (1992) já demonstraram em seus trabalhos, são postos em circulação por militares, religiosos, políticos que se identificam com movimentos mais extremos e ganham corporeidade pela mídia. Ao realizar o efeito parafrástico pela determinação X É Y/Y É X, temos que:

- a) o **nazismo** é de esquerda (SD15/SD16).
- b) o **comunismo** é de esquerda (SD17).
- c) **nazismo e esquerda são** coletivistas (SD17).
- d) **nazismo e comunismo são** de esquerda (SD18).
- e) a **esquerda** é comunista (SD17).
- f) o **comunismo** é implantado com mortes (SD18).

Inicialmente, é preciso observar que os referentes são organizados sempre em busca de uma definição determinada, cristalizada. Essa definição é intermediada pelo verbo “ser” no presente do indicativo, que é designativo. Indursky (2013, p. 312) compreende a determinação discursiva como o que “constrói as fronteiras discursivas que fecham imaginariamente o espaço discursivo, promovendo sua ilusória individualização, responsável pelo efeito de homogeneidade de um discurso”.

Assim, a determinação se ancora nessa ilusão do sujeito de ser a origem do que diz e da compreensão de que a linguagem é transparente, de que não há outros sentidos possíveis, isto é, a determinação se ancora na forma de trazer para o discurso os sentidos como verdades únicas e indiscutíveis, os argumentos que são mobilizados se apresentam como razões suficientes para que a verdade se faça presente: o nazismo só pode ser de esquerda. Entretanto, é no gesto de negação do sentido outro que o silenciamento se constitui entre o que pode e deve ser dito na FD “extrema-direita” e coloca em evidenciamento sentidos outros que estabelecem um jogo de resistência aos já-ditos. Isso pode resultar em uma naturalização de sentidos que não são compreendidos ou identificados pela memória social e histórica. Nessa perspectiva, há

um embate entre o que é factual e o que é “verdade”, discussão essa que não abordaremos devido ao recorte estabelecido nesta pesquisa³³.

5.2.5 Algumas ponderações a respeito da Formação Discursiva “extrema-direita”

Observamos pelas sequências discursivas analisadas movimentos de identificação com a FD dominante “extrema-direita” que implicam em uma resistência em relação à oposição política, como forma de engajar, sustentar e legitimar o discurso da FD em que se inserem, assim, o silenciamento se constitui por meio dessa posição política-ideológica de identificação e significação do discurso, ao mesmo tempo em que se baseia em uma relação de negação do outro, do antagônico. Conforme Pêcheux (1988) afirma, as palavras mudam de sentido de acordo com as posições sustentadas pelos sujeitos do discurso em relação as formações ideológicas e discursivas nas quais eles se inscrevem.

A FD, no caso “extrema-direita”, determina o que pode e deve ser dito numa dada conjuntura, “quando o sujeito do discurso pode e deve dizer o que diz a partir do seu lugar social, ele o faz por uma predicação afirmativa, identificando seu dizer com o saber da FD que o afeta” (INDURSKY, 2013, p. 264). Entretanto, reconhecemos que há outras FDs presentes nas sequências discursivas apresentadas, mas optamos por eleger uma FD dominante como forma de demonstrar a organização dos sentidos em torno de uma construção discursiva sobre o nazismo.

Reconhecemos ainda que os gestos de análises aqui empregados apontam para uma possibilidade de análise sobre o enunciado, mas como Orlandi (2015) destaca, a língua não é fechada em si mesma, sendo assim, há muitas outras formas de leitura/interpretação enquanto gesto analítico sobre o enunciado “nazismo é de esquerda”. Tendo isso em vista, partimos para o próximo capítulo no qual propomos compreender o discurso governamental sobre o enunciado em questão e as redes de filiações de sentidos que são postas em circulação por meio desses discursos.

³³ Entretanto, há alguns trabalhos que discutem, pelo viés discursivo, a discussão sobre efeito de verdade, pós-verdade, entre outros. Deixaremos como sugestão de leitura: CURCINO, Carlos; CURCINO, Luzmara, SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos. **Discurso e (pós)verdade**. Editora Parábola, São Paulo, 2021.

6 AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS PRODUZIDAS NO ENUNCIADO “NAZISMO É DE ESQUERDA”

6.1 Os imaginários a partir da posição discursiva de governo

O discurso governamental é compreendido por nós como o discurso produzido por sujeitos que ocupam uma posição discursiva de poder representativa na sociedade, como a Presidência da República, ministros, governadores, senadores, prefeitos, deputados, ou seja, representantes eleitos pelo povo. Porém, cabe ressaltar que, apesar de ocuparem um lugar de representação no cenário nacional, esse lugar não é marcado pela passividade em referência à posição discursiva do povo, pelo contrário, é marcado por um jogo de interesses políticos-ideológicos-econômicos que sobrepõem ao interesse público.

Para a AD, o discurso é investido do político, “o instrumento de transformação da prática política é o *discurso*” (HERBERT, 2015, p. 35). Tendo isso em vista, ao optar por trabalhar com o discurso governamental, estamos o considerando enquanto discurso político, isto é, discursos realizados pela posição sujeito que se constitui enquanto autoridade política. Para tanto, destacamos algumas formulações que são postas em circulação no discurso governamental e que resultam no efeito imaginário de resistência, ruptura, contradição, mas também de concordância, de aprovação e até mesmo de veneração.

Como exposto no capítulo anterior, esses imaginários, entretanto, são produzidos a partir da identificação com a FD “extrema-direita”, ou seja, partem de uma identificação com o imaginário da oposição como algo maligno, ruim, que deve ser combatido. Sendo assim, a resistência aqui se constitui enquanto movimento de solidificar os sentidos que se deseja naturalizar pelo/no discurso.

Ampliando essa discussão, Pêcheux (1988), ao abordar sobre a região dos processos discursivos marcados pela luta de classes, defende que

Formulações, expressões e palavras de ordem políticas são, assim, elaboradas em uma conjuntura dada, com um grau variável de autonomia [...], grau de autonomia este que depende diretamente do grau de autonomia política de que dispõe, com respeito a uma questão dada, para uma fase da luta de classes, o movimento operário e suas organizações no conjunto de forças políticas em presença (PÊCHEUX, 1988, p. 211).

Diante das tais colocações, é importante destacar que as condições de produção em que as sequências discursivas foram formuladas partem de um ambiente de autonomia e sustentação, visto que encontraram força em uma parte da população brasileira que se identifica com o discurso governamental atual, isto é, são formuladas em condições de produção que propiciam uma identificação entre a posição-sujeito governo e a posição-sujeito social em reação a uma força política de resistência ao discurso outro.

À vista disso, esses enunciados são produzidos em condições de produção próprias e imediatas, como em momentos de disputa pelo poder, de debates públicos que envolvem situações relacionadas aos direitos da sociedade ou de discussão sobre a democracia, principalmente nos últimos anos, em virtude de serem sustentados por autoridades políticas que ocupam lugares representativos e de grande visibilidade no país.³⁴ Como foi possível observar nas sequências analisadas para identificação da formação discursiva dominante no capítulo anterior³⁵, essa posição discursiva é ocupada por sujeitos que se identificam como defensores da religião, dos bons costumes, da família tradicional, da política neoliberal, do patriotismo e do nacionalismo, assim como se designam defensores da política de bem e verdadeira.

Dessa forma, atentamo-nos para o fato de que as palavras, as formulações, as sequências discursivas realizadas pelos sujeitos que produzem o discurso governamental são usadas como pretextos políticos, como gesto para legitimar, defender, autorizar seus dizeres. A FD dominante “extrema-direita” aponta para uma tomada de posição de abominação quanto à política de esquerda.

Historicamente, essas duas vertentes políticas, esquerda e direita, são marcadas por lutas ideológicas de poder e independentes entre si. Entretanto, elas assumiram diferentes sentidos ao longo da história e se tornaram sinônimos de oposição, em que ou o sujeito é de direita ou de esquerda, apesar de haver outras distinções políticas. O modo como o discurso político é mobilizado pelas autoridades políticas atualmente direciona para uma definição dos inimigos: a esquerda e todos os que se opõem a eles.

³⁴ Tais como, Presidente da República, Deputados Federais e Estaduais, Ministros e/ou secretários de governo.
³⁵ Capítulo 5, tópico 5.2, “A inscrição do enunciado na Formação Discursiva”.

Ampliando essa discussão, Indursky (2019, p.3) considera que o discurso político

trata-se de materialidade discursiva que faz laço com a história, com a memória, e com processos discursivos produzidos pela prática discursiva de sujeitos afetados por afetos e por determinadas formações ideológicas e discursivas enquanto inscritos na vida social e política (INDURSKY, 2019, p. 3).

A partir do estatuto teórico - pertinente à temática em questão - exposto e tendo em vista as análises apresentadas no capítulo anterior, iremos realizar agora um movimento analítico que visa identificar as formações imaginárias que constituem o discurso governamental no que tange à FD “extrema-direita”, com vista a atingir o objetivo específico de nossa pesquisa que consiste em **analisar os imaginários produzidos no enunciado “nazismo é de esquerda” a partir da posição discursiva de governo.**

Até o momento, o que observamos em relação às formações imaginárias foram pistas e alcances que a teoria, a Formação Discursiva e os trabalhos semelhantes à temática apresentaram em relação ao enunciado “nazismo é de esquerda”. Pretendemos arrolar neste capítulo sobre o discurso governamental no que se refere ao enunciado em questão. Assim como no capítulo anterior, seguiremos as categorias propostas com o intuito de atender o objetivo específico proposto.

6.1.1 O efeito parafrástico por constatação: formação imaginária do salvador

A constatação, no significado linguístico mais formalizado da palavra apresentado nos dicionários, é o que se verifica para confirmar ou comprovar algo. Entretanto, no modo como a compreendemos nessa pesquisa, ela não só verifica, mas mobiliza uma rede de memórias sobre o acontecimento a partir da formação discursiva na qual o discurso é posto em circulação. Nesse sentido, ela acrescenta ao elemento do saber – no caso “nazismo é de esquerda” – outros sentidos (COURTINE, 2014) que são interpelados pela historicidade. Este é um ponto crucial para a nossa pesquisa, visto que pretendemos compreender as formações imaginárias que constituem o discurso governamental.

Em um primeiro momento, observamos que a fala do presidente no seu discurso realizado no centro de memória do Holocausto YadVashem, em Jerusalém, não mobilizou grandes formulações que se aproximassem à constatação, o mesmo ocorreu com o texto do Ex-ministro Ernesto Araújo. Isso nos aponta para um gesto interpretativo significativo, pois conforme Orlandi (2012) assegura, é no momento da formulação que o sujeito se posiciona no discurso face ao acontecimento discursivo. Em complemento, vale ainda lembrar que as formações imaginárias são constitutivas do sujeito (ORLANDI, 2020) e, por meio delas, o sujeito projeta imagens de si, do outro e daquilo sobre o que fala.

Nessa perspectiva, realizamos, neste subitem, o recorte de sequências discursivas que possuem a forma sintagmática É X QUE... (E) TAMBÉM É Y QUE... encontradas em *tweets* de representantes do governo (grupo A-3)

SD1: Portanto, o nazismo era anti-liberal e anti-conservador. A esquerda também é anti-liberal e anti-conservadora (GOV, 2019, sic).

SD2: O nazismo seleciona suas vítimas pela raça, o comunismo pela classe social. Ambos são genocidas. Para burlar a merecida pecha de assassinos, comunistas vivem mudando de nome (socialistas, bolivarianos etc). Por isso o certo é dizer que se trata de um movimento e não de uma ideologia. (GOV, 2020, sic).

Na SD1, as formações imaginárias são constituídas pelas adjetivações **anti-liberal e anti-conservador**, enquanto na SD2 pelos substantivos **raça** e **classe social** e pelo adjetivo **genocidas**, além de constatar **ambos**, nazismo e comunismo, como **movimento** e não como **ideologia**. Essas marcas materializam pelo/no discurso o imaginário que o sujeito projeta da sua posição: defensor da economia liberal, conservador e contra o que ele considera como “movimentos genocidas”: nazismo, socialismo, comunismo e, portanto, esquerda; afinal, *comunistas vivem mudando de nome (socialistas, bolivarianos etc)* (SD2). Os sentidos então circulam e constituem esse espaço discursivo projetando sentidos outros no jogo discursivo em que os sujeitos se identificam com a FD “extrema-direita” e, a partir dela, se posicionam na arena discursiva.

As marcas linguísticas da SD1 dialogam com as análises apresentadas na seção 5.2.1, reforçando o imaginário da esquerda e do nazismo como ameaças à economia e ao

conservadorismo. A economia e o conservadorismo são um dos principais pontos defendidos pelo atual governo brasileiro e foram essenciais para que conseguissem chegar ao poder em 2018. Além disso, o **antiliberal e anticonservador** não produzem sentidos somente no espaço discursivo da FD dominante, mas estão em relação a uma rede de filiações históricas-sociais-ideológicas que podem funcionar sob diferentes discursividades.

Para elucidar o exposto, é possível fazer referência ao posicionamento de Karl Marx (2011) sobre o acontecimento do 18 de Brumário de Luís Bonaparte, de modo especial, quando aborda a organização da luta de classes entre o *Partido da Ordem*³⁶ e a classe operária

Toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais banal democracia é simultaneamente punida como “atentado contra a sociedade” e estigmatizada como “socialismo” (MARX, 2011, p. 36).

Pela FD “extrema-direita”, o “socialismo” no qual Marx (2011) se refere pode também ser entendido como sinônimo de esquerda, nazismo, comunismo e fascismo. O que ameaça a sociedade brasileira no imaginário dos sujeitos que estão inscritos nessa FD, pode ser, assim como Marx descreve, constatado como “esquerda”. Ainda nas palavras de Marx (Ibidem), a burguesia surge como os salvadores dos “inimigos da sociedade”. Pela SD2, o evidenciamento pelas marcas **vítimas, genocidas, assassinos** apresentam a estigmatização da esquerda como ameaça e ganha uma tonalidade maior quando compara o nazismo à **raça** e o nazismo às **classes**. Esse evidenciamento da raça e das classes como **vítimas** direcionam para a construção do imaginário de que a sociedade precisa ser salva por alguém, precisa resistir ao inimigo, pois a esquerda não pode tomar o poder, uma vez que ela se assemelha ao nazismo no imaginário que circula na FD “extrema-direita”.

Isso nos remete aos esquecimentos n1 e n2 propostos por Pêcheux (1988) em que neste (n2) há a ilusão do efeito de transparência da linguagem, de que só pode ser assim; e naquele (n1) há a ilusão do sujeito como origem do dizer. Eles podem ser observados no batimento entre **o nazismo era** e **a esquerda também é** (SD1). A convicção sendo trabalhada pelo verbo ser no passado (memória) e no presente (atualidade), em que a memória discursiva desloca e ao

³⁶ Itálico original do autor do texto. O lema que esse partido carregava era “Propriedade, família, religião, ordem” (MARX, 2011, p. 36).

mesmo tempo retoma as redes de filiações de sentidos que constituem o acontecimento do enunciado “nazismo é de esquerda”, mas que são formulados e postos em circulação pelo sujeito na interação discursiva como uma comprovação.

Em acréscimo, o evidenciamento ainda aponta para uma transformação, ressignificação dos termos **movimento** e **ideologia** (SD2) como modo de resistir aos efeitos de sentido que esses termos reivindicam. Afinal, ao distinguir o comunismo, o nazismo, o socialismo e demais sinônimos utilizados para se referirem a estes como **movimento** e não como **ideologia**, aponta-se para uma distinção e uma ruptura em que a ideologia não é presente ou constitutiva do/no movimento. Nesse sentido, a ideologia é compreendida como um conteúdo, como “ideias” e não como uma prática constitutiva do funcionamento discursivo. Pelo efeito parafrástico, temos que

- a) O **nazismo que era** antiliberal e anticonservador e é a **esquerda que também é** contra o liberalismo e conservadorismo (SD1).
- b) É o **nazismo que é** um movimento genocida, **também é o comunismo que é** um movimento genocida (SD2).
- c) É o **nazismo que seleciona** as vítimas pela raça e é o **comunismo que seleciona** pela classe (SD2).

Nas duas primeiras sequências, o imaginário é constituído pelo nazismo e demais termos como responsáveis pela ameaça à sociedade, principalmente, aos conservadores e neoliberais. Estes são os que representam a classe burguesa, por isso, não podem ser assemelhados aos “movimentos” genocidas e se apresentam como os “salvadores” deste mal. A luta de raça e de classes caracterizada na última sequência produz efeitos de sentidos outros pelo processo de evidenciamento da representação do nazismo e do comunismo para a sociedade.

À vista disso, a memória discursiva aponta para a existência histórica do enunciado “nazismo é de esquerda” quando este é colocado na arena discursiva, é pela memória que o silenciamento trabalha nas formações imaginárias constitutivas do discurso governamental, uma vez que, sempre que a posição-sujeito de governo afirma ou interpreta o acontecimento, deixa de lado sentidos outros possíveis. Vale advertir que, apesar desses sentidos não estarem materializados na língua, eles estão na deriva, nas bordas, à espreita, prontos para serem trazidos para atuarem no jogo do discurso.

6.1.2 O efeito parafrástico por referenciação: formação imaginária da ameaça ao poder

Após compreender as formações que constituem o imaginário pela relação constatativa, passemos para a referenciação. Esta pode ser entendida, conforme explicado na apresentação da categoria no subitem 5.1, como o termo a ser referenciado no discurso e está intimamente ligada à posição-sujeito, visto que o termo referenciado, na maioria das vezes, é utilizado como forma de legitimar o que está em defesa no discurso.

Assim como na determinação, dois processos são essenciais na categoria de referenciação: a nomeação e a designação. Para Guimarães (2003, p. 54)

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. [...] A designação é o que considero a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico (GUIMARÃES, 2003, p. 54).

Nesse sentido, ao apontarmos para o termo referenciado na forma sintagmática R É... X/Y TAMBÉM É, em que R é o referente, estamos o considerando não só como nome, mas em relação com a historicidade e os processos linguístico-discursivos que o envolve. Desse modo, recortamos algumas sequências discursivas para continuarmos o processo de análise das formações imaginárias da posição discursiva de governo. São elas:

SD4: De maneira esquemática, podemos dizer que o nazismo constituiu um amálgama esquerdista-conservador, onde a ideologia revolucionária capturou e utilizou para seus fins um dos importantes elementos do campo conservador, o nacionalismo (GOV, 2019).

SD5: Não há dúvida, né? Partido Socialista, como é que é? respondeu Bolsonaro quando indagado por um repórter se concordava com a declaração de Araújo (GOV, 2019).

SD6: Quando você lê os manifestos comunista, socialista, fascista e os 25 pontos do programa nazista, você percebe que, comunismo, socialismo, nazismo e fascismo, tinham os mesmos pontos em comum. são rótulos que se unem sob o estandarte do anti-capitalismo e do anti-liberalismo (GOV, 2020, sic).

Apesar de todas as sequências serem constitutivas do grupo A, ou seja, enunciados da posição governamental, diferentemente das análises apresentadas até o momento, cada sequência funciona discursivamente de uma forma, ora trazendo elementos de adjetivação que se repetem como *amálgama esquerdista-conservador* ou como *anticapitalismo* e *antiliberalismo*; ora utilizando verbos que produzem o efeito de ruptura e reorganização dos sentidos como *capturou* e *utilizou*; ora preferindo utilizar a retórica da expressão *Não há dúvida* devolvendo-a em forma de pergunta *como é que é?*. Em vista disso, vamos passar pelos pontos que cada sequência apresenta, analisando-os na historicidade, afinal, os fatos reclamam sentidos (HENRY, 1997).

Iniciemos pela SD4 na qual há um modo de funcionamento discursivo em que o referente, neste caso, *nazismo*, aponta para a representação que o sujeito tem sobre o mesmo. A partir de seu lugar enunciativo, no qual o discurso é posto em circulação, o sujeito traz para o jogo discursivo um batimento significativo entre esquerda x conservadorismo (*amálgama esquerdista-conservador*). Enquanto nas análises anteriores a esquerda é mobilizada como uma ameaça à sociedade conservadora, liberal, cristã, nesta sequência discursiva ela é aliada ao conservadorismo.

Neste caso, a *amálgama* sinaliza essa fusão entre dois elementos diferentes que produzem algo novo: o nazismo. O nazismo seria então, pelo viés desta representação da posição-sujeito, uma *ideologia revolucionária esquerdista-conservadora* que *capturou e utilizou* o *nacionalismo* (SD4) para difundir seus ideais na sociedade. Esse rompimento dentro da própria formação discursiva se constitui pelo lapso, pela não transparência da linguagem, pelos sentidos outros que dialogam com a historicidade. Entretanto, ao mesmo tempo que os verbos “*capturar*” - tirar de cena - e “*utilizar*” – ressignificar - são formulados como modo de demonstrar as ações que o nazismo é capaz de fazer, este é ainda apresentado como uma **ideologia revolucionária**.

As contradições são assim um ponto em que os sentidos entram em disputa e estabelecem tensões na relação entre a memória discursiva que constitui o dizer e os saberes que, pelo dizer, são postos em circulação. Nessa perspectiva, há um encontro entre os modos de significação do **nazismo**, da **esquerda**, do **conservadorismo**, da **revolução** e do **nacionalismo**. Na arena discursiva que constitui a FD, as formações imaginárias associam-se aos diversos termos que compõem o discurso e resultam em uma confluência sobre o que se diz em relação ao referente.

A motivação pode ser pela identificação com seu lugar enunciativo (FD “extrema-direita”) e/ou pela identificação com os saberes que constituem esse lugar, ao ponto de com ele (com)fundir-se.

De modo diferente ao da SD4, na SD5 o referente é colocado em cena pela associação com sua nomeação, *Partido Socialista*, e resulta no imaginário significativo: nazismo é socialista. Tomando a questão da nomeação, não se trata nesse viés de somente ser o nome do partido, mas de ser um nome que se assemelha ao nome de um partido político brasileiro que representa a esquerda e que ficou por anos no poder, o Partido dos Trabalhadores.

A associação do referente entre o socialismo e a esquerda se dá por essa historicidade que os termos **socialismo** e **trabalhadores** carregam ao longo da história.³⁷ São termos que sempre estiveram presentes na luta de classes e que se encontram como “contradição histórica motriz (um se divide em dois) e não em um mundo unificado pelo poder de um mestre” (PÊCHEUX, 1988, p. 301). Ao trazer para o imaginário o referente como a resposta para o inquestionável, uma vez que *não há dúvida*, os sentidos são cerceados nesse espaço discursivo, ao mesmo tempo em que o evidenciamento se faz presente para que sentidos outros – nazismo é socialista – sejam naturalizados. Assim, a memória discursiva sobre o nazismo é interdita pelo silenciamento ao mesmo tempo em que há esse confronto entre os modos de compreender e ressignificar o nome do partido.

A memória discursiva enquanto aquilo que “fala antes, em outro lugar, independentemente” (Pêcheux, 1988) nos ajuda a compreender como os imaginários sobre a esquerda e sobre o nazismo são construídos pela posição-sujeito de governo em relação a si mesmo, ao referente e ao outro da interação discursiva. Do seu lugar enunciativo, o sujeito se posiciona enquanto dono do saber, em que a dúvida não é algo possível, assim como, mobiliza imaginários do nazismo enquanto socialista como única verdade que deve ser aceita.

Tanto a SD4 quanto a SD5 nos apresentam a heterogeneidade que constitui a formação discursiva “extrema-direita”, como ocorreu nas análises anteriores. Por mais que, até o

³⁷ A partir dos estudos empreendidos por Marx, o debate sobre o socialismo e a luta do proletariado ganham uma nova dimensão, mas sem utopismos, pois estuda o processo histórico e a forma como uma nova sociedade pode se organizar a partir de processos econômicos já estabelecidos, “o socialismo já não aparecia como a descoberta casual dum ou outro intelecto genial, mas como o produto necessário da luta entre as duas classes formadas historicamente (...)” (Engels, 1985 [1880], p. 53).

momento, há uma repetição dos termos nas diferentes formulações, os sentidos não são os mesmos, da mesma forma que as formações imaginárias não são as mesmas. Essa heterogeneidade será mais bem trabalhada nas formulações da SD6, em que a referenciação ocorre por diferentes nomeações, como os *manifestos comunista, socialista, fascista e os 25 pontos do programa nazista*.

Se considerarmos o manifesto como um texto que visa expressar os pontos defendidos por alguém sobre algo e que visa sensibilizar o outro da interação discursiva, cada um dos manifestos citados na SD6, *comunista, socialista, fascista*, foram desenvolvidos a partir da constituição sócio-histórica-político-cultural-ideológica da posição-sujeito autor(es). Sendo assim, o manifesto pode se apresentar como um discurso que irrompe, que chama o sujeito a se posicionar na arena discursiva, que produz um elo com a memória e a história como modo de significar o acontecimento sobre o qual há a discursivização do manifesto. Entretanto, há que se considerar que os manifestos citados estão em uma posição antagônica ao da posição-sujeito que formula seu discurso constituído pela FD “extrema-direita”, pois, considerando a FD, os manifestos são de esquerda.

Diante de tais colocações, pode-se observar que o manifesto *comunista, o socialista e o fascista* são formulados como operadores argumentativos na SD6 de modo a significar o que se pretende defender: todos possuem o mesmo sentido e pretensão ideológica, são *anticapitalismo e antiliberalismo*. Não só esses manifestos como também os *25 pontos do programa nazista*³⁸. Apresenta-se, assim, uma outra forma de dizer sobre os manifestos e os pontos do programa nazista que, independentemente do modo como os dizeres e os saberes são constituídos em cada um desses referentes, ao final, não importa, pois possuem uma finalidade em comum. O imaginário se constitui, então, a partir da compreensão que se tem sobre os manifestos e o que eles representam nessa rede de sentidos ao crescimento econômico do país e à classe burguesa.

Nessa opacidade de sentidos produzidos pelo/no manifesto, pelo/no programa nazista e pela/na ameaça que eles representam, o interesse está no que os sujeitos da FD “extrema-direita”

³⁸ Na obra de Evans (2014, p. 209), “A Chegada do Terceiro Reich”, são listados alguns dos 25 pontos do programa oficial do Partido dos trabalhadores Alemães, aprovado em 24 de fevereiro de 1920. De acordo com o autor, esse documento era considerado pelos nazistas inalterado e foi criado para evitar um “foco de dissensão interna”, um dos seus principais pontos era a exigência da “união de todos os alemães em uma Alemanha Maior” (Ibidem).

podem fazer para que a economia seja salva. As formações imaginárias são, mais uma vez, interpeladas pela ameaça que a esquerda, e tudo o que se considera como sinônimo dela, representa para a classe dominante. Pelo efeito parafrástico de referenciação, temos que

- a) **Nazismo** é uma amálgama esquerdista conservadora. Assim como a **Esquerda também é** (SD4).
- b) **Nazismo** é uma ideologia revolucionária que capturou e utilizou o nacionalismo. **A esquerda também é** (SD4).
- c) **O Partido Socialista** é de esquerda. **O partido dos trabalhadores (PT) também é** (SD5).
- d) **Os manifestos comunista, socialista, fascista e os 25 pontos do programa nazista são** de anticapitalista e antiliberal. **A esquerda também é** (SD6).

Diante de tais formulações, é possível observar que, apesar de partirem de referenciações distintas, elas possuem uma formação imaginária em comum: a esquerda como ameaça a sociedade de bem, nacionalista, liberal. Por esse lado, é importante considerar o que Pêcheux (1988) postula sobre as contradições ideológicas que, segundo o autor, “se desenvolvem através da unidade da língua são construídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si os ‘processos discursivos’, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classe” (Ibid., p. 93).

A questão das relações ideológicas de classe é o centro das relações de forças que constituem o imaginário na formação discursiva em questão, principalmente, da posição discursiva de governo, visto que esta é uma posição que possui uma relação de poder significativa quando comparada a outros espaços discursivos. É uma posição que possibilita uma relação de poder sobre o que se diz, do modo como se diz e em quais condições se diz. Os efeitos de sentidos são interpelados pela memória e pela historicidade que constituem essa posição-sujeito e, assim, produzem um efeito de verdade sobre o indivíduo social.

As análises disponibilizadas nessa seção permitem compreender que, da posição discursiva de governo há um imaginário que produz a ilusão de poder, de domínio, de cristalização dos sentidos em relação ao enunciado “nazismo é de esquerda”, ao mesmo tempo que, em relação ao referente, a esquerda é uma ameaça a sociedade. Para dar continuidade as análises dessa posição discursiva, passaremos ao silogismo.

6.1.3 O efeito parafrástico por silogismo: formação imaginária da ameaça da esquerda

Nas análises realizadas pelo efeito parafrástico de constatação e referenciação, observamos que da posição discursiva de governo há um imaginário do sujeito que ocupa a posição de salvador e detentor do poder que pode salvar a sociedade da ameaça “esquerdista”. Para dar continuidade, analisaremos agora como as formações imaginárias constituem os discursos formulados pelo silogismo.

O silogismo lógico parte da premissa da verossimilhança (ARISTÓTELES, 24B18), ou seja, se compõe de duas premissas que resultam em uma conclusão. Se tomarmos o enunciado “nazismo é de esquerda”, temos a premissa maior “a esquerda é uma ameaça”, a premissa menor “O nazismo é um inimigo” e a conclusão “nazismo é de esquerda”. A partir disso, dispomos da formulação sintática do silogismo: X É... Y É... PORTANTO X É IGUAL A Y/ Y É... X É LOGO Y É X. Para compreender como ela produz efeitos de sentido na posição discursiva de governo, realizamos o recorte das seguintes sequências discursivas:

SD7: Ora, todo socialista é por definição de esquerda. Logo, o NAZISMO é expressão da ESQUERDA (GOV, 2015, sic).

SD8: O nazismo é tão socialista quanto o stalinismo e outras excrescências.

Comunismo = socialismo internacional = socialismo de classe.

Nazismo = socialismo nacional = socialismo de raça.

Os dois matam pelo simples fato de um indivíduo não pertencer a uma classe ou raça específica (GOV, 2020, sic).

SD9: Partido NAZISTA era “Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei” (Part. Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães) = PT da Alemanha. O nazismo chegou ao poder pela via democrática. Logo, o simples fato de votar não lhe assegura viver numa democracia. Vide Saddam Hussein tb. As políticas nazista eram de esquerda: pregavam intervenção na produção privada, desarmamento, doutrinação ideológica anti-semita nas escolas (GOV, 2016, sic).

O imaginário da ameaça esquerdista e da dedução de que o nazismo, o socialismo, o comunismo são “ramificações da esquerda” está presente nas sequências acima pelas adjetivações *esquerda* (SD7), *socialista* (SD8); pelas nominalizações, *Comunismo*, *socialismo*

internacional, socialismo de classe, Nazismo, socialismo nacional, socialismo de raça (SD8), *PT da Alemanha* (SD9); e pela determinação do verbo ser *é* (SD7, SD8), *era* (SD9). Essas são marcas significativas nessa formação discursiva, como foi possível observar pelas análises anteriores, estão sempre presentes nas formulações, seja pela repetição, seja pela paráfrase ou seja pela polissemia.

Para Orlandi (2015), a paráfrase é o retorno ao mesmo espaço discursivo enquanto a polissemia é a produção do diferente, ou seja, a paráfrase é formulada “nas mesmas condições de produção imediata (locutores e situação) há no entanto um deslocamento, um deslizamento dos sentidos” (Ibid. p. 15). Nesse espaço discursivo em que há o batimento entre o mesmo e o diferente, o imaginário se constitui enquanto acontecimento, entre a atualidade e a memória.

Em vista disso, é possível perceber na SD7 um retorno ao mesmo espaço discursivo, mas que significa em relação a outros dizeres. Atravessado pelo interdiscurso, pelo saber discursivo que já faz sentido pelo/no sujeito em vista das suas relações históricas, ideológicas e sociais, nessa formulação ocorre uma generalização que leva a uma determinação única possível: ***todo socialista é de esquerda***. Primeira premissa maior do silogismo, isto é, não há a possibilidade do diferente, ela abrange o todo, nada escapa. A esquerda é discursivizada como única “*definição*” possível para o socialismo e seu caráter específico resulta na conclusão necessária: “o nazismo é de esquerda”.

Nessa SD, a formação imaginária se apresenta como o recorte necessário para que os sentidos possíveis na FD “extrema-direita” produzam efeitos no outro do discurso. O imaginário se constitui nesse espaço discursivo pela ilusão da transparência da linguagem, pela ilusão de origem e possibilidade única do dizer.

Essa ilusão também atravessa os imaginários presentes na SD8 e SD9. Na primeira, socialismo, nazismo e comunismo são discursivizados pelo evidenciamento de uma política-ideológica que exclui, que mata (SD8), que tira de cena o indivíduo que ***não pertence a uma classe ou raça específica***. Mais uma vez, a luta de classes e de raça se apresenta como um argumento para legitimar o dizer, para legitimar a posição discursiva de governo que se apresenta como a saída para esse mal ameaçador.

Importante retomar à historicidade do termo *stalinismo* (SD8), que é apresentado como uma ideologia socialista, nazista e, por consequência, comunista. Esse termo se refere ao período político em que Josef Stalin ficou no poder na União Soviética (1927-1953) e é comumente utilizado para fazer referência aos processos totalitários que ocorreram no mundo nos últimos séculos. Ele é então comparado ao nazismo, que é compreendido como *socialismo nacional*, que visava dominar pela luta de raça. Esse imaginário é reforçado pela assimilação do comunismo como *socialismo internacional*, que visava dominar pela luta de classes.

Da forma como o socialismo é apresentado nessas sequências discursivas, ele retorna a um espaço do dizer que já é estabilizado na FD “extrema-direita”, como demonstrou as análises apresentadas no capítulo 5³⁹. Esse espaço é interpelado pelo imaginário de que todos os movimentos que são atravessados pela luta de classes e de raça são de esquerda, o que inclui o nazismo, o fascismo, o comunismo e o socialismo.

Na segunda (SD9), o socialismo é apresentado novamente, mas agora fazendo referência ao nome do partido. Parte-se da premissa maior “Partido dos Trabalhadores é de esquerda” e da premissa menor “O partido nazista era socialista e dos trabalhadores” e conclui-se que “nazismo é de esquerda”. O silogismo lógico é assim apresentado como uma metáfora ao nome de um partido que representa a esquerda no Brasil desde a redemocratização após o golpe civil-militar, o Partido dos Trabalhadores. A ilusão da transparência da linguagem produz efeitos de sentido que apontam para uma verossimilhança entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o que se considera como o *PT da Alemanha* (SD9) - *Part. Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães*.

Entretanto, por mais que o retorno ao mesmo espaço discursivo aconteça pela paráfrase, há nessa SD um deslocamento, um deslizamento dos sentidos que se constitui pela polissemia. Esse deslizamento é apresentado pela comparação entre o nazismo de esquerda e a figura do político e estadista iraquiano *Saddan Hussein*. Saddam foi um dos principais líderes do regime ditatorial no Iraque e era membro do Partido Socialista Árabe Ba'ath. Com isso, notamos que a nomeação do partido é um fator importante para a constituição dos efeitos de sentido na FD “extrema-direita”, visto que a associação se dá pelo termo socialista no nome dos partidos.

³⁹ Na formação discursiva “extrema-direita”, o socialismo enquanto sinônimo da esquerda e possível ameaça ao sistema conservador-liberal é apresentado como um sentido consensual, não há outra possibilidade se não a do socialismo como política do mal.

A incidência da memória, do interdiscurso, possibilita que a formação imaginária da ameaça se apresente mais uma vez, mas agora como uma ameaça ao Estado democrático de direito, assim como aconteceu no Iraque com *Saddan Hussein*. Nesse sentido, somente o voto não impede que *As políticas nazistas de esquerda* tomem novamente o poder no Brasil. É preciso silenciar a esquerda e tirá-la de cena para que a democracia seja garantida, para que a *produção privada e o armamento* sejam um direito do cidadão de bem e a segurança das crianças nas escolas seja garantida.

O efeito parafrástico do silogismo nos ajuda a compreender melhor como a formação imaginária se constitui na posição discursiva de governo:

- a) **A esquerda é socialista. O socialismo é uma ameaça. Logo, o nazismo é de esquerda (SD7).**
- b) **Todo nazista é socialista. O comunismo é socialista. Logo, o nazismo é de esquerda (SD8).**
- c) **O partido nazista era socialista e dos trabalhadores. O PT é dos trabalhadores. Logo, o nazismo era de esquerda (SD9).**
- d) **A democracia é um poder. O nazismo chegou ao poder. Logo, o nazismo é uma ameaça da esquerda à democracia (SD9).**

As formulações apresentadas acima nos permitem compreender a ameaça que a esquerda representa no imaginário dos sujeitos inscritos na FD “extrema-direita” e como essa ameaça está ligada à compreensão do que seja o nazismo. Neste momento, vale retomar mais uma vez Marx (2011, p. 11), quando descreve o cenário da república parlamentarista na França

O espectro ameaçador do inimigo parece estar em toda parte, inclusive no próprio arraial. A classe dominante se mobiliza para liquidar não só o movimento socialista, mas também as suas próprias instituições, que entraram em contradição com o interesse da propriedade e do negócio: os direitos civis, a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, o direito ao sufrágio universal foi sacrificado a esse interesse para que a burguesia pudesse, “sob a proteção de um governo forte e irrestrito, dedicar-se aos seus negócios privados [...] (MARX, 2011, p. 11).

Diante do cenário apresentado por Marx (2011), é possível compreender que o imaginário do inimigo, da ameaça que o socialismo e a esquerda apresentam para a classe burguesa, para o poder econômico e político ressoa ao longo da história na luta de classes. No Brasil, esse cenário é confirmado por Mariani (1996), quando a autora analisa o discurso da imprensa brasileira sobre o Partido Comunista do Brasil (PCB), que conclui

Trata-se de um discurso que funda o comunista como inimigo. Sua eficácia, neste momento, não está tanto em ser um possível lugar de fundação da memória pátria, mas sim em iniciar um processo de fechamento das fronteiras da formação discursiva brasileira (MARIANI, 1996, p. 166).

Na posição discursiva de governo, o silogismo lógico se apresenta como um lugar definitório dos sentidos sobre o nazismo e sobre a esquerda. O evidenciamento do **nazismo é uma ameaça da esquerda, o socialismo é uma ameaça, a esquerda é uma ameaça à democracia** nos aponta para uma cristalização dos sentidos que produzem silenciamentos outros que estão em relação à historicidade dos termos **esquerda, nazismo e socialismo**.

São modos de discursivização que buscam naturalizar um sentido outro sobre esses termos como meio de justificar a tomada do poder, afinal, se o nazismo é de esquerda e são regimes totalitários, a sociedade não pode deixar que a esquerda tome o poder novamente. Importante ressaltar que o sujeito é interpelado pelas formações ideológicas que constituem esse espaço discursivo, “a princípio, há a questão da ideologia que o interpela, há a ideologia do poder que o sustenta e há o modo como ele, sujeito inscrito no campo da linguagem, também escapa” (MOREIRA, 2009, p. 57).

Após analisar os possíveis efeitos imaginários presentes no discurso de governo pela formulação do silogismo, passemos para a última categoria que consiste na determinação.

6.1.4 O efeito parafrástico por determinação: formação imaginária do perverso

A determinação possui um modo de funcionamento discursivo que é mediado, de forma mais recorrente, pelo verbo **ser**. Em conformidade com Indursky (2013), a determinação discursiva pode ocorrer em três diferentes níveis que não são separados, mas interligados entre si

- 1) O *primeiro nível de determinação* se dá pela saturação de um nome na instância do intradiscursivo, visando demarcar uma posição de sujeito antagônica a um processo discursivo pré-construído;
- 2) No *segundo nível*, as sucessivas determinações intradiscursivas dispersas no discurso desenham uma família parafrástica, participando, a partir das *relações intersequenciais*, da construção de um novo *processo discursivo* que se opõe ao *processo discursivo pré-construído* ou dado como tal, produzindo-se uma *ruptura semântica*;
- 3) No *terceiro nível*, as sucessivas determinações intradiscursivas evocam *outros determinantes discursivos*, aceitáveis, mas reclamados, justapondo-se, sob a forma de *elipse discursiva*, ao grupo nominal já determinado e incorporado à sequência discursiva. A saturação desta lacuna só é possível por meio de relações interdiscursivas (INDURSKY, 2013, p. 231, grifos da autora).

Ademais, é importante destacar que a determinação tem um modo de funcionamento discursivo que evidencia o sintagma nominal, ou seja, a denominação. Isso ocorre, pois é a denominação, intermediada pelo verbo **ser**, que ajuda a compreender os sentidos sobre o que se fala. Segundo Mariani (1996, p. 138),

Denominar é significar, ou melhor, representa uma vertente do processo social geral de produção de sentidos. O processo de denominação não está na ordem da língua ou das coisas, mas organiza-se na ordem do discursivo, o qual, lembrando mais uma vez, consiste na relação entre o linguístico e o histórico-social, ou entre linguagem e exterioridade (MARIANI, 1996, p. 138).

A partir dessa compreensão, realizamos um recorte das sequências discursivas produzidas pela posição-sujeito governamental que são formuladas pela forma sintagmática X É Y/Y É X

*SD10: Uma coisa que eu falo muito é dessa tendência da **esquerda de pegar uma coisa boa, sequestrar, perverter e transformar numa coisa ruim**. É mais ou menos o que aconteceu sempre com esses **regimes totalitários**. Isso tem a ver com o que eu digo que **fascismo e nazismo são fenômenos de esquerda** (GOV, 2019, sic).*

*SD11: Bolsonaro diz não ter 'dúvida' de que **nazismo era de esquerda** (GOV, 2019, sic).*

*S12: **O nazismo é política de esquerda**. Isto é **inegável**. Repare que **ambos são coletivistas**. **O comunismo matou/mata até mais**. (imagem com tweets antigos do autor sobre o porquê nazismo é de esquerda) (GOV, 2016, sic).*

*S13: **O Nazismo é SOCIALISTA** (Partido Nacional Socialista Dos Trabalhadores Alemães) e, sim, **anti-marxista**. Só não sabe que o **SOCIALISMO é anterior ao***

marxismo quem não estudou: o @jornalnacional CONTA com a IGNORÂNCIA do povo sem instrução (GOV, 2019, sic).

As SDs acima possuem um modo de funcionamento discursivo que é constituído pela determinação, em que o evidenciamento se faz pela repetição e insistência na tentativa de naturalizar sentidos outros que são postos em circulação pelos adjetivos **esquerda, coletivistas, socialista, antimarxista, ruim**. Importante destacar que esses adjetivos não carregam somente uma constituição histórica, que não é homogênea, mas é constituído pela memória, pelo equívoco que leva a sentidos outros, pelas lutas de classe, uma vez que não são adjetivos que apenas qualificam ou modificam o sujeito, mas que são constituídos por interdiscursos que remetem a outros acontecimentos históricos e discursivos. Todos eles são formulados e postos em circulação em momentos de grande tensão na história – e aqui compreendendo-a como ciência- que levaram à acontecimentos significativos, como a Revolução Francesa⁴⁰.

Na SD10 observamos um modo de discursivização do enunciado que, primeiro, busca justificar, para depois determinar, isto é, a formulação do enunciado parte de uma articulação do que a **esquerda** é capaz de fazer - *sequestrar, perverter e transformar numa coisa ruim* - para depois associá-la a determinação de que *fascismo e nazismo são fenômenos de esquerda*.

Importante destacar o caráter histórico que os verbos *sequestrar, perverter e transformar* carregam, visto que há algo que sempre fala antes, em outro lugar e de outros modos (ORLANDI, 1999). O imaginário sobre *sequestrar* remete ao que é tirado de cena, que é interrompido, enclausurado e, assim, silenciado. Sobre a forma material e discursiva desse termo, Barbai (2004, p. 75), por meio de sua pesquisa sobre o sequestro enquanto fato da linguagem, destaca que

a forma material sequestro não tem um significado em si, ou seja, em seu conteúdo. É nos processos de constituição do sujeito e do sentido, em uma filiação a uma rede de memória, que seu estatuto discursivo material significa como força no mundo (BARBAI, 2004, p. 75).

⁴⁰ Vale a leitura de: PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Cadernos de Estudos Linguísticos, v. 19, p. 7-24, 1990. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/download/8636823/4544>>.

Na formulação em questão (SD10), o termo é colocado em cena como modo de significar a relação de força entre o que a esquerda é e no que ela resulta. Do mesmo modo, o verbo *perverter* é aquilo que provoca uma mudança, que se torna uma má influência e, por conseguinte, **transforma**. Assim, pelas formações imaginárias que constituem esse espaço enunciativo, ao mesmo tempo que a **esquerda** silencia, ela provoca uma mudança negativa e transforma o que é bom em ruim. Ao trazer esses verbos para a arena discursiva, a memória sofre um choque entre o que é esquerda, fascismo e nazismo e o que são regimes totalitários, entendidos nessa formulação como semelhantes.

A confirmação se dá pela SD11, na qual a “dúvida” não é algo passível de existência. Entretanto, o verbo é formulado no pretérito imperfeito do indicativo de ser – **era** -, o que assinala a existência do nazismo e sua definição no passado. Ao mesmo tempo, nas SDs 12 e 13, o verbo é formulado no presente – **é** – ou seja, nestas sequências o nazismo ainda é de esquerda, não só o nazismo, como também o comunismo e o socialismo. Nesse viés, pelo efeito parafrástico, temos que

- a) O **nazismo** e o **fascismo são** de esquerda (SD10).
- b) A **esquerda é** ruim (SD10).
- c) O **comunismo** e o **nazismo são** de esquerda (SD12).
- d) O **nazismo é** socialista (SD13).
- e) O **nazismo é** antimarxista (SD13).

Pela paráfrase realizada, podemos compreender os sentidos que circulam nesse espaço discursivo, considerando as condições de produção na qual eles se inserem. Neste momento, vale ressaltar que foram sequências formuladas e postas em circulação em uma conjuntura de grande instabilidade na política brasileira e que discursos extremistas ganharam/ganham uma tonalidade maior nas mídias e nos círculos sociais⁴¹.

Nessas sequências, há um embate entre a memória e a atualidade, isto é, acontecimento. Quando se descreve o acontecimento pela determinação de que X É Y, produz-se uma outra

⁴¹ Segundo Casimiro (2018, p. 43), o fenômeno do avanço do pensamento e da ação política da direita ganha maior dimensão e radicalidade a partir da segunda metade da década de 2000, “abandona-se uma espécie de “constrangimento” que mantinha suas manifestações mais extremadas salientes; depois, elas passaram a caracterizar esse avanço da direita no Brasil. A reprodução desse tipo de concepção passou a ganhar muita força em virtude dos novos meios de comunicação digital e das redes sociais”.

camada discursiva sobre ele, um discurso outro que, pelo evidenciamento dos sentidos antagônicos aos que já são reconhecidos pela memória social, resulta em uma resistência que busca desnaturalizar sentidos já ditos.

Diante de tais colocações, é importante considerar que os termos **nazismo, esquerda, socialismo, fascismo** são constituídos pela memória discursiva e por sentidos que figuram no imaginário a depender do modo como se lê esses termos, das suas condições de produção e da relação com o contexto sócio-político-ideológico mais imediato à posição-sujeito. Levando em consideração a FD “extrema-direita”, essas formulações atravessam os sujeitos que estão nessa formação discursiva e mobilizam uma memória cujo sentidos estão sendo constituídos pelo interdiscurso, pelo pré-construído, pela interpelação do imaginário da esquerda, do nazismo, do socialismo e do fascismo como regimes totalitários e que provocam o que é ruim no país.

Nas SDs 12 e 13 há ainda algumas particularidades que chamam a atenção, como a busca pela justificação de que **o comunismo matou/mata até mais** que o nazismo. Esse modo de descrever e argumentar sobre o comunismo vai ao encontro do que Mariani (1996) destaca em sua tese, o imaginário do comunismo tratado como o inimigo que fixa “um sentido sempre já negativo”, um “elemento integrante de narrativas políticas” (Idem., p. 15). A afirmação posta em circulação por essa sequência discursiva produz um confronto, um batimento, um jogo de disputas político-ideológicas pelo sentido entre àqueles que se posicionam pela FD “extrema-direita” e àqueles que não se identificam com esse espaço discursivo do dizer.

Como vimos no capítulo anterior, a resistência está na disputa dos sentidos, na ordem do político, na prática discursiva que provoca um silenciamento dos sentidos outros, uma vez que não há abertura ou recepção à outras formas de significar esquerda, comunismo, nazismo, socialismo e fascismo. Sobre esse gesto de resistência, vale a pena destacar o que Pêcheux (1990, on-line) postula

As resistências: não entender ou entender errado; não ‘escutar’ as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tornar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... E assim começar a se despedir do sentido que

reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido (PÊCHEUX, 1990, on-line, *sic*).

Como se pode depreender da exposição teórica postulada por Pêcheux (1990), a resistência acontece pelo confronto, pelo ir de encontro ao que já está estabilizando, produzindo sentidos outros, podendo estes serem aceitos ou não. A interrupção dos sentidos pode ocorrer como na SD13, em que há a defesa de que o *SOCIALISMO é anterior ao marxismo*, sobre está afirmação, cabe ainda destacar por meio de Pêcheux (Ibidem) que é pelo “momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um *acontecimento histórico*, rompendo o círculo da repetição”.

Portanto, podemos compreender que as sequências discursivas formuladas pela forma sintagmática X É Y ou Y é X representam, na FD “extrema-direita”, a formação imaginária do nazismo, fascismo, socialismo, comunismo enquanto acontecimentos históricos e políticos-ideológicos de esquerda e todos semelhantes – regimes totalitários. Para além disso, esse imaginário ainda requer a compreensão de que a esquerda é o que há de **ruim**, de **perverso**, **coletivista** e que, assim como o comunismo, pode continuar **matando** muito mais que o nazismo.

6.2 Os imaginários produzidos no enunciado “nazismo é de esquerda” no discurso eletrônico

Os processos de significação podem ser realizados de diferentes formas, a depender da materialidade discursiva sobre a qual ele se significa (ORLANDI, 2015). O mesmo ocorre no gesto de interpretação que o sujeito realiza no discurso. Nesse sentido, a interpretação é aberta e incompleta, não se relaciona ao modo de interpretar uma única vez e de uma única forma, varia conforme a constituição sócio-histórica do sujeito assim como a FD em que se insere e as condições de produção, logo, é pelo gesto de interpretação que os efeitos ideológicos funcionam.

Isto posto, podemos compreender que é pela interpretação, pelos efeitos de sentido que os sujeitos se posicionam no discurso, pois ao produzir significações sobre o discurso outro, o sujeito se significa atravessado pela historicidade e pela memória. Nesse processo de significação, como dito anteriormente, as formações imaginárias antecipam o que o sujeito

espera que seja produzido no outro e vice-versa. Nesse sentido, as formações imaginárias se constituem nas relações sociais que o sujeito tem pelo/no discurso. Ao associarmos com o caso da análise em questão, estamos trabalhando com as formações ideológicas e com a posição discursiva de identificação com a FD “extrema-direita”, ou seja, são posições discursivas produzidas no meio eletrônico por indivíduos que se identificam com o discurso governamental apresentado anteriormente (6.1).

O imaginário que esses sujeitos possuem em relação ao Presidente do Brasil e aos seus representantes se significa pela posição discursiva na qual eles se inserem, isto é, pelo imaginário que é produzido a partir da posição sobre a qual eles colocam o dizer em circulação na interação discursiva, constituídos interdiscursivamente pela memória e pela historicidade. Sendo assim, para atender ao nosso objetivo específico de **analisar os imaginários produzidos a partir de comentários e tweets que se identificam com a Formação Discursiva**, iremos trabalhar neste capítulo com as sequências discursivas que compõem o grupo B (ELETRÔNICO): comentários feitos no *blog Metapolítica 17* e *Tweets*.

Entretanto, antes se faz necessário pontuar o que compreendemos como discurso eletrônico. O discurso eletrônico pode ser tomado como aquele que se materializa por meio do suporte digital, em nossa pesquisa, o *Twitter* e o *blog* são exemplos do modo como o funcionamento do discurso eletrônico se realiza nas redes sociais. Eles funcionam como meios para que o discurso dos sujeitos sociais seja formulado e posto em circulação. Além disso, são compreendidos como espaços “democráticos” de “liberdade de expressão” onde o dizer é colocado em circulação. Cristiane Dias (2011, p. 58) afirma que

A discursividade do eletrônico não deixa lugar para falarmos de excluídos digitais. Somos todos, em todos os lugares, afetados por essa discursividade, pela discursividade do e-, somos administrados por ela. A discursividade dos eletrônicos não está nos objetos ou no acesso a eles ou no acesso à internet, ela é um processo histórico e ideológico de significação da nossa sociedade contemporânea, **do modo como estamos nela, como praticamos os espaços, do modo como somos interpelados em sujeito pela ideologia, através das determinações histórica** (DIAS, 2011, p.58, grifo nosso).

Nesse espaço discursivo, o sujeito tem a ilusão de onipotência do dizer, em que tudo pode ser dito, de que os sentidos estão dados, transparentes, sem grandes consequências. Contudo, vale

ressaltar que os sentidos são formulados e postos em circulação pela determinação histórico-ideológica das condições de produção do discurso, interpelando o sujeito ideologicamente.

Em outras palavras, há um modo de constituição do sujeito que é interpelado por outros dizeres, pela história, pela formação ideológica e discursiva, pois não constitui somente o sujeito que se posiciona pelo discurso eletrônico, mas também aqueles que interagem com a produção, assim como o próprio meio em que o discurso é materializado, se é em um *Twitter*, *blog*, Facebook, Instagram, Youtube, entre tantos outros espaços de produção discursiva. A escolha do lugar de circulação do discurso pelo sujeito por si só é ideológica, produz sentidos, o atravessa enquanto sujeito social que se posiciona na interação discursiva.

Essa materialidade discursiva que concebe o discurso eletrônico atravessa o histórico ao mesmo tempo em que produz uma nova memória discursiva. Como o enunciado pode ser retomado diversas vezes, em momentos distintos, os sentidos circulam e se materializam pelos gestos de interpretações, podendo até mesmo ser usado como um embate entre posições discursivas. Nesse ponto, a atualidade e a memória produzem diferentes conflitos que resultam em diferentes acontecimentos, como o enunciado “nazismo é de esquerda”.

No caso da FD em análise, os efeitos imaginários retomam uma memória construída desde as grandes guerras até o momento presente. Essas memórias são retomadas de forma que coloca em confronto posições ideológicas-políticas e significam-se o tempo todo, de diferentes formas, afetando os sujeitos que interagem com o discurso.

A partir do que foi exposto nesta seção, iniciaremos nossas análises sobre a posição sujeito social que se identifica com a formação discursiva “extrema-direita”, em virtude desse compartilhar do mesmo posicionamento defendido pelo discurso governamental atual no Brasil. Seguiremos as mesmas propostas de análises apresentadas anteriormente, mediadas pelas categorias que elegemos para realizar os efeitos parafrásticos nas SDs recortadas, quais sejam: constatação, referenciação, silogismo e determinação, respectivamente.

6.2.1 O efeito parafrástico por constatação: o imaginário do diferente

A constatação permite que os sentidos sejam alimentados pela “lógica” de um único “real” possível, que é justificado por uma rede de formulações que buscam construir o imaginário no

outro do discurso (COURTINE, 2014). Como vimos nas análises anteriores, ela se apresenta como modo de construir a ilusão de uma verdade sobre o que se diz.

Realizando o recorte das sequências discursivas que compõem os comentários do *blog Metapolítica 17*, observamos que não há, entre os comentários feitos pelos usuários e leitores do texto publicado pelo Ex-ministro, discursos formulados pela constatação. Isso nos apresenta um movimento discursivo importante tanto para a análise quanto para os efeitos de sentido que circulam nesse espaço discursivo.

Para refletirmos melhor sobre isso, nos reportamos a Pêcheux (1988)

Em cada momento histórico dado, as formas ideológicas *não se equivalem*, e efeito simulação-recalque que elas engendram *não é homogêneo*: as formas que a “relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” toma não são homogêneas precisamente porque tais “condições reais de existência” são “distribuídas” pelas relações de produção econômicas, com os diferentes tipos de contradições políticas e ideológicas resultantes dessas relações. Em um momento histórico dado, as “formas ideológicas” em presença cumprem, de maneira necessariamente desigual, seu papel dialético de *matéria-prima* e de *obstáculo* com relação à produção dos conhecimentos, à prática pedagógica e à própria prática política do proletariado (PÊCHEUX, 1988, p. 77, grifos do autor).

Como bem afirma Pêcheux (1988), as formações ideológicas e imaginárias não são homogêneas e variam conforme as condições de produção nas quais o discurso é colocado em circulação. Em se tratando dos comentários que são feitos a partir de um texto que produz o imaginário da esquerda como inimigo a ser combatido, o gesto de não encontrarmos sequências discursivas que partem da relação de constatação do dizer nos aponta para a heterogeneidade presente tanto na formação discursiva “extrema-direita” quanto na própria relação da posição-sujeito que interpreta⁴² os sentidos que circulam no texto publicado no *blog Metapolítica 17*.

Por essa heterogeneidade discursiva, podemos compreender melhor como as formações ideológicas cumprem o papel de produção de evidências em relação ao tema sobre o que se diz, visto que a constatação parte da verificação de algo como “verdadeiro” ou “falso” para se

⁴² Segundo Orlandi (2015, p. 26), “a interpretação é o sentido pensando-se o co-texto (as outras frases do texto) e o contexto imediato”, entretanto, compreender “é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc.) produz sentidos. É saber como as interpretações funcionam. Quando se interpreta já se está preso em um sentido” (Ibidem).

chegar à resposta. Como não encontramos esse tipo de formulação nos comentários, é possível observar que os sujeitos produzem o saber, os imaginários, os sentidos nesta condição de produção imediata a partir de uma outra posição que não esta.

A reflexão teórica proposta por Pêcheux (1988) é essencial para pensarmos sobre o modo como o imaginário é produzido pelo sujeito que se identifica com a formação discursiva “extrema-direita”, pois o processo de identificação está intimamente ligado às condições reais de existência do sujeito. Assim como ocorreu nos comentários, não houve muitos *tweets* postados/compartilhados a partir dessa formulação, entretanto, recortamos duas sequências discursivas para que possamos analisar e refletir sobre as formações imaginárias que circulam nesse espaço discursivo

SD1: Caraca, mais por fora que bunda de índio irmãozinho. Fascismo veio com Mussolini e esse era socialista, nazismo também era socialista e todas as ditaduras como Fidel Castro e Maduro são de ESQUERDA. Que livro você leu meu amigo... A DIREITA está associada ao conservadorismo (ELETRÔNICO, 2018, sic).

SD2: O Fascismo e o Nazismo são dissidências do Movimento Socialista (tal o Comunismo), são ideologias primas de um mesmo mal. Os 3 são abjetos e falar o óbvio: que o Comunismo assassinou mais que Nazismo e Fascismo juntos, não é endosso de nada e nem negacionismo de holocausto (ELETRÔNICO, 2020, sic).

Em ambas as sequências permanece o imaginário da ligação entre o *fascismo, nazismo, comunismo, esquerda, socialismo* como representantes de uma mesma política-ideológica de extermínio da sociedade conservadora de direita. Esses termos são relacionados como forma de atestar/comprovar a evidência que *são ideologias primas de um mesmo mal* (SD1), constatando que esse mal é a *ESQUERDA* (SD1).

Para além disso, mobiliza-se também as figuras de *Mussolini, Fidel Castro e Maduro* (SD1) como forma de exemplificar e relacionar com as ações da esquerda socialista, desse modo, os representantes dos diferentes regimes totalitários são utilizados como fontes de argumentação. Importante ressaltar a história e a memória que constitui esses sujeitos, Mussolini foi um político italiano líder do Partido Nacional Fascista e é considerado como sendo uma das figuras-chave na ascensão do fascismo na Europa; enquanto Fidel Castro foi primeiro-ministro

e presidente de Cuba entre os anos de 1959 a 2008, é considerado um líder político nacionalista e marxista-leninista e criticado pelos conservadores de direita como um regime ditatorial comunista; já Maduro é o atual presidente da Venezuela e considerado como político direto de Hugo Chávez, este, por sua vez, ficou no poder por 14 anos na Venezuela e desenvolveu um regime político que ele próprio designou de “bolivarianismo”, é criticado por cientistas políticos por ter imposto uma ditadura socialista no país.

Percebe-se que todos os nomes citados possuem formações imaginárias ligadas a ditaduras e a regimes que possuem um histórico longo de governança e poder. Esse imaginário é relacionado ao Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, que permaneceu no poder por 13 anos e representa a esquerda. Nesse sentido, a esquerda é assim associada a um regime ditatorial que quer impor o comunismo no Brasil e tornar este um país socialista, visto que, da posição-sujeito que se inscreve na FD “extrema-direita”, comunismo e socialismo são as mesmas coisas.

O imaginário da ameaça que a esquerda representa é ainda associado ao medo das mortes que ela pode causar, *o Comunismo assassinou mais que Nazismo e Fascismo juntos* (SD2). Assim, verifica-se o evidenciamento de uma ameaça, da volta de um regime ditatorial ao poder que pode causar a morte do povo de bem. Essa ameaça é apresentada como *falar o óbvio* (SD2), ou seja, os sentidos são interpretados como transparentes, não há como ser de outro modo. Na formação imaginária do sujeito que se identifica com a FD, os sentidos estão dados, prontos e isso aponta para o silenciamento dos sentidos outros, da possibilidade outra que atravessa historicamente o acontecimento.

Pelo efeito parafrástico de constatação, É X QUE... (E) TAMBÉM É Y QUE..., podemos ter que:

- a) **O fascismo e o nazismo é que eram** socialistas e **a esquerda é que é** uma ditadura (SD1).
- b) **Fidel Castro e Maduro eram** de esquerda e **seus regimes também eram** socialistas (SD1).
- c) **O Movimento Socialista é que era** dissidência do nazismo e do fascismo e **eles também são** comunistas (SD2).
- d) **O comunismo é que** assassinou as pessoas, também é **o fascismo e o nazismo que são** ideologias do mal (SD2).

O discurso é assim mobilizado por rede de memórias que o sujeito evoca no momento que formula o seu dizer. Essa rede se constitui pela/na ilusão da transparência da linguagem, como os regimes ditatoriais são compreendidos de esquerda, não há outra possibilidade senão a da esquerda ser uma ditadura. Os sentidos assim circulam pelo trabalho da desconstrução histórica de um saber que é defendido por historiadores, filósofos, sociólogos, entre tantos estudiosos dos regimes totalitários.

Repetir para desconstruir, eis o ponto de resistência ao discurso outro na posição-sujeito que se identifica com a FD. É na tentativa de naturalizar, de produzir sentidos para o acontecimento que haverá, nessa formação discursiva, a construção de uma nova memória discursiva, de outras formações imaginárias para o enunciado “nazismo é de esquerda”.

As paráfrases, por sua vez, mostram a forma como os sentidos cristalizados sobre o nazismo, comunismo, fascismo e esquerda eclodem no abominável, no imaginário do socialismo como o condutor da esquerda e de suas ramificações. É um processo discursivo que parte de um imaginário constitutivo da FD “extrema-direita”, como vimos nas análises anteriores. Nesse sentido, as formações imaginárias da posição-sujeito que se identifica com a FD não se difere da posição-sujeito governamental, mas buscam se solidificar nessa posição por meio de um evidenciamento/silenciamento dos sentidos outros possíveis.

6.2.2 O efeito parafrástico por referenciação: o imaginário da literalidade dos sentidos

Como apresentado no capítulo 5 e na seção 6.1, a referenciação está ligada ao gesto de interpretação que o sujeito realiza no/sobre o discurso. É fundamental para que os efeitos de sentido produzam sentido sobre o termo que se é referenciado. Não se apresenta somente como uma designação ou uma nomeação, mas é constituída pelos imaginários que se instituem na arena discursiva.

Nesse sentido, para retomar e reiterar o modo de funcionamento da referenciação, nos reportamos a Guimarães (2003, p. 53) quando o autor salienta que “a referência é um procedimento linguístico pelo qual se particulariza algo na enunciação e pela enunciação.” No caso do *corpus* em análise, a referenciação garante que o dizer seja possível pela nomeação

e/ou determinação que se faz sobre o referente, pelas condições históricas que constituem o enunciado.

Por conseguinte, recortamos algumas sequências discursivas de comentários feitos sobre o texto “Pela aliança liberal-conservadora”, escrito e publicado pelo Ex-Ministro Ernesto Araújo no seu *blog Metapolítica 17* e *tweets* sobre o enunciado “nazismo é de esquerda”. Faz-se necessário recordar que as sequências foram recortadas pela posição de identificação com o dizer, para que fosse possível realizar as análises das formações imaginárias da posição-sujeito que se inscreve na formação discursiva “extrema-direita”.

SD3: O raciocínio do (nome) é ginásial e enviesado. Foi Stálin quem financiou a máquina de guerra nazista quando a Alemanha estava impedida de ser armar por conta do Tratado de Versalhes. Stálin queria usar os nazistas como ponta de lança de sua revolução. O próprio racionalismo nazista foi inspirado no marxismo. Os campos de concentração alemães foram copiados dos gulags soviéticos. E foi Karl Marx quem primeiro defendeu o genocídio como ferramenta revolucionária. A palavra “holocausto” apareceu pela primeira vez num escrito de Marx na Gazeta Romana [...] (ELETRÔNICO, 2019, sic).

SD4: Fico imaginando o nível de imbecilidade para alguém achar super razoável um partido chamado "Nacional Socialismo" não ter relação alguma com o socialismo, obviamente de esquerda. Fora todas as políticas estatizantes, de concentração de poder no Estado e restrição das liberdades (ELETRÔNICO, 2019, sic).

SD5: Ainda tentam forçar essa narrativa TOSCA! O nazismo é o filho que a esquerda nunca quis assumir. Hitler funda o partido nacional SOCIALISTA dos trabalhadores alemães. Mas, "nazismo é de direita". #taserto(ELETRÔNICO, 2020, sic).

SD6: Vamos a história? Nazismo - Partido Nacional SOCIALISTA - foi aliado do COMUNISMO de Stalin, que juntos ASSASSINARAM aproximadamente 100 milhões de pessoas. Fascismo, cujo pai é Mussolini, tem como princípio, "Tudo no Estado, nada contra o Estado, e nada fora do Estado" (ELETRÔNICO, 2019, sic).

Nas SDs apresentadas acima é possível observar como os efeitos de sentido se constituem na relação que os sujeitos fazem com a referência aos nomes de líderes políticos como *Stálin* (SD3), *Hitler* (SD5), *Mussolini* (SD6); ao nome do partido *Nacional Socialismo* (SD4), *partido nacional SOCIALISTA dos trabalhadores alemães* (SD5), *Partido Nacional SOCIALISTA* (SD6); e ao pesquisador *Karl Marx* (SD3). São referentes que são mobilizados para que o discurso seja validado pelo outro, para que ganhe uma tonalidade de algo que é verdadeiro e possível.

Esse sistema de evidências que é concebido pelo imaginário da posição-sujeito que ocupa a FD, fornece ao sujeito a interpretação, os sentidos que ele produz em relação ao que é referenciado. Nomes como Hitler, Stálin e Mussolini são apresentados em diferentes formulações, seja da posição discursiva governamental seja da posição-sujeito que se identifica com a FD. Como vimos, a memória e a historicidade atravessam os nomes referenciados de modo a evocar nos sujeitos outros o que esses líderes fizeram, o que eles representam para a sociedade, quais sentidos eles carregam. São nomes que possuem um peso histórico negativo e que reafirmam o imaginário do que é ruim, mal, perverso, vide SD3.

O silenciamento dos sentidos nessas formulações trabalha na ordem do histórico, do político e da memória. Assim como os nomes ditos anteriormente, compreendemos o evidenciamento funcionando pelo nome do partido: **partido chamado "Nacional Socialismo"** (SD4), **obviamente de esquerda** (SD5), **Hitler funda o partido** (SD5), **Nazismo - Partido Nacional SOCIALISTA** (SD6). A repetição desse referente, que também é defendido pela posição discursiva governamental, produz uma desnaturalização de sentidos outros para que estes sejam naturalizados na memória social, para que sejam da ordem do dizível, posto que os sentidos construídos socialmente em torno do nazismo em relação à história (enquanto disciplina) são outros.

Entre os diversos historiadores, tanto no Brasil quanto em outros países, há um consenso quanto ao sentido político-histórico do nazismo, entretanto, ressaltamos que essa não é a nossa questão principal. Mas, ao ser chamado a se posicionar, o sujeito emprega a denominação do partido como meio de referenciar o seu dizer e assim sustentá-lo perante o outro do discurso, reafirmando o imaginário da esquerda, do socialismo, comunismo enquanto inimigos político-ideológicos. Afinal, se o partido é socialista/comunista, e, conforme a posição sujeito dessas SDs, o socialismo/comunismo é de esquerda, logo o nazismo só pode ser de esquerda.

Sobre a história enquanto ciência, Orlandi (2007, s. p.) ressalta que

Por seu lado, a história é história porque “os fatos reclamam sentidos” (P. Henry, 1994) face a um sujeito que está condenado a interpretar (a significar). Na relação contínua entre, de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização, e, de outro, o acontecimento, o jogo e o movimento, os sentidos e os sujeitos experimentam mundo e linguagem, repetem e deslocam, mantêm e rompem limites (ORLANDI, 2007, s. p.).

Os efeitos de sentido são produzidos na relação do sujeito com suas condições materiais de existência, com a formação discursiva em que se encontra. A referenciação ao partido político em todas as SDs aponta para um silenciamento que irrompe no batimento entre a FD dominante “extrema-direita” e as outras FDs que entram em disputa com essa, como a posição-sujeito que se identifica de esquerda ou socialista ou comunista.

A rejeição ao imaginário do nazismo como possível movimento da extrema-direita é reforçado ainda pela referência a Marx que, como dissemos anteriormente, é considerado uma referência à crítica ao capitalismo e seus desdobramentos. Esse imaginário de rejeição e de retomada a luta de classes e de raças é apresentado na SD3 por meio da associação entre o nazismo e o marxismo, como pode ser observado nas formulações ***o próprio racialismo nazista foi inspirado no marxismo, foi Karl Marx quem primeiro defendeu o genocídio como ferramenta revolucionária.***

É possível observar ainda o papel fundamental da memória nessas formulações, pois o verbo **ser** é apresentado no passado indicando ao sujeito outro o que aconteceu, em uma posição de sustentação de uma “verdade” possível. A resistência se apresenta nesse espaço pela posição antagônica ao sentido outro, quer seja: o nazismo não é de esquerda e não foi inspirado em Marx. Desse modo, a referenciação se constitui numa posição de contradição a já-ditos e retoma a memória de modo que ela estabeleça um batimento com a atualidade.

Orlandi (2007, p. 74) destaca que “toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis”, são esses outros sentidos possíveis que são interditados pela imposição dos sentidos únicos, que se deseja naturalizar, como nas formulações ***socialismo, obviamente de esquerda*** (SD4) e ***nazismo é o***

filho que a esquerda nunca quis assumir (SD5). O “óbvio” se apresenta como a única direção possível, não há outro modo, os sentidos diferentes desse não são aceitos, são interditados.

Nas SDs recortadas, os enunciados são assim formulados em torno da referência ao partido ou aos líderes políticos de movimentos totalitários ou ao marxismo. Sendo assim, podemos observar os seguintes efeitos parafrásticos pela referenciação, R É... X/Y TAMBÉM É.

- a) **Stálin** é o responsável pelo **nazismo**. **Karl Marx também é** (SD3).
- b) **Stálin** é quem lançou a **revolução socialista**. **Karl Marx também** defendeu o genocídio como **arma revolucionária** (SD3).
- c) **Socialismo** é de **esquerda**. O **partido nazista também é** (SD4).
- d) **Nazismo** é **filho da esquerda**. **Hitler também é** (SD5).
- e) **Stalin** é **comunista**. O **partido nazista também é** (SD6).
- f) **Mussolini** é **socialista**. O **nazismo e o comunismo também são** (SD6).

Mesmo se tratando de um processo de referenciação à história, à memória discursiva, aos sentidos outros, há uma determinação sobre os referentes da FD “extrema-direita”. Reportamos a Indursky (1992, p. 261) quando a autora discorre sobre o funcionamento da determinação no discurso

Um adjetivo justaposto a um substantivo funciona como modificador de sua extensão e compreensão, contribuindo para ampliar lhe a compreensão, limitando-lhe a extensão, já que sua referência virtual pode ser por demais genérica. Desse modo, assumimos que o adjetivo pode funcionar como um elemento capaz de saturar o substantivo, constituindo-se em um determinante discursivo, isto é, em uma das categorias que promovem a identificação do dito com a FD que afeta o sujeito da sequência discursiva (INDURSKY, 1992, p. 261).

Nas sequências discursivas destacadas, a formulação é regida pelo sintagma adjetivo representado pelo predicativo do sujeito “esquerda” e introduzido pelo verbo de ligação “é”. Nesse funcionamento, como ressaltado por Indursky (1992), a identificação dos enunciados com a FD dominante afeta o sujeito da sequência discursiva, que formula o dizer pelas formações imaginárias que faz da sua posição discursiva em relação à FD, em relação ao outro do discurso e em relação ao discurso governamental. Os referentes que são trabalhados nesse espaço discursivo de determinação são constituídos pelas formações ideológicas que, ao se

posicionar pela FD dominante, coloca em evidência o funcionamento dos efeitos de sentido que determinam o que o referente é ou foi, como ele pode ou não se significar.

As formações imaginárias não se realizam de forma independente e homogênea, ela é constitutiva do sujeito e dos sentidos e se dá pela posição discursiva do sujeito, a depender da sua formação histórico-ideológico-social-cultural.

6.2.3 O efeito parafrástico por silogismo: o imaginário do único sentido que se pode chegar

Até o momento, as análises por constatação e referenciação nos permitiu verificar que o imaginário da ameaça que a esquerda representa é fortificado pelo nome do partido nazista assim como por líderes políticos que simbolizam os regimes ditatoriais. Esse imaginário é consoante com o imaginário apresentado pela posição discursiva governamental, apresentando, em acréscimo, outros modos de argumentar sobre “nazismo é de esquerda”.

Após observarmos esses modos de discursivizar sobre o enunciado em questão, passemos para o silogismo. Como vimos, o silogismo funciona como um sistema de evidências em que o sujeito parte da “lógica” como forma de sustentar sua posição em relação sobre o que se diz. O silogismo apresenta assim um imaginário que viabiliza o reconhecimento do discurso como uma possível verdade.

Nas sequências discursivas a seguir, observamos o funcionamento dessa “lógica” silogista pela posição discursiva de identificação com a FD “extrema-direita”

SD7: A certeza da supremacia, que impede toda e qualquer opinião contrária. O ódio aos judeus, resultando, por parte de alguns seguidores, em perseguição e morte de hebreus. Desmantelamento de toda cultura contrária a verdade adotada, com queima de livros e destruição de obras de arte, que façam referência a qualquer outra forma de pensar o mundo. Proibição de culto cristão, e obrigatoriedade de cultuar em concordância com a direção do governo central. Violência e até covardia no ataque, perseguição e destruição de grupos não considerados puros, mesmo os da mesma origem, mas que não compactuam com o entendimento central. Roubo das riquezas dos territórios invadidos. Não!! Isso

NÃO é de direita, e nem Nazismo, isso é a prática Islâmica atual, que no Brasil, apoia, e é apoiada pela esquerda (ELETRÔNICO, 2019, sic).

SD8: Hitler era socialista, criou o nazismo. Benito Mussoline era socialista, criou o fascismo (ELETRÔNICO, 2017, sic).

SD9: Nazismo era anticristão, comunismo idem; o nazismo era anticapitalista, comunismo idem; o nazismo era abortista, o comunismo idem; o nazismo era esquerda genocida, comunismo idem. Vc quer enganar a quem, esquerdopatamonstrego do cão?! (ELETRÔNICO, 2020, sic).

De início, é importante observar o deslocamento que a SD7 traz para as formações imaginárias da FD “extrema-direita”. Diferentemente das sequências analisadas até o momento, uma nova referência é apresentada: a **prática islâmica** (SD7). A esquerda não é apresentada agora como um sinônimo do nazismo, mas como uma prática islâmica que visa impor uma perseguição religiosa e de raça a sociedade.

As formações imaginárias são constituídas em torno de um conjunto de enumerações que determinam o que é a prática islâmica e a esquerda no Brasil, como *supremacia, ódio aos judeus, desmantelamento de toda cultura contrária a verdade, proibição de culto cristão, obrigatoriedade de cultuar, violência, covardia, roubo das riquezas, perseguição e destruição de grupos não considerados puros* (SD7). Ainda que todas essas definições se assemelhem ao que foi o nazismo na Alemanha⁴³, a premissa maior do islamismo como perseguidor das raças e das religiões permanece para que a premissa menor da esquerda como apoiadora do islamismo resulte na conclusão de que a esquerda é o mal da sociedade que deve ser combatido antes que chegue ao poder e faça com o povo o que o islamismo fez com seus civis.

Todos esses determinantes discursivos apresentam novos efeitos de sentido à FD “extrema-direita”, além de introduzir um novo movimento, o islamismo. Nessa relação podemos observar como a interdiscursividade atravessa essa posição-sujeito de modo que o evidenciamento dos sentidos únicos possíveis se apresente como um processo de cristalização do discurso. As diferentes enumerações apresentadas na SD7 nos direcionam para a distinção entre os domínios da memória: atualidade e antecipação. Estes devem ser vistos como “a abordagem dos efeitos

⁴³ Indico a leitura do livro “A chegada do Terceiro Reich” de Richard J. Evans, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

de lembrança, esquecimento, das repetições, redefinições, rupturas e transformações de sentidos em um dado processo discursivo” (SERANI, 2003. p. 118).

Essa posição-sujeito que formula seu dizer dentro da FD dominante se dá pela relação que o sujeito tem com as diferentes enumerações que apresenta no seu dizer como forma de argumentar e sustentar a lógica pela ilusão da descrição do que é ou do que deve ser o islamismo e a esquerda, ainda que as definições apresentadas sejam próximas do nazismo.

Além disso, as enumerações são postas de forma a apontar para o sujeito outro a interpretação que o sujeito do discurso projeta da sua posição e sobre o que diz, de modo que constrói para si a imagem de “realidade” sobre o seu dizer e no outro a de única “realidade” possível. A extensão de enumerações que determinam o sintagma nominal produz uma circulação de domínio do saber discursivo pelo sujeito. O evidenciamento-silenciamento se dá pelas representações históricas, sociais, culturais, ideológicas e políticas que os termos enumerados significam para os sujeitos que se constituem pela/na FD, produzindo vestígios de sentidos que são silenciados pela posição-sujeito, mas que estão sendo significados, interpretados no e pelo outro do discurso.

Diferentemente da SD7, na SD8 o imaginário do socialismo/esquerda como regimes ditatoriais é ressaltado pelas formulações *Hitler era socialista, Benito Mussolini era socialista*. Observa-se que a referência à líderes políticos é constitutiva do imaginário da FD “extrema-direita”, independentemente se se trata de uma formulação feita pelo silogismo, pela referenciação, pela constatação ou pela determinação, que veremos no tópico a seguir, a nomeação é sempre retomada como modo de sustentar/legitimar o dizer e torná-lo possível e/ou “verídico”.

Nesse sentido, parte-se da premissa maior em que os maiores líderes políticos eram socialistas e direciona para a premissa menor de que criaram regimes ditatoriais para se chegar à conclusão de que a esquerda é socialista e pode criar um regime ditatorial no Brasil. Por mais que esse imaginário da esquerda como uma ameaça real já tenha sido tratado de diferentes maneiras até o momento, é importante ressaltar que, para a AD, os movimentos dos sentidos não são sempre os mesmos, pela repetição há a diferença.

No caso em questão, a diferença se dá pela resistência. São modos de evidenciamento dos sentidos para que haja resistência a sentidos outros, para que haja resistência ao diferente, ao

que não é “óbvio”, “verídico” ou “lógico”. Essa resistência é reforçada pela SD9 em que há a comparação entre o comunismo e o nazismo, partindo do princípio lógico de que se X era Y, Z pode ser X.

As adjetivações usadas para designar o nazismo e o comunismo evidenciam o silogismo enquanto tentativa de cristalizar os sentidos. Parte-se do imaginário do nazismo e comunismo como *anticristão, anticapitalista, abortista* (SD9), para chegar à conclusão de que ambos representam a *esquerda genocida* (SD9). Assim, os efeitos de sentido são produzidos sobre o imaginário de que somente o cristão, o capitalista e aqueles que são a favor da vida podem ser do bem, enquanto o outro opositor é genocida. Há ainda o imaginário do outro antagônico a FD “extrema-direita” como *esquerdopata mostrengo* (SD9), fazendo referência a um sentido pejorativo de quem se identifica como de esquerda ou que se coloca como opositor ao discurso governamental.

Nessas SDs, as formações imaginárias inscrevem o sujeito do discurso na FD “extrema-direita” de forma que os sentidos são “dominados” pelo dizer do sujeito, evitando que os sentidos “indesejáveis” ou que estão na ordem do não dito sejam colocados em circulação. Pelo efeito parafrástico X É... Y É... PORTANTO X É IGUAL A Y/ Y É... X É LOGO Y É X temos que

- a) A **prática Islâmica no Brasil é violenta, a esquerda também é**, portanto o **islamismo é de esquerda** (SD7).
- b) A **esquerda é do mal, o socialismo também é**, portanto o **socialismo é de esquerda** (SD8).
- c) O **comunismo e o nazismo são** manifestações do mal, o **socialismo também é**, portanto o **comunismo, o nazismo e o socialismo são manifestações do mal** (SD9).
- d) O **socialismo foi** criado por autoritários, a **esquerda é** autoritária, portanto, o **socialismo e a esquerda são totalitários** (SD8).
- e) O **nazismo e o fascismo são** totalitários, o **socialismo também**, portanto **nazismo, fascismo e socialismo** são totalitários (SD8).
- f) O **nazismo é** contra a religião, o capitalismo e a vida, o **comunismo também é**, portanto, **nazismo e comunismo são contra a liberdade da vida** (SD9).

Importante ressaltar que todas as sequências discursivas são produzidas por meio do discurso eletrônico e estão temporalmente dispersas. Elas podem ser retomadas em diferentes espaço-tempo e são produzidas por sujeitos que se posicionam pela FD dominante em que a constituição político-ideológico-social produz formações imaginárias em relação à posição discursiva de quem diz, para quem diz e sobre o que diz. Ademais são atravessadas pelo espaço no qual o discurso é posto em circulação.

Pelo silogismo, os sentidos são determinados pela lógica que trabalha na ilusão do sujeito enquanto origem do dizer (PÊCHEUX, 1988). Assim como a posição discursiva governamental, acredita-se na ilusão da verdade como uma via de mão única, em que não há a possibilidade outra do dizer, do saber, do político. As formações ideológicas determinam até que ponto o sentido pode fazer sentido no discurso, apagando, necessariamente, outros sentidos possíveis. É por esse evidenciamento que o silenciamento trabalha enquanto fuga, enquanto possibilidade, enquanto suspiro dos efeitos de sentido.

6.2.4 O efeito parafrástico por determinação: o imaginário da ameaça socialista

Para retomar o modo como a determinação é trabalhada pela/na Análise do Discurso, citamos HAROCHE (2016, p. 239) quando a autora pontua que

pelo termo “determinação”, duas coisas são designadas, que, sem serem radicalmente diferentes, são, contudo, bastante disjuntas, para que distingamos dois de seus aspectos. A determinação designa, em primeiro lugar, a natureza de uma relação necessária que une o sujeito ao discurso, ao saber, aspecto esse que não é totalmente dissociável do segundo, a saber, o postulado de determinação em funcionamento no projeto mesmo de toda gramática (HAROCHE, 2016, p. 239).

Diante de tais colocações, a determinação é aqui compreendida como esse processo em que o sujeito se coloca no dizer, em que a memória discursiva se materializa pela formulação do dizer que é posto em circulação pela arena discursiva da FD “extrema-direita”. Ressaltar essa constituição sempre em “relação a” (PÊCHEUX, 1988) se faz necessário uma vez que estamos realizando as análises pela AD, em que o sentido é compreendido como efeitos, ou seja, há sempre a possibilidade de ser outro.

Tendo isso em vista, observemos as seguintes sequências discursivas

*SD10: **Concordo totalmente.** Fico muito feliz de ver alguém que partilha a mesma opinião e visão tendo sua vez. **Nazismo e socialismo partem da mesma base, possuem vários pontos semelhantes, planejam a divisão da sociedade, controlam a economia** - que fica sob as ordens diretas do Estado (ELETRÔNICO, 2019, sic).*

*SD11: **O nazismo era socialista, como hjé o PCCh . E vc um idiota útil, uma arma de guerra assim como um vírus criado em laboratório** (ELETRÔNICO, 2020, sic).*

*SD12: **TODO SOCIALISTA É NAZISTA.HITLER ERA SOCIALISTA. É O PATAMAR EXTREMO DO SOCIALISMO.** subst. masculino **POLÍTICA (CIÊNCIA POLÍTICA•IDEOLOGIA)** doutrina e partido do **movimento nacional-socialista alemão fundado e liderado por Adolph Hitler 1889-1945; hitlerismo, nacional-socialismo** (ELETRÔNICO, 2020, sic).*

*SD13: **Qual o problema de alguns em entender que o Nazismo é socialista portanto esquerda.** Ainda que exista direita estatólatra vide Putin, **o Nazismo é socialista e esquerda** (ELETRÔNICO, 2019,sic).*

Todas essas sequências discursivas foram produzidas por indivíduos que se identificam com a posição defendida pelo discurso governamental, logo, são discursivizadas a partir da FD “extrema-direita”. De modo geral, podemos verificar que as formulações são trabalhadas no imaginário que constitui nazismo/socialismo/esquerda como políticas ideológicas semelhantes e com o mesmo fim.

Esse modo de funcionamento se apresenta pelas determinações **nazismo e socialismo partem da mesma base** (SD10), **O nazismo era socialista** (SD11), **TODO SOCIALISTA É NAZISTA. HITLER ERA SOCIALISTA** (SD12), **Nazismo é socialista portanto esquerda** (SD13), **o Nazismo é socialista e esquerda** (SD13). É possível compreender que, assim como o discurso governamental, os imaginários nessas SDs são produzidos pelo socialismo enquanto sinônimo de esquerda e, se este é inimigo da direita, logo o nazismo só pode ser de esquerda.

O discurso do socialismo como política de esquerda não é atual no país. Esse foi um dos principais pontos que levaram o atual presidente do país a ser eleito, vide suas diversas manifestações nas redes sociais, nos discursos eleitorais e ainda nos discursos públicos, como

exemplo, em seu discurso na ONU⁴⁴ alguns temas foram centrais: guerra ao socialismo, à Cuba, à Venezuela, ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à ideologia de esquerda no Brasil.

Além disso, a pesquisa devolvida por Mariani (1996) sobre o funcionamento do discurso jornalístico sobre o Partido Comunista no Brasil já demonstrava o imaginário do socialismo ligado às políticas comunistas e de esquerda no país entre os anos de 1922 e 1989. Do mesmo modo, Indursky (1992) em suas análises sobre o discurso da revolução pelos presidentes da República Brasileira entre 1964 e 1984 identificou que

ficam desqualificados movimentos passados que se representaram como “**revolucionários**” e “**nacionalistas**” como, por exemplo, “**Revolução Socialista**”, “**Revolução Comunista**”, “**Revolução de 1935**”, bem como estão excluídos quaisquer movimentos contemporâneos ao discurso em questão, ao serem determinados discursivamente como “**contra-revolucionários**” ou “**terroristas**” (INDURSKY, 1992, p. 279, grifos da autora).

A determinação do nazismo como ideologia política socialista é atravessada por essa interdiscursividade que não é atual, mas se constitui por outros já-ditos que estão na memória discursiva da FD “extrema-direita”. Esse modo de discursivizar sobre socialismo e, conseqüentemente, sobre esquerda parte de uma interpretação em que os sentidos estão fixos, pois são direcionados pela determinação que também é ideológica.

Há ainda uma tentativa de justificação da posição defendida pela *divisão da sociedade* (SD10) e pelo imaginário de que o nazismo e o socialismo *controlam a economia* (SD10) ou a menção a outros sujeitos e movimentos da história como o líder nazista *Adolf Hitler*, identificado como socialista na SD12; o atual presidente da Rússia, Putin (SD13); e o Partido Comunista da China (PCCh) (SD13).

Como vimos nas análises anteriores, esses imaginários estão presentes nas diferentes formulações seja do discurso governamental seja do discurso eletrônico. As formações imaginárias dessas sequências são constituídas face às condições que esses sujeitos se inserem. Ao relacionarem o socialismo com o nazismo/esquerda produzem uma discursividade que coloca ambos em disputa pelos efeitos de sentido em torno do nazismo, dito de outro modo, os

⁴⁴ Na íntegra disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-09/veja-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-75a-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em 22 de agosto de 2021.

efeitos de sentidos sobre nazismo e sobre esquerda entram em conflito no imaginário da posição-sujeito que se identifica com a FD “extrema-direita”.

Tendo isso em vista, pelo efeito parafrástico $X \text{ É } Y/Y \text{ É } X$, que está na base da significação e da constituição dos sujeitos (ORLANDI, 2013), temos que

- a) **Nazismo** é de esquerda (SD10).
- b) **Socialismo** é de esquerda (SD10).
- c) **Partido Comunista** é socialista (SD11).
- d) **Hitler** é socialista (SD12).
- e) **Regimes totalitários** são socialistas (SD13).
- f) **a esquerda** é socialista (SD13).

O evidenciamento dos sentidos equivalentes entre nazismo, socialismo, comunismo e esquerda estabelecem um contorno sobre o imaginário na arena discursiva e cerceiam os efeitos de sentido possíveis para os referentes, criando-se a ilusão da literalidade do sentido. Sobre isso, Orlandi (2007, p. 89) argumenta que

Paralelamente à produção do efeito da literalidade, esse mecanismo de apagamento do silêncio tira do sujeito a possibilidade de ele mover-se. O que nos faz ver a literalidade como negação do sujeito. A ilusão de que o “seu” sentido só pode ser aquele é justamente sua negação. Nega-se a historicidade ao sentido e nega-se a história do sujeito (ORLANDI, 2007, p. 89).

Como bem destaca Orlandi (Ibidem), ao negar os sentidos outros possíveis, nega-se também a historicidade que constitui o enunciado, assim como o acontecimento. Nessa perspectiva, os efeitos de sentido partem da FD “extrema-direita” e estão em consonância com o discurso governamental, de modo que, as formações ideológicas que constituem a FD dominante se instituem pela simbolização de confronto entre as relações de forças, principalmente no embate entre esquerda x socialismo x nazismo.

Essa relação se estabelece pela própria polarização que está na formação imaginária desses sujeitos em que, o que não representa a direita no imaginário construído por eles, é de esquerda, ou seja, há uma divisão própria da sociedade entre esses dois polos políticos que também se faz presente no discurso governamental, como apresentado nas análises do capítulo anterior.

Neste momento, cabe ainda mencionar a proposta de Maingueneau (2008) quando discorre sobre o discurso polêmico. Segundo o autor, o espaço discursivo define o processo de intercompreensão generalizada em que “cada discurso repousa, de fato, sobre um conjunto de semas repartidos em dois registros: de um lado, os semas "positivos", reivindicados; de outro, os semas "negativos", rejeitados” (MAINGUENEAU, 2008, p. 99). No caso em questão, os semas positivos seriam os que se alinham a FD “extrema-direita”, os que se identificam e compartilham das formações imaginárias e ideológicas que constituem essa posição-sujeito, enquanto os semas negativos seriam o outro antagônico ao dizer, seria esquerda, socialismo, comunismo, nazismo, fascismo, ou seja, aqueles sobre os quais falo de forma negativa, sobre os quais crio o imaginário do inimigo.

Ainda segundo Maingueneau (ibid., p. 100),

esses enunciados do Outro só são "compreendidos" no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que dele constrói (MAINGUENEAU, 2008, p. 100).

As noções do político, do histórico e do ideológico, que são próprias da ordem do discurso, trabalham de forma a evidenciar os sentidos negativos que se quer naturalizar nesses enunciados sobre a esquerda, silenciando sentidos outros. Dito de outra forma, há um evidenciamento na ordem do discurso em torno do imaginário “esquerda como inimigo” que silencia os outros movimentos histórico-sociais, silenciamento que é trabalhado pela memória discursiva. Esse imaginário constituído pelas relações político-sociais e simbolizado pela representação do Estado, pelo modo como o Estado individualiza o sujeito, trabalha na construção de um inimigo social comum, pois com o apagamento desse inimigo, a nação volta a ser próspera novamente.

A partir do momento que essas diferentes formas de interpretação são postas em circulação, elas produzem efeitos de sentido de consenso com a posição discursiva governamental. Essa antecipação pode ser observada, por exemplo, na SD10, em que a identificação com o discurso do outro se dá pelo posicionamento do sujeito ao conjugar o verbo na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo: eu **concordo**, intensificado pelo advérbio **totalmente**, em referência ao

texto publicado pelo Ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. Os sujeitos sociais tomam posição diante do discurso mobilizado pelos representantes políticos e se identificam de modo a evidenciar as formações imaginárias da FD “extrema-direita”.

6.3 Os imaginários: apontamentos gerais

Feitas as análises, observamos que as sequências discursivas são afetadas por modos de subjetivação e significação heterogêneos quanto à FD, isto é, são constituídas pela interdiscursividade que atravessa esse modo de se posicionar no discurso. Isso acontece devido à historicidade que o enunciado “nazismo é de esquerda” carrega em relação ao discurso governamental e à memória que o nazismo e a esquerda possuem no que diz respeito às formações ideológicas e imaginárias.

Em face das análises apresentadas no capítulo 6, podemos destacar que a FD “extrema-direita” é significada a partir das formações imaginárias:

- *do fantasma do comunismo;*
- *do retorno da esquerda para perseguir a família tradicional cristã;*
- *da venda da nação aos outros países;*
- *da perseguição ao cidadão de bem;*
- *de criação de políticas públicas como perseguição ao liberalismo;*
- *de ameaça à vida, à nação, a religião e à liberdade de expressão;*
- *do socialismo, comunismo, nazismo, fascismo como sinônimos de esquerda;*
- *da esquerda como representação do mal.*

Todas essas formulações só são possíveis porque estão na ordem da repetibilidade tanto no discurso governamental quanto no eletrônico. De acordo com Indursky (2001, p. 28)

O repetível é da ordem de um já-dito, mais amplo e disperso, que remete para o dizer de outros sujeitos, em outros discursos, em outros espaços e em tempos diversos, que tanto podem estar inscritos na mesma Formação Discursiva do sujeito que enuncia quanto em outra Formação Discursiva, seja ela “amigável” ou antagônica (INDURSKY, 2001, p. 28).

Pelas análises realizadas foi possível observar que as repetições são construídas pelo interdiscurso, pela memória discursiva que organiza a FD “extrema-direita”. Importante ressaltar que a repetição não está no sentido do mesmo, do igual, mas do diferente, do sentido outro, da heterogeneidade que é constitutiva do discurso. São repetições que evidenciam a forma de existência, a produção dos sentidos, a constituição dos sujeitos em sua relação complexa com o discurso, é um processo em que diferentes indivíduos se posicionam pelo discurso e são interpelados em sujeitos, jamais fechado em si mesmo.

A FD “extrema-direita” é assim composta por enunciados que se identificam com o discurso governamental. O interdiscurso perpassa esse espaço discursivo e constitui os efeitos ideológicos que são materializados pelo discurso, organiza dentro dessa formação discursiva os interesses político-ideológicos da posição sujeito, atravessa a memória discursiva e interpela o indivíduo em sujeito, chamando-o a se posicionar diante do discurso governamental.

Assim, o discurso governamental “nazismo é de esquerda” orienta as formações imaginárias que se constituem pelo evidenciamento da esquerda enquanto inimigo iminente e necessário de ser combatido, caso contrário, de acordo com a posição-sujeito que se inscreve na FD dominante, se a esquerda tomar o poder, pode exterminar a liberdade do cidadão de bem. Esse evidenciamento que trabalha na ilusão da verdade como literal e real, acena para o silenciamento do outro do discurso e produz a tentativa de naturalizar os sentidos em torno do enunciado “nazismo é de esquerda”.

As retomadas a esse imaginário se dão pelo efeito metafórico produzido nas repetições, nas retomadas de formulações que são construídas sobre o nome do partido nazista, sobre as designações, as adjetivações, as constatações, as reformulações, os silogismos, os referentes. A discursivização do enunciado “nazismo é de esquerda” se apresenta pelo modo como a FD dominante é determinada pelos sujeitos do discurso, no embate entre a memória discursiva e a atualidade, no confronto de posições político-partidárias, no retorno à historicidade. Na FD “extrema-direita”, os sentidos são deslocados para o imaginário que os sujeitos constroem sobre as significações que eles dão para esquerda, comunismo, fascismo, nazismo e socialismo.

É pela memória discursiva, pelo interdiscurso que atravessa essa FD que os sentidos são construídos na determinação sobre o que é ou o que deve ser o nazismo. Nesse movimento de determinação discursiva há o silenciamento dos sentidos que não são desejáveis sobre a FD e

o evidenciamento de sentidos outros que buscam naturalizar, na ordem do dizível, o que a esquerda é, em uma tentativa de cristalizar os sentidos. Esse evidenciamento-silenciamento está na ordem do político, da dominação ideológica dos sujeitos que se inserem na FD, no antagonismo aos sujeitos da oposição, está nas relações de forças. Sendo assim, a repetição, a reformulação, a determinação são constitutivas nesses enunciados, atuam nos domínios da memória, do saber, da antecipação do discurso enquanto resistência.

7. CONSIDERAÇÕES (IN)CONCLUSIVAS

Neste capítulo desenvolvemos algumas reflexões que, por mais que consideremos como conclusivas, não se fecham, pois estão sujeitas a interpretações outras, a outros olhares e análises que são importantes para que os efeitos de sentido continuem a reverberar e a significar, por isso, (in)conclusivas.

Tendo em vista que o discurso se constitui por diferentes materialidades e é atravessado pela memória, pelo interdiscurso e pelo domínio do saber, retomamos o objetivo geral da pesquisa que consistiu em analisar os imaginários produzidos na circulação do discurso governamental “nazismo é de esquerda”.

Diante das teorias mobilizadas e das análises empreendidas, foi possível compreender um modo de funcionamento do enunciado “nazismo é de esquerda” que se constitui discursivamente pelo batimento entre a atualidade e a memória sobre o nazismo e o modo como ele se significa nas diferentes posições-sujeito. O acontecimento resultante desse batimento se dá pelo jogo de resistência em que as práticas ideológicas se materializam no discurso e apontam para as representações, as interpretações, os sentidos que se estabelecem na formação discursiva dominante.

Além disso, pela discursivização do enunciado “nazismo é de esquerda” foi possível analisar no capítulo 6 os imaginários que circulam na formação discursiva dominante, que denominamos como “extrema-direita”, a partir da posição discursiva de governo e da posição-sujeito que se identifica com a FD, o que nos permitiu percorrer os objetivos específicos: analisar os imaginários produzidos a partir da posição discursiva de governo, feito no subitem 6.1; analisar os imaginários produzidos a partir de comentários e tweets que se identificam com a Formação Discursiva, feito no subitem 6.2.

De modo geral, observamos pelas análises que a formulação “nazismo é de esquerda” abre possibilidades de discursivização que nos direcionam para um modo de determinar o que é ser de esquerda no Brasil em condições de produção de conflitos políticos-ideológicos em que o bipartidarismo se faz presente: ou você é do meu lado ou é inimigo. Além disso, no conjunto de sucessivas paráfrases e sinônimos para determinar o que é a esquerda, podemos ter que ela é compreendida como: *comunista, socialista, nazista, fascista, antiliberal, anticapitalista,*

antirreligiosa, dentre tantos outros modos de parafrasear, como vimos nas análises dos capítulos 5 e 6.

Esses modos de parafrasear o enunciado “nazismo é de esquerda” sinalizam a ligação entre o que a esquerda representa: inimigo, mal a ser combatido, ameaça constante a sociedade, ameaça ditatorial; e entre o que é ser de “extrema-direita”: liberal, a favor dos bons costumes e da família, conservador, democrático etc. Desse modo, os imaginários que são produzidos a partir da FD “extrema-direita” se realizam pelas possibilidades outras de denominação sobre o nazismo e sobre a esquerda.

Do ponto de vista linguístico-discursivo, a própria formulação nazismo=esquerda, sendo intermediada pelo verbo “ser” ora no presente do indicativo (é), ora no pretérito imperfeito (era) e ora no pretérito perfeito (foi), inscreve-se em uma relação de pertencimento e de origem, ou seja, a materialidade discursiva parte de um lugar de ilusão da verdade, da transparência dos sentidos, da literalidade.

O campo histórico-social-político-ideológico dos imaginários que são produzidos pela FD “extrema-direita” se constitui pelas relações de forças, por uma disputa pelos sentidos que são tomados como prontos, como hegemônicos, como possibilidade única de significação. Isso nos leva aos esquecimentos propostos por Pêcheux, nos quais o sujeito tem a ilusão de ser a origem do que diz, dono do seu dizer e o esquecimento da enunciação, de que falamos da forma como pensamos.

O imaginário da literalidade dos sentidos é preponderante tanto no discurso governamental quanto no discurso da posição-sujeito social que se identifica com a FD, uma vez que, o processo discursivo que determina a significação do que é ser de “esquerda” é atravessado pelos imaginários que circulam no espaço enunciativo da FD “extrema-direita”.

Esse processo de identificação imaginária dos sujeitos com a formação discursiva passa também pela historicidade dos termos “nazismo” e “esquerda”. Para elucidar o exposto, o nazismo ligado ao contexto de guerras, de perseguições, de conflitos políticos totalitários de raça e de classes, de forma particular na Alemanha; a esquerda tomada de forma mais relacionada ao contexto político do Brasil, de lutas políticas partidárias, de disputas pelo poder,

perpassando um cenário de grandes conflitos entre o judiciário, o legislativo e o executivo pela narrativa democrática.

Os efeitos de sentido produzidos no discurso governamental partem de uma discursividade comum a esses sujeitos, sendo assim, pelo discurso que se constitui na FD “extrema-direita” o que é tomado como verdade, poder, evidente e literal é constituído pelas formações ideológicas e imaginárias que se significam na arena discursiva “nazismo é de esquerda”. Essa constituição se apresenta pela repetibilidade dos termos socialismo, comunismo, fascismo, nazismo que vão se apresentando de diferentes maneiras nas sequências discursivas e resultam no evidenciamento pela insistência em buscar uma naturalização dos sentidos e no silenciamento dos sentidos outros possíveis.

Com as análises da produção de evidenciamentos e silenciamentos no enunciado “nazismo é de esquerda” feitas nos capítulos 5 e 6, verificamos que o evidenciamento se apresenta pela tentativa de naturalizar o imaginário de uma esquerda inimiga que desejaria instaurar o comunismo/socialismo no Brasil, sem abrir brechas para a possibilidade de sentidos outros. Assim, a ilusão da estabilidade dos sentidos como únicos possíveis silencia sentidos outros que não estão na ordem do dizível na FD “extrema-direita”. Esse evidenciamento da ameaça comunista não se apresenta somente na atualidade, mas como os estudos feitos por Indursky (1992) e Mariani (1996) demonstram, está no imaginário social brasileiro desde antes à ditadura civil-militar.

O enunciado “nazismo é de esquerda” é interpelado por essa memória discursiva e pela historicidade que constituem os diversos momentos dos processos políticos brasileiros. As quatro categorias elencadas para mediar as análises nos permitiu compreender como a denominação do nazismo=esquerda produz esses pontos de estabilidade do sentido ao mesmo tempo em que são interpelados por outros dizeres já-ditos que sustentam a formulação “nazismo é de esquerda”.

Em todas as categorias – constatação, referenciação, silogismo, determinação – as marcas linguístico-discursivas são materializadas pelo processo político de significação do termo nomeado (X) em relação ao modo como ele é apresentado (Y). Na maioria das vezes, a relação se estabelece por um sintagma nominal, ligado pelo verbo “ser” e adjetivado por termos e expressões que determinam o que X deve ser.

Pela constatação, o efeito de verdade do dizer prevalece de forma mais evidente, visto que há uma busca pela verificação do acontecimento como forma de constatar, de provar, de demonstrar para o outro do discurso a única verdade possível. Pela referenciação, a argumentação se sustenta no termo referenciado; geralmente são nomes políticos significativos como Stálin, Hitler, Mussolini, que representam regimes ditatoriais e que reforçam o imaginário do medo e do que é mal. Pelo silogismo, o discurso se sustenta na lógica, no que é tomado como óbvio e, assim, o sentido ganha a tonalidade e o efeito ideológico trabalha pela constituição da certeza como evidência. Pela determinação, os sentidos são cristalizados, cerceados em uma rede de significações que não pode ultrapassar a forma como X e Y são identificados.

Em todas as categorias há a reiteração de algumas formas de designação que estão sempre em relação com a esquerda, mesmo que ela seja compreendida como socialista, fascista, comunista. O campo de significação sobre esses termos se pauta no imaginário que é compartilhado pela FD dominante “extrema-direita”, o que está fora da formação discursiva é o que é negado, silenciado, apagado. Aqueles que estão fora da formação discursiva são vistos como oposição partidária, são os inimigos, os antagônicos, os que não podem e não devem chegar ao poder. A repetição e reiteração desse imaginário do mal, do que é ruim provoca deslocamentos, confrontos, deslizamentos dos sentidos para uma outra rede de memória como modo de transferir para o outro (inimigo) a responsabilidade do discurso mentiroso e inventado.

Os modos de formular e colocar em circulação o enunciado “nazismo é de esquerda” apontam para o evidenciamento-silenciamento dos sentidos possíveis de serem materializados pelo discurso. Desse modo, são reiterados a todo momento tanto pelo discurso governamental quanto pela posição-sujeito que se identifica com ele, deslocando os sentidos para outra rede de significações para que sejam naturalizados e tomados como única possibilidade possível de se dizer sobre o nazismo e a esquerda.

Isso nos ajuda a compreender a semelhança da discursivização do enunciado “nazismo é de esquerda” nas diferentes condições de produção, seja no blog, no twitter ou em espaços públicos. Os processos discursivos que direcionam para a cristalização dos sentidos se inscrevem na arena discursiva e se constituem pelas relações de forças que são estabelecidas

na luta política-ideológica-histórica-social e cultural, em uma disputa pela produção dos sentidos.

Entretanto, cabe ressaltar que o processo de produção dos sentidos não é hegemônico e único, pelo contrário, eles estão sempre abertos a outras interpretações e significações. Portanto, por mais que haja a tentativa de silenciar certos sentidos, eles permanecem na deriva e podem ser reclamados pelo outro do discurso. O caminho pela resistência, pela dominação dos sentidos, pela verdade tomada como literal, não é possível senão pelo confronto com os sentidos outros. É pela heterogeneidade própria do discurso político que os fatos reclamam sentidos e entram em disputa na luta de classes.

Para finalizar, esperamos que essa pesquisa contribua para se pensar o atual momento político que o país vivencia e que ela possa servir de inspiração para outros olhares e análises sobre a discursivização do enunciado “nazismo é de esquerda”.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ARENDDT, Hannah [1951]. **Origens do Totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

BARBAI, Marcos Aurélio. **No fio do discurso**: o sequestro como um fato de linguagem. (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2004. Disponível em <
http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270723/1/Barbai_MarcosAurelio_M.pdf>
Acesso em 21 de julho de 2021.

BRANDT, Cleri Aparecida. **Vasculhando baús de memórias do nazismo por imagens**: olhares e possibilidades diversos. 2014. 235 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2014. Disponível em:
<<http://hdl.handle.net/11449/121997>>. Acesso em: 05 de agosto de 2019.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. O negacionismo do Holocausto na internet: o caso da “Metapédia – a enciclopédia alternativa”. **Faces da História**, Assis-SP, v.3, nº 1, p. 5-23, jan.-jun., 2016. Disponível em:
<<https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/303>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

CASIMIRO, Flávio H. C. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: MIGUEL, Luís Felipe et al. **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 41-46.

CASTRO, R. F. de. O negacionismo do Holocausto: pseudo-história e história pública. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 22, n. 2, p. 5–12, 2015. DOI: 10.20396/resgate.v22i28.8645773. Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645773>>. Acesso em: 16 de agosto de 2019.

COURTINE, Jean-Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. Tradução: Flávia Clemente de Souza e Márcio Lázaro Almeida da Silva. **Revista Policromia**, junho, 2016. Disponível em
<<http://www.labedis.mn.ufrj.br/images/POLICROMIAS/PDF/Jean-Jacques-Courtine-port.pdf>> Acesso em 20 de janeiro de 2019.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso Político**: o Discurso Comunista Endereçado aos Cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014. 250 p.

COURTINE, Jean Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Tradutores: Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

COURTINE, Jean Jacques. O chapéu de Clementis. In: **Múltiplos territórios da Análise de Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 1999, p.15-22.

DIAS, Cristiane P. Cidade, cultura e corpo: a velocidade do mundo. **Escritos**. Campinas, SP: LABEURB/UNICAMP, 1 ed., 2011.

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical? O partido Nazista no Brasil**. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.8.2007.tde-10072007-113709. Acesso em: 20/04/2019.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 7. ed. São Paulo: Global Editora, 1985 [1880].

EVANS, Richard J. **A Chegada do Terceiro Reich**. São Paulo: Planeta, 2014.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Análise do Discurso: reflexões introdutórias. **Edição revista ampliada**. 2005. Disponível em: <http://www.sergiofreire.pro.br/ad/FERNANDES_ADRI.pdf>. Acesso em: 03 de fev. de 2021.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

GADET Françoise; HAK Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Tradutores Bethania S. Mariani. et all. 3º ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

GADET, F. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Tradução Bethânia Mariani. Campinas: Pontes, 2004 55

GALLEGO, Esther Solano. Apresentação. In: MIGUEL, Luís Felipe et al. **O ódio como política: a reinvenção da direita no brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p.13-16.

GALLO, Solange; SILVEIRA, Juliana da. Forma-discurso de escritorialidade: processos de normatização e legitimação. In: FLORES, Giovanna G Benedetto et al (Org.). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. Vol. 3. Campinas: Pontes, 2017.

GRANIERI, Ronald J. **The right needs to stop falsely claiming that the Nazis were socialists**. 2020. The Washington Post. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/outlook/2020/02/05/right-needs-stop-falsely-claiming-that-nazis-were-socialists/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

GRIGOLETTO, E.; MARIANI, B. Entrevista com Eni Orlandi. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 3, p. 247-268, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1778>. Acesso em 17 de março. de 2021.

GUIMARÃES, E. Designação e Espaço de Enunciação: um Encontro Político no Cotidiano. **Letras – Língua e Literatura: Limites e Fronteiras**, nº26, p. 53-62, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11880>> Acesso em 23 de junho de 2021.

GUIMARÃES, E. Enunciação e história. In: Guimarães, Eduardo (org.) **História e sentido na linguagem**. Campinas, Pontes, 1989, p. 71-82.

HAROCHE, C. A elipse (falta necessária) e a incisa (acréscimo contingente): o estatuto da determinação na gramática e sua relação com a subjetividade. In: CONEIN, B. et al. **Materialidades discursivas: a espessura da linguagem**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016, p. 237-246.

HENRY, P. “A história existe?”. In: ORLANDI, E. (org.). **Gestos de leitura**. Unicamp, Campinas, 1994.

HENRY, Paul. Os Fundamentos Teóricos da "Análise Automática do Discurso" De Michel Pêcheux (1969). In: GADET Françoise; HAK Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. Tradutores Bethania S. Mariani. et all. 3º ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 13-39.

INDURSKY, Freda. **“QUE SUJEITO É ESTE?” Silêncio, Memória, Resistência: a Política e o Político no Discurso**, 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/43298991/QUE_SUJEITO_%C3%89_ESTE>. Acesso em 17 de jan. de 2021.

INDURSKY, F. Os (des)caminhos do discurso político brasileiro na contemporaneidade. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S. (org.) **A Análise do Discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016, p. 65 – 87.

INDURSKY, Freda. **A Fala dos Quartéis e as Outras Vozes**. 2^a. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. 352 p.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, Mercado de Letras, 2011.

INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. Em: ERNEST-PEREIRA, A.; FUNCK, S.B. (Orgs.). **A escrita e a leitura como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da Terceira República Brasileira (1964-1984)**. 1992. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270684>>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

MALINI, Fábio. Narrativas no Twitter: o fenômeno no Brasil e as suas implicações na produção da verdade. **Revista Lugar Comum**, n.31, p. 121-142, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: MIGUEL, Luís Felipe et al. **O ódio como política: a reinvenção da direita no brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-26.

MARIANI, Bethania Sampaio Correa. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)**. 1996. 256f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270690>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

MOREIRA, C. B. Bloqueado, suspenso, fora do ar: a atualidade da censura no espaço digital. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 60, n. 3, p. 847–868, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8651532>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MOREIRA, Carla B. **Produção, circulação e funcionamento da censura na ditadura militar brasileira e no fascismo italiano: a censura na ordem do discurso.** Tese apresentada a Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009.

MOREIRA, C. B.. Censura e silenciamento no discurso jornalístico. In: Ana Paula Goulart Ribeiro; Lucia M. A. Ferreira. (Org.). **Memória e Produção de Sentidos na Mídia.** 1ed. Rio de Janeiro: MAUAD Editor, 2007, v. 1, p. 319-342.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. **Cadernos de Linguística**, v. 2, n. 1, [2020] 2021, p. 01-15. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/download/310/325/>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

ORLANDI, Eni P. **Eu, Tu, Ele:** Discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes Editores, 2º ed. 2017.

ORLANDI, Eni P. **Discurso em Análise:** sujeito, sentido e ideologia. 3º Edição. Pontes Editores, Campinas, SP, 2017.

ORLANDI, E. P. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **RUA**, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 9–20, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640626>>. Acesso em: 25 julho 2021.

ORLANDI, Eni. P. **Análise do Discurso:** princípios e procedimentos. 12º Edição. Pontes Editores, Campinas, SP, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. In. DIAS, Cristiane. Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital [online]. **Série e-urbano.** LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Vol. 2, 2013. Disponível em: < [*urbanoVol2_EniOrlandi.pdf](#) >. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.

ORLANDI, Eni. P. **Discurso e Texto:** formulação e circulação dos sentidos. 4º Edição. Pontes Editores, Campinas, SP, 2012.

ORLANDI, Eni. P. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 6º Edição. Editora da Unicamp, Campinas, SP, 2007.

ORLANDI, Eni. P. **Discurso Fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Pontes Editores, Campinas, 2003.

ORLANDI, Eni. P. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo, Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni P. Do sujeito na história e no simbólico. **Escritos**, n. 4: Contextos epistemológicos da Análise de Discurso. Campinas, SP: Labeurb/Nudecri – UNICAMP, 1999.

ORLANDI, Eni. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1996.

PÊCHEUX, M. **Análise Automática do Discurso**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi e Greciely Costa. Pontes Editores, Campinas, SP, 2019.

PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. 4º Edição. Pontes Editores, Campinas, SP, 2015.

PÊCHEUX, M. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. 4º ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015, p. 43-52

PÊCHEUX, Michel. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. **Décalages**, vol. 1, 2014, p. 1-22. Disponível em: <https://scholar.oxy.edu/decalsages/vol1/iss4/15> Acesso em: 13 de novembro de 2020.

PECHÊUX, M. Realismo metafísico e empirismo lógico: duas formas de exploração regressiva das ciências pelo idealismo. In: PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p. 65-84.

PECHÊUX, M. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p. 293-307.

PÊCHEUX, M.; FUCHS C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; Hak, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. 3. ed. — Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PECHÊUX, M. **O mecanismo do desconhecimento ideológico**. In: UM MAPA da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos linguísticos**, v. 19, p. 7-24, 1990. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/download/8636823/4544>> Acesso em: 23 de janeiro de 2021.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Pontes Editores, Campinas, SP, 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et all. Editora da Unicamp, Campinas, SP, 1988.

PIERRE, Achard et all. **O Papel da Memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 4ª Edição. Pontes Editores, Campinas, SP, 2015.

RAY, Michael. **Were the Nazis Socialists?** Encyclopedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/story/were-the-nazis-socialists>. Acesso em: 26 ago. 2020.

SANTANA, N. M. C. **Colonização alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito**. Dimensões, vol. 25, 2010, p. 235-248. ISSN: 1517-2120.

SERANI, Silvana M. Ressonâncias Fundadoras e Imaginário de Língua. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas, SP: Pontes, 2003.

SILVEIRA, Juliana da. **Rumor(es) e humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no twitter**. Tese (doutorado)- Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras, Maringá, PR, 2015. Disponível em: < <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3988>>. Acesso em 15 de novembro de 2020.

SUGIMOTO, Luiz. **Um mergulho no universo neonazista**. Jornal da Unicamp, 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/09/28/um-mergulho-no-universo-neonazista>. Acesso em: 25 jun. 2019.

WEIZENMANN, Tiago. **Cortando as asas do nazismo: representações e imaginário sobre o nazismo na revista vida policial (1942-1944)**. 2008. 298 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do

Rio do Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2008. Disponível em:
<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1853>. Acesso em: 25 abr. 2019.

ZAGO, Gabriela da Silva. **Recirculação jornalística no Twitter**: filtro e comentários de notícias por interagentes como uma forma de potencialização da circulação. 2011. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Informação, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em:
<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28921/000774545.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 janeiro de 2021.

ZANDWAIS, Ana. Práticas políticas nacionalistas e funcionamento discursivo: totalitarismo, fascismo, nazismo. In: ZANDWAIS, A.; ROMÃO, L. M. S. (Orgs.). **Leituras do Político**. Porto Alegre, RS: Ed. Da UFRGS, 2011.

ZANDWAIS, Ana. Saberes sobre a identidade nacional: o processo de construção de um imaginário de cidadania durante o governo Vargas. In: FERREIRA, Maria C. L.; INDURSKY, Freda (Orgs.). **Análise de discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.